

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**Extraíndo compromissos de responsabilidade social  
corporativa na mineração de agregados em São Paulo**

**Renata Cherém de Araújo Pereira**

**São Paulo, 2019**

Renata Cherém de Araújo Pereira

Extraindo compromissos de responsabilidade social  
corporativa na mineração de agregados em São Paulo

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof.º Dr. Amon Barros.

São Paulo, 2019

Pereira, Renata Cherém de Araújo.

Extraindo compromissos de responsabilidade social corporativa na mineração de agregados em São Paulo / Renata Cherém de Araújo Pereira. - 2019.

124 f.

Orientador: Amon Narciso de Barros.

Tese (doutorado CDAE) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Minas e recursos minerais. 3. Indústria mineral - Aspectos sociais. I. Barros, Amon Narciso de. II. Tese (doutorado CDAE) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 553.042

Renata Cherém de Araújo Pereira

## Extraindo compromissos de responsabilidade social corporativa na mineração de agregados em São Paulo

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof.º. Dr. Amon Barros.

### **Banca Examinadora:**

---

Profº Dr. Amon Narciso Barros (orientador) - FGV-EAESP

---

Profº Dr. Mário Aquino Alves FGV - EAESP

---

Profª Dra. Andrea Leite Rodrigues - USP

---

Profº Dr. Marcus Vinicius P. Gomes - Cardiff University

São Paulo, 2019

Aos meus pais

Às vítimas de Mariana e Brumadinho

Aos analfabetos do Brasil

# **Agradecimentos**

## **Aos meus pais**

Que tanto abdicaram de suas vidas por mim e sempre me ensinaram o valor do estudo.

## **Às minhas irmãs**

Que me deram o privilégio de já nascer com duas melhores amigas.

## **Ao meu orientador Amon Narciso Barros**

Que confiou no meu trabalho e soube conduzir o difícil processo de orientação de tese com extrema competência, sabedoria e gentileza.

## **Ao professor Marcus Vinicius P. Gomes**

Que foi sempre tão generoso comigo e me acolheu no projeto de mineração que motivou essa tese.

## **Ao professor Mário Aquino Alves**

Que tanto me ajudou na qualificação de tese.

## **À professora Charlotte Cloutier**

Que foi imensamente receptiva no meu estágio de doutorado na HEC-Montreal e forneceu um novo rumo para a minha tese.

## **À professora Andrea Leite Rodrigues**

Que aceitou participar da minha banca de defesa.

## **Às feministas**

Que me ensinaram que eu podia ir além do que a sociedade patriarcal almejava que eu fosse.



## **Resumo**

O objetivo dessa tese foi compreender como representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil envolvidos na responsabilidade social corporativa na mineração de agregados negociam seus interesses. Para isso, esse trabalho se apoiou no referencial teórico baseado na literatura de responsabilidade social corporativa política. Esta serviu de base para a seleção e aprofundamento dos demais tópicos abordados na fundação teórica: evolução do conceito de responsabilidade social corporativa, mineração de agregados, ascensão da sustentabilidade e necessidade da responsabilidade social corporativa na mineração. Foram utilizadas as abordagens qualitativa, indutiva, processual e orientada pelos dados. Em relação à estratégia de investigação, foi feito um estudo de caso único. Foram realizadas 58 entrevistas em profundidade com representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil. Os documentos fornecidos pelos entrevistados colaboraram para o aprofundamento das informações. Os dados coletados foram analisados por meio do método de comparação constante no qual categorias são formadas. As categorias responderam aos objetivos desse estudo. A pesquisa conclui que existe um processo de formação de padrões de comportamento do mercado, do Estado e da sociedade civil para a criação e manutenção das ações de responsabilidade social corporativa. Dentre as principais contribuições desse estudo, destaca-se a naturalização dos conflitos pelo mercado e pelo Estado, o protagonismo velado do Estado no desenvolvimento da responsabilidade social corporativa e o posicionamento do mercado em um ambiente onde as regras não estão claras.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa Política, Responsabilidade Social Corporativa, Mineração de Agregados.

## **Abstract**

The purpose of this thesis was to understand how market, state and civil society representatives involved in corporate social responsibility in aggregate mining negotiate their interests. For this, this work was based on the theoretical framework based on the literature on political corporate social responsibility. This served as a basis for selecting and deepening the other topics covered in the theoretical foundation: evolution of the concept of corporate social responsibility, aggregate mining, the rise of sustainability and the need for corporate social responsibility in mining. The qualitative, inductive, procedural and data-oriented approaches were used. In relation to the research strategy, a single case study was carried out. 58 in-depth interviews were conducted with market, State and civil society representatives. The documents provided by the interviewees collaborated to deepen the information. The data collected were analyzed using the constant comparison method in which categories are formed. The categories answered the objectives of this study. The research concludes that there is a process of formation of behavior patterns of the market, the State and civil society for the creation and maintenance of actions of corporate social responsibility. Among the main contributions of this study are the naturalization of conflicts by the market and the State, the veiled protagonism of the State in the development of corporate social responsibility and market positioning in an environment where the rules are not clear.

**Keywords:** Political Corporate Social Responsibility, Corporate Social Responsibility, Aggregate Mining.

## **Lista de Figuras**

Figura 1: Evolução do conceito de responsabilidade social corporativa e de desenvolvimento.....	32
Figura 2: Estrutura da fundamentação teórica.....	47
Figura 3: Perguntas que definem os paradigmas de investigação.....	50
Figura 4: Abordagens utilizadas na tese.....	53
Figura 5: Divisão dos respondentes.....	56
Figura 6: Críticos e defensores da mineração de agregados.....	70
Figura 7: Características da mineração de agregados em São Paulo.....	73
Figura 8: Processo de formação dos padrões de comportamento no desenvolvimento da responsabilidade social corporativa.....	99

## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Principais documentos aprovados na Rio-22.....	31
Quadro 2: Problemas que reforçam a necessidade da responsabilidade social corporativa na mineração .....	45
Quadro 3: Significados que a responsabilidade social corporativa assume para representantes dos diferentes segmentos da sociedade.....	81
Quadro 4: Evidências nos padrões de comportamento na criação e manutenção da responsabilidade social corporativa.....	101

## **Lista de Abreviaturas**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANEPAC – Associação Nacional das Entidades Produtoras de Agregados para Construção Civil

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FEPAM – Frente Parlamentar de Apoio à Mineração

FGV-EAESP – Escola de Administração de Empresa de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

ISO – International Organization for Standardization

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

LSO – Licença Social para Operar

NEOP – Núcleo de Pessoas e Organizações

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONGS – Organização Não Governamental

OTGM – Programa de Ordenamento do Território Geomineiro

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

USGS – United States Geological Survey

# Sumário

1 Introdução .....	17
2 Responsabilidade social corporativa.....	23
2.1 Evolução do conceito de responsabilidade social corporativa.....	23
2.1.1 Responsabilidade social corporativa: do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável.....	26
2.2 Responsabilidade social corporativa política.....	32
3. Mineração.....	38
3.1 Caracterização da mineração de agregados.....	38
3.2 Desenvolvimento proporcionado pelas ações de responsabilidade social corporativa das mineradoras.....	40
3.3 Ascensão da sustentabilidade na mineração.....	43
3.4 Necessidade da responsabilidade social corporativa na mineração.....	45
4 Procedimentos Metodológicos.....	49
4.1 Paradigma da pesquisa.....	49
4.1.1 Posicionamento ontológico e epistemológico.....	49
4.1.1.1 Posicionamento ontológico.....	50
4.1.1.2 Posicionamento epistemológico.....	51
4.1.2 Posicionamento metodológico.....	52
4.2 Definição do campo e seleção do caso.....	54
4.3 Coleta de dados.....	57
4.4 Análise dos dados.....	59
4.5 Validade e confiabilidade.....	60

5 Resultados .....	62
5.1 Características da mineração de agregados em São Paulo.....	62
5.1.1 Rigidez locacional e baixo valor agregados.....	63
5.1.2 Proximidade com os centros urbanos.....	66
5.1.3 Conflitos com a sociedade.....	67
5.1.4 Maniqueísmo.....	69
5.2 Significados que a responsabilidade social corporativa assume para os representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil.....	74
5.2.1 Significado que a responsabilidade social corporativa assume para representantes do Estado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais.....	75
5.2.1.1 Compreensão pragmática: ações ambientais.....	75
5.2.1.2 Compreensão conceitual: ações voluntárias.....	76
5.2.2 Significado que a responsabilidade social corporativa assume para representantes do mercado e da sociedade civil moradora da comunidade local.....	77
5.2.2.1 Compreensão pragmática para o mercado: ações em prol de comunidades locais.....	78
5.2.2.2 Compreensão pragmática para a sociedade civil: ações em prol de comunidades locais.....	79
5.3 Mecanismos que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa.....	81
5.3.1 Mecanismos criados pelo Estado que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa.....	82
5.3.1.1 Criação de aparatos formais.....	82
5.3.2 Mecanismos criados pelo mercado que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa.....	86
5.3.2.1 Negociação e aderência às solicitações.....	86
5.3.3 Mecanismos criados pela sociedade civil que gerenciam as práticas de	

responsabilidade social corporativa.....	89
5.3.3.1 Reação defensiva e singela.....	89
6 Discussão dos resultados.....	93
7 Considerações finais.....	105
Referencias.....	111
Anexo A – Roteiro de entrevista representantes mercado.....	123
Anexo B – Roteiro de entrevista representantes Estado e sociedade civil.....	124



## 1 Introdução

Este trabalho propõe-se a compreender como representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil envolvidos na responsabilidade social corporativa na mineração de agregados negociam seus interesses. A escolha do tema dessa tese ocorreu em função de uma pesquisa elaborada em 2015, pelo Núcleo de Pessoas e Organizações (NEOP) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), coordenada pelos professores Amon Narciso de Barros e Marcus Vinícius Peinado Gomes. Esse estudo realizou um panorama da mineração de agregados no estado de São Paulo, especialmente na região do Vale do Paraíba e identificou como os diferentes atores atuantes no campo se organizam e dialogam.

O estímulo inicial para o desenvolvimento da pesquisa pelo NEOP aconteceu em função do rompimento de barragem da mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, em 2015. Considerado um dos mais graves acidentes na história da mineração do Brasil, com impactos ambientais e sociais incalculáveis, esse episódio chamou a atenção de todo o mundo e, especialmente, do setor de mineração do país. Profissionais passaram a avaliar a situação das barragens de mineração no Brasil e analisar se estas, também, corriam algum perigo de rompimento. Notícias sobre a mineração começaram a ser divulgadas diariamente e acabaram, também, chamando a atenção dos pesquisadores do NEOP.

Motivados em compreender a realidade da mineração em São Paulo, iniciou-se um trabalho de levantamento de dados por meio de entrevistas com representantes do setor no Estado. O acesso ao campo despertou alguns questionamentos que influenciaram os rumos desta tese. O primeiro deles, diz respeito ao desconhecimento sobre o setor de mineração em São Paulo. Foi uma surpresa saber que a mineração no Estado era dominada pela mineração de agregados. A falta de conhecimento sobre esse tipo específico de mineração por grande parte da sociedade, inclusive pelos próprios pesquisadores do projeto, impressionou a pesquisadora dessa tese e a motivou a estudar sobre.

Definido o objeto desse estudo, era preciso estabelecer que tema abordar. Com o aprofundamento da investigação, percebeu-se os conflitos entre representantes do setor e a importância de ações de responsabilidade social corporativa. Devido às características analisadas na pesquisa do NEOP, considerou-se que poderia não haver práticas de ações de responsabilidade social pelas empresas do setor. Nesse sentido, em um primeiro momento, essa tese procuraria entender os significados de responsabilidade social corporativa (RSC)

assumidos em narrativas de representantes da sociedade civil, do mercado e do Estado. Porém, após aprofundamento do estudo e ao perceber que o processo para a ocorrência dessas práticas estava imbricado de negociações e interesses paradoxais, selecionou-se a seguinte pergunta de pesquisa e objetivos específicos:

### **Pergunta de pesquisa:**

Como representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil envolvidos na responsabilidade social corporativa na mineração de agregados negociam seus interesses?

### **Objetivos específicos**

- (a) Realizar um panorama da mineração de agregados na região metropolitana de São Paulo.
- (b) Analisar os significados que a responsabilidade social corporativa assume para representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil na mineração de agregados em São Paulo.
- (c) Compreender como os representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil criam e gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa adotadas.

Antes de analisar cada um dos objetivos específicos, é necessário esclarecer a divisão dos segmentos “Estado, mercado e sociedade civil” utilizada no presente trabalho. Embora se reconheça que essa divisão tripartite pode, por vezes, apresentar determinado reducionismo, a mesma faz parte da literatura de responsabilidade social corporativa, sendo amplamente utilizada. Entretanto, ciente da multiplicidade de atores que formam essas três dimensões da sociedade, destaca-se que essa pesquisa irá considerar o mercado sendo constituído pela mineradora, tendo como representantes os sócios e os funcionários dessa corporação. Ademais, os sindicatos patronais também pertencerão a esse segmento. A sociedade civil será representada pelos membros das comunidades do entorno das mineradoras, repórteres, professores, pesquisadores e consultores. O Estado, considerado nessa pesquisa como “uma sociedade politicamente organizada” (KELSEN, 2000, p. 273), será constituído pelo Poder Legislativo, Ministério Público, Departamento Nacional de Produção Mineral, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, Secretaria de Energia e Mineração, Secretária do Meio Ambiente, Instituto Geológico e Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Retornando agora para os objetivos específicos elencados, destaca-se que o primeiro deles foi formulado para responder um aspecto observado durante a pesquisa de campo realizada pelo NEOP: o desconhecimento sobre a mineração de agregados. A necessidade de informações sobre o setor foi também evidenciada na literatura. Pouco se esclarece sobre esse tipo específico de mineração e, quando isso ocorre, geralmente é abordado sobre os aspectos geológicos desses minérios.

A opinião de representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil revelou que a mineração de agregados possui cinco principais características: baixo valor agregado do produto, rigidez locacional do minério, proximidade com os centros urbanos, conflitos com a sociedade e maniqueísmo.

Essas características se interinfluenciam. O baixo valor e a rigidez locacional incentivam que a mineração ocorra próximo aos centros urbanos para que essa se torne uma atividade economicamente viável. A mineração ocorrendo próxima ao mercado consumidor torna-se mais suscetível a ocorrência de conflitos com a sociedade. Um dos exemplos desses conflitos ocorre no município de São José dos Campos, estudado na pesquisa mencionada. Embora seja a região com maior quantidade de areia de São Paulo, desde 1990 que a mineração na cidade está proibida. Essa situação gera um debate polêmico entre os diferentes setores da sociedade civil e uma tentativa constante dos mineradores e retornarem a minerar no local.

Quanto menos convincente a ideia de que a mineração promove o desenvolvimento das comunidades locais, menos os indivíduos serão permissivos com essa atividade extrativa e mais conflito será gerado. É nesse cenário que entram os projetos de responsabilidade social corporativa, os quais, muitas vezes, são utilizados para mitigar os confrontos com as comunidades afetadas pela mineração.

Ao adotar ações de RSC as mineradoras reconhecem que estão atendendo às exigências da sociedade buscando reduzir ou eliminar a resistência às suas operações (KAPELUS, 2002). As empresas buscam conquistar uma licença social para atuar, a qual é mais forte na indústria de mineração do que nos demais setores (PARSONS; LACEY; MOFFAT, 2014). Esse estudo corroborou a importância e a incidência da licença social na mineração. Mas a importância da licença legal também ficou evidenciada. Embora menos abordada, a licença legal é essencial para que as empresas operem. Conquistar essa licença, entretanto, demonstrou não ser uma tarefa fácil. Em parte, a instabilidade da legislação e do ambiente de negócios em um país em desenvolvimento faz com que a dimensão formal seja menos evidente e não possa ser tomada como certa.

Ao contrário do primeiro objetivo, o segundo – analisar os significados de responsabilidade social corporativa – possui amplo debate na literatura. Foi realizada uma investigação sobre a evolução do conceito de RSC. Embora ainda não exista um consenso em relação ao seu significado, percebe-se que o termo foi se transformando e se adaptando às exigências da sociedade. Pautado inicialmente como gerador de lucro, ultrapassou as restrições econômicas até alcançar o patamar da sustentabilidade.

A sustentabilidade, que defende que uma atividade deve ocorrer sem comprometer as futuras gerações, revelou-se como um discurso que passou a influenciar a RSC, ressaltando a necessidade de práticas de ações responsáveis em todos os setores da sociedade e, em especial, na mineração, devido aos impactos ambientais e sociais ocasionados por essa indústria.

Após examinar a evolução do significado de RSC na literatura, optou-se por adotar inicialmente o conceito da Comissão das Comunidades Europeias, que afirma que é “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (2001, p.7).

Na pesquisa de campo, percebeu-se que os agentes se interinfluenciam, construindo um sentido específico para o que é entendido como RSC. Concluiu-se que a RSC é construída a partir de dois enquadramentos: o pragmático e o conceitual. O pragmático revela que os atores representantes do mercado e da sociedade enxergam a RSC a partir das ações realizadas pela mineradora. Assim, quase toda ação realizada pela empresa fora de seu âmbito operacional imediato é vista como RSC. O conceitual, dominante apenas entre os agentes públicos entrevistados, demonstra que os atores do Estado acreditam que apenas as práticas voluntárias das corporações devem ser consideradas práticas de RSC. Nesse sentido, ficaram excluídas ações tomadas à luz de legislações e acordos com órgãos de monitoramento e controle. Assim, os agentes públicos enfatizam que tais parâmetros objetivos não devem ser considerados parte da RSC, mas das obrigações da empresa.

O terceiro objetivo específico foi delineado a partir da discussão sobre responsabilidade social corporativa política, que serviu de base para o levantamento das principais questões a serem analisadas nesse trabalho. A influência do Estado no desenvolvimento da RSC chama atenção. Comumente a RSC é associada a uma alternativa ao governo e é vista como uma forma de preencher lacunas deixadas por ele. Esse fato leva a crer no aumento do papel político das empresas, visto que, nesses casos, as ações de RSC acabam, muitas vezes, sendo delegadas a atores privados.

Apesar de constatar que as empresas assumem papéis e cumprem funções que, tradicionalmente, seriam do Estado, observou-se um “protagonismo velado” do governo.

Inicialmente esta pesquisa partiu da lógica que o Estado não exerceria influência no desenvolvimento da RSC (inclusive pela escolha de adotar o conceito no qual apenas as ações voluntárias são consideradas responsabilidade social). Entretanto, notou-se que o Estado utiliza seus aparatos legais para incutir novas exigências em antigas normas, as quais se tornam cruciais para o ganho licença legal e social. Devido a imprescindibilidade dessas licenças para atuar, o mercado adere a tais exigências, tanto do Estado como da sociedade. Descobriu-se um padrão de comportamento dos três segmentos analisados que estimulam as ações de RSC, os quais revelam como as firmas se posicionam em um ambiente onde as regras não estão claras.

Este estudo dialoga com a crescente literatura em torno da RSC em países em desenvolvimento. Segundo Jamali, Thomsen e Kara (2015) a maioria da literatura sobre RSC é produzida em países desenvolvidos, cabendo contestar a validade da aplicação desses resultados nos países em desenvolvimento. Jamali e Mirshak (2007) além de frisarem a falta de estudos sobre RSC em países em desenvolvimento, também constataam a falta de pesquisas empíricas sobre o tema.

Esse estudo colabora para preencher parte do gap em relação a análise de como a RSC ocorre em um país em desenvolvimento (THOMSEN; KARA, 2015; MATTEN; MOON, 2008; BLOWFIELD, 2007; JAMALI; MIRSHAK, 2007) em um setor fundamental para a análise desse tema (JENKINS; YAKOVLEVA, 2006; JENKINS, 2004; COWELL et al, 1999). Embora alguns autores, como Idemudia (2007, 2009), tenham estudado RSC em países em desenvolvimento, não há estudos sobre como a RSC ocorre em um setor disseminado, mas pouco estudado e situado em uma área urbana. Além disso, a literatura sobre responsabilidade social corporativa política se concentra em conflitos transnacionais (PALAZZO; SCHERER, 2006; SCHERER, PALAZZO, 2007; WHELAN, 2012) não dando foco para a RSC que ocorre em nível subnacional.

A fim de analisar os temas desse estudo e responder aos objetivos traçados, esse trabalho foi estruturado em seis capítulos, além desta Introdução, que representa o Capítulo I. O Capítulo II, Responsabilidade social corporativa, realiza um percurso histórico sobre as transformações do conceito de responsabilidade social corporativa e aborda as principais discussões acerca da responsabilidade social corporativa política. Depois, o Capítulo III, Mineração, apresenta as principais características da mineração de agregados e explicita como o discurso da sustentabilidade influenciou o seu desenvolvimento e a necessidade de ações de responsabilidade social na mineração. O Capítulo IV, Procedimentos metodológicos, descreve o percurso metodológico com todos os métodos e técnicas de pesquisa que foram utilizados. O Capítulo V, Resultados, expõe as categorias formadas a partir da análise dos dados que

respondem os objetivos desse trabalho. O capítulo VI, Discussão dos resultados, analisa os achados dessa pesquisa em relação às discussões desenvolvidas sobre os temas estudados. Por fim, o capítulo VII, Considerações finais, reforça as principais conclusões do estudo e apresenta algumas sugestões de trabalhos futuros.

## **2 Responsabilidade social corporativa**

A intenção desse capítulo é apresentar a transformação do significado de responsabilidade social corporativa e a discussão em relação a abordagem política da responsabilidade social corporativa. Para isso, expõe os diferentes conceitos de responsabilidade social corporativa e como estes evoluíram com o passar das décadas, examinando, ainda, sua relação com o conceito de desenvolvimento. Além disso, analisa as principais questões que embasam a literatura da responsabilidade social corporativa política. Essa análise servirá de base para a reflexão das demais abordagens tratadas na fundamentação teórica e, posteriormente, nos resultados desse trabalho.

### **2.1 Evolução do conceito de responsabilidade social corporativa**

A análise da RSC ocupa um espaço cada vez maior no meio acadêmico (VISSER, 2009; CARROLL, 1999; FLEMING; ROBERTS; GARSTEN, 2013; SILTAOJA; ONKILA, 2013). Várias definições para o conceito já foram propostas e refutadas, sendo este continuamente criticado (CLASSEN; ROLOFF, 2012).

Carroll (1999) explicita os diferentes conceitos existentes na literatura sobre RSC. Ele aborda a evolução do conceito dividindo os autores e suas definições por décadas. Embora Carroll (1999) advogue que o debate sobre o conceito de RSC tenha iniciado nos anos de 1920, a fim de concentrar sua revisão nos significados mais importantes e atuais, ele os descreve a partir da década de 1950 até a década de 1990.

Carroll (1999) inicia sua análise a partir de Howard R. Bowen, representante da década de 1950, que defendia que a RSC se refere a organização tomar decisões que estejam de acordo com os valores da sociedade e com objetivo principal de uma firma: gerar lucro. Depois, o autor transita pela década de 1960 explicitando o significado de RSC para seis diferentes pesquisadores, os quais destacavam, principalmente, que uma empresa, além de gerar lucro, tem responsabilidades com a sociedade. Sobre a década de 1970, na qual a literatura sobre RSC mais se prolifera, Carroll (1999) descreve o conceito de RSC para 19 autores, incluindo o dele mesmo de 1979. De forma geral, os autores dessa década defendem que as ações de RSC devem ir além das restrições econômicas técnicas e legais e devem ser congruentes com as normas e necessidades sociais vigentes.

Sobre os anos de 1980, Carroll (1999) resgata o significado de RSC de 10 estudiosos, refletindo, também sobre o seu próprio conceito de RSC. Percebe-se que ocorreram menos

definições na década de 1980 e que os significados já existentes foram mais investigados e aprofundados. Estudos empíricos foram realizados visando a compreensão dos resultados advindos das práticas de responsabilidade social das corporações. Por fim, sobre a década de 1990, o conceito de RSC de Carroll é revisado por ele mesmo e por Wood (1991). Ambos introduzem novas perspectivas e inserem a RSC em um contexto mais amplo.

A partir desse *tour* realizado por Carroll (1999), atesta-se a dificuldade de se conceituar RSC. Apesar da falta de consenso em relação ao seu significado, visualiza-se algumas questões-chaves presentes na evolução do conceito. A partir destas, é possível enquadrar a análise dessa evolução em quatro perspectivas, as quais serão descritas a seguir.

A primeira e mais tradicional que surgiu na década de 1950 sugere que a RSC deve se restringir apenas a maximização do lucro e a obediência às leis (FREIRE; SOUZA; FERREIRA, 2008). Já a segunda perspectiva, iniciada nos anos 1960, enxerga que as empresas, embora tenham como meta alcançar lucros, também devem ter um comportamento socialmente responsável (CARROLL, 1999). Para os autores defensores dessa concepção, a responsabilidade social corporativa deve ser entendida como filantropia, tendo as empresas obrigação moral de ampliar o bem-estar social e de agir eticamente (ZANCA et al, 2008).

A partir da década de 1970 surge a terceira perspectiva: responsabilidade social corporativa como desempenho social (FILHO, 2013). Esta propõe uma visão adicional a RSC, na qual defende que as metas das empresas não são meramente econômicas e que as firmas têm a obrigação de responder por seus atos e de contribuir para a sociedade. Além disso, enfatiza que as obrigações dos empresários deveriam estar alinhadas com os valores almejados pela sociedade (FILHO, 2013). Por fim, para a mais atual vertente - responsabilidade social corporativa como desenvolvimento econômico sustentável - as organizações devem priorizar o lucro a longo prazo (e não ao curto prazo como nas demais) e devem vincular suas atividades ao desenvolvimento sustentável dos povos (BERTONCELLO; CHANG, 2007).

Os atores defensores dessa perspectiva mais atual entendem a RSC como uma ação transformadora da sociedade, por pensar e atuar nos mais diversos âmbitos como o social, ambiental, econômico, cultural entre outros (LENZIARDI, 2011). Hond et al (2014) afirmam que a RSC é um termo abrangente que se refere a processos, políticas e práticas empresariais implementadas para atender as expectativas das firmas e as demandas futuras da sociedade em geral. Ashley et al (2004), também consideram a RSC como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Para os autores, RSC são ações praticadas pelas organizações que afetam positivamente a sociedade.



Como não poderia ser diferente, essa tese utilizará a abordagem da responsabilidade social corporativa como desenvolvimento sustentável para embasar suas análises. Afinal, trata-se da perspectiva mais atual e utilizada como base para o desenvolvimento dos negócios em todos os ramos. Outros autores procuraram agrupar os diferentes conceitos de RSC em grandes grupos e, independente da divisão feita, a significação do termo ligada as prerrogativas da sustentabilidade continuam prevalecendo.

Lockett et al (2006) afirma que os significados de RSC podem ser inseridos em quatro principais temas: social, ambiental, ético e relação com *stakeholders*. Blowfield (2007) frisa que o que surgiu da visão geral sobre os resultados associados à RSC é que existem três dimensões que são geralmente avaliadas: aspectos gerais sobre RSC, estudos de caso relacionados aos negócios, atitudes, conscientização e práticas empresariais e o comportamento das partes interessadas. Nesse mesmo sentido, Fleming, Roberts e Garsten (2013), afirmam que existem três principais áreas de pesquisa evidentes em relação a RSC: i) empecilho ao lucro das empresas; ii) minimização das externalidades negativas das organizações e iii) ferramenta ideológica destinada a mostrar organizações éticas e que respeitam o meio ambiente, na qual a RSC opera de forma mais ideológica do que prática e que, após anos de iniciativas de RSC, pouco resultado foi alcançado.

Vale ilustrar ainda a associação feita por Garriga e Melé (2004), na qual os conceitos de RSC foram inseridos em quatro grupos: o primeiro, chamado de teoria instrumental, que relaciona a RSC a uma forma para a organização lucrar. O segundo, denominado teoria política, que ressalta o poder social de uma firma e sua influência política na sociedade. O terceiro, teoria dos *stakeholders*, o qual argumenta que um negócio depende da sociedade para permanecer atuando e, portanto, deve realizar demandas sociais. E, por fim, o quarto grupo, teoria ética, destaca os valores éticos embutidos na relação entre empresa e sociedade.

Nota-se que a ligação do conceito de RSC com noções básicas da sustentabilidade é uma realidade da qual as firmas já não podem mais fugir. Fundamentadas no conceito de desenvolvimento sustentável, as empresas passaram a ser cobradas a desenvolver práticas que vão além da geração dos lucros e do cumprimento das leis, devendo ser, também, geradoras de ações responsáveis a longo prazo (LEMOS et al, 2006). Segundo o Relatório de Brundtland de 1987, o primeiro a conceituar desenvolvimento sustentável, este termo refere-se àquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável a sustentabilidade é inserida no debate sobre RSC e passa a ser incorporada nas estratégias das organizações (CRUZ; BOEHE, 2010; CRUZ; PEDROZO; ESTIVALETE; HOFF, 2010). Por se tratar do conceito utilizado pelas corporações atualmente, cabe analisar mais especificamente como este evoluiu e alcançou o patamar da sustentabilidade, influenciando o debate sobre RSC.

### **2.1.1 Responsabilidade social corporativa: do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável**

O desenvolvimento configura-se como um fenômeno histórico, relacionado com a formação dos estados, com o acúmulo de capital e com a incorporação da evolução técnica ao trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2006). O desenvolvimento está, portanto, segundo Bresser-Pereira (2006, p. 5), “relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados”. Para que isto se compreenda melhor, ao se debruçar em estudos sobre desenvolvimento, constatou-se que esse tema pode ser classificado em três correntes: i) Desenvolvimento como crescimento econômico; ii) Desenvolvimento diferente de crescimento econômico e iii) Desenvolvimento sustentável.

Na primeira corrente o conceito de desenvolvimento restringia-se a análise das causas do aumento do produto ou renda nacional *per capita*. Desenvolvimento passou a ser confundido e considerado sinônimo de crescimento (STERN, 2002). Para isso, era necessário fomentar a industrialização, a proteção do mercado interno e a intervenção do Estado. Ou seja, de acordo com essa perspectiva, o desenvolvimento limita-se à esfera econômica, objetivando o acúmulo de capital (SILVA, 2006).

Após a Segunda Guerra Mundial, manifestou-se uma nova corrente da teoria do desenvolvimento (RIBEIRO, 2010). Ela se preocupava com o desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico, não sendo, necessariamente, sinônimo dele. Tendo como pano de fundo esse pós Guerra e as elevadas taxas de crescimento que tanto os países centrais quanto os periféricos começaram a experimentar, a problemática do desenvolvimento passou a ser discutida de forma intensa no meio acadêmico (GOULART, 2006).

Nesse sentido, ao procurar compreender e equacionar as distorções entre os países, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) contribuiu para a formação de um novo modelo para análise dos problemas econômicos e sociais dos países “capitalistas retardatários” (DIAS, 2012). Seus estudiosos, conhecidos como cepalinos ou estruturalistas, levaram em conta, principalmente, as diferentes formas de dependência entre os países centrais e os países

periféricos (MORETTO; GIACCHINI, 2005). Os autores cepalinos se depararam com os limites da teoria vigente sobre desenvolvimento, que se moldava no contexto econômico dos países ricos e industrializados e utilizava a mesma premissa desses países para interpretar a realidade dos países menos avançados.

Representados por Raúl Prebisch, Juan Noyola Vásquez, Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, entre outros, os cepalinos defendiam que não deveria se importar a teoria de desenvolvimento das nações desenvolvidas e sim, que era preciso romper com essas amarras e construir um novo aparato teórico metodológico (DIAS, 2012). De acordo com Bielschowsky (1999, p.111), [...] “o estruturalismo é um sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas por contraste às centrais”. [...] “o estruturalismo inclui a análise das relações “centro-periferia”, isto é, a análise da forma específica de inserção internacional das economias da América Latina”. Com o surgimento de novos modelos de desenvolvimento que se adaptavam mais às novas exigências e a realidade de cada país, tornou-se convencional distinguir a teoria de desenvolvimento da ‘teoria de crescimento’.

Muitos autores iniciaram um processo de distinção entre tais conceitos. Celso Furtado foi um autor que deixou um importante legado ao tratar o problema do desenvolvimento se opondo a explicação mecânica de crescimento econômico. Este pensador buscou a compreensão da totalidade e trouxe à Economia elementos da Sociologia e da Ciência Política (JUNIOR, 2008). Para Furtado (2002), as decisões econômicas são decisões políticas, tendo, portanto, sempre que levar em conta o papel do Estado e dos grupos políticos ao abordar sobre desenvolvimento.

A partir de uma perspectiva histórica, Furtado busca analisar o que conduziu os países ao desenvolvimento. Em sua teorização, Furtado (2002) afirma que o desenvolvimento tem três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (p.22). Essas dimensões, em conjunto, dão suporte para o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, elas não bastam por si só. Para que o desenvolvimento ocorra, não se pode excluir a preparação ideológica e a formulação de uma política de desenvolvimento, promovidas pelas classes dominantes. A falta desses fatores é determinante para o processo de não desenvolvimento (FURTADO, 2002).

Segundo Furtado (1998), o desenvolvimento não seria alcançado, apenas, pelo impulso do mercado. Furtado demonstra a necessidade e a importância do Estado para a promoção do

desenvolvimento. Para o autor, o Estado é visto como responsável e ator chave para colocar em práticas políticas públicas que viabilizem a saída de uma situação de dependência.

No caso do Brasil, Furtado advoga que o país não foi capaz de romper com suas estruturas de grandes desigualdades, como concentração de renda, desemprego, entre outros (FURTADO, 1999). O que predominou foram políticas de cunho recessivas e com elevado custo social. Na falta de um projeto de desenvolvimento nacional, a economia brasileira fica, na visão do autor, aumentando cada vez mais seu endividamento externo e aprofundando a crise na economia brasileira e, logo, perdurando o seu pouco desenvolvimento (FURTADO, 1999)

Além de Celso Furtado, outros autores colaboraram para a diferenciação de desenvolvimento e crescimento econômico. Para Sachs (2004), por exemplo, desenvolvimento difere-se de crescimento econômico por ir além da multiplicação de riqueza material e também envolver ética, política e questões sociais. Além disso, equidade, igualdade e solidariedade estão inseridas no conceito de desenvolvimento, como consequências alcançáveis em longo prazo. O crescimento seria uma condição necessária, mas não suficiente para o alcance de uma vida melhor. Sachs (1997) advoga que se acreditava que o crescimento econômico traria prosperidade e distribuiria a força de trabalho, mas o que ocorreu foi um aumento da desigualdade entre as classes sociais.

Já para Siedenberg (2006), crescimento econômico é o aumento da produção de uma economia, medido normalmente pela variação do PNB (Produto Nacional Bruto) ou do PIB (Produto Interno Bruto). Dessa forma, segundo o autor, crescimento econômico é um processo de mudança de caráter predominante quantitativo. Por outro lado, desenvolvimento é um processo mais abrangente, envolvendo também mudanças sociais que se relacionam com outros elementos e estruturas, configurando um complexo sistema de interações. Vasconcellos (2000) corrobora Siedenberg em relação ao crescimento ser um conceito mais quantitativo e, o desenvolvimento, mais qualitativo. Ele reforça que o desenvolvimento vai além de mudanças econômicas, incluindo também melhoras em indicadores sociais como pobreza, desigualdade, saúde, moradia e educação.

Amartya Sen também procurou ampliar o conceito de desenvolvimento, desvinculando-o da ideia comumente aceita do termo associado ao crescimento do produto nacional bruto (SEN, 2000). O autor ilustra sua teoria do desenvolvimento como liberdade. A ideia de desenvolvimento de Sen (2000) construída a partir do aumento das liberdades humanas foca-se na “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (p. 10). As liberdades como a liberdade de receber educação, saúde e participar da política contribui para o desenvolvimento

e, como uma via de mão dupla, a privação de uma dessas liberdades contribui a privação de outras, formando um processo de influências diretamente interligadas. Dessa forma, para o autor, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades, que são tanto um fim como um meio para o desenvolvimento.

Outro autor que também extrapola o limite econômico do crescimento é Boaventura de Souza Santos, unindo a problemática do desenvolvimento à questão da emancipação social. De acordo com Santos (s/d) a noção de que o progresso econômico traz o bem-estar a humanidade mascara a realidade de que é justamente esse crescimento advindo da industrialização que colabora para as desigualdades entre os indivíduos e para a destruição das condições básicas de vida. Ele entende que a emancipação deve ser compreendida de forma abrangente, representando a construção de um processo pleno de desenvolvimento da capacidade humana (CORRÊA; BORTOLI, 2008) e que a dimensão da participação contribui para a criação de uma nova forma de organização mais igualitária.

Até este ponto tratou-se de duas abordagens sobre desenvolvimento: a abordagem clássica, que perdurou até meados de 1950 e analisa o desenvolvimento como sendo sinônimo de crescimento econômico e a abordagem que iniciou após a II Guerra Mundial e prevaleceu até a década de 1990, na qual os autores passaram a distinguir desenvolvimento de crescimento econômico e a ampliar seu conceito em diversos sentidos. A partir de 1990, outra abordagem sobre desenvolvimento entra no cenário mundial: a do desenvolvimento sustentável.

A abordagem do desenvolvimento sustentável se inicia com a repercussão das desigualdades e dos desastres ocasionados pelo sistema capitalista globalizado, o qual priorizava o crescimento econômico frente ao desenvolvimento humano (GADOTTI, 2000). A degradação ambiental condicionada pela racionalidade econômica e tecnológica do modelo dominante de desenvolvimento gerou desequilíbrios: por um lado, houve progresso econômico e social, por outro, também houve miséria e degradação ambiental. Diante da realidade de se considerar a sociedade atual como insustentável a médio ou a longo prazo, surge o desenvolvimento sustentável, procurando conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Apesar de o desenvolvimento sustentável ter se consolidado nos anos 1990, a problemática ambientalista surge no contexto das relações internacionais no final da década de 1960. Alguns fatores foram fundamentais para o surgimento dessa nova forma de enxergar o mundo, tais como: a foto da Terra tirada pelo astronauta William Anders em 1968 e a ida do astronauta Neil Armstrong à Lua em 1969 (DIAS, 2000); A publicação, em 1968, de dois *best-seller* sobre os problemas ambientais: “The population bomb”, de Paul Ehrlich e “The tragedy

of the commons”, de Garret Hardin (NOBRE, 2002); e a conferência promovida pela Unesco, também em 1968, em Paris, sobre os fundamentos científicos da manutenção da biosfera.

Nessa mesma perspectiva, algumas catástrofes, como o naufrágio do petroleiro Torrey-Canyon em 1967, o acidente na central nuclear de Three Mile Islandn os Estados Unidos em 1978 e o acidente em Chernobyl em 1985, mobilizaram as populações e impuseram a formação de uma nova agenda (COSTA, 2006). Dessa forma, em 1972 acontece a Conferência de Estocolmo, que resultou na formulação da Declaração sobre o Ambiente Humano (ou Declaração de Estocolmo) (MACHADO; SANTOS; SOUZA, 2006),

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para contribuir para harmonizar processos econômicos e ambientais. Inicialmente, este conceito focava-se apenas na preservação ambiental. No documento intitulado World Conservation Strategy, onde o conceito de desenvolvimento sustentável foi debatido primeiramente, constava que “para que o desenvolvimento seja sustentável devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos” (BELLEN, 2006, p. 23).

A partir do Relatório de Brundtland, publicado em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a dar ênfase ao elemento humano, equilibrando as dimensões econômica, social e ambiental (SANTANA, 2012). Intitulado como “Our Common Future”, este relatório conceitua Desenvolvimento Sustentável como “o encontro das necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras” (McMICHAEL, 1996, p. 218). A partir deste ano, as questões ambientais retornaram com mais força ao cenário internacional (DIAS, 2000). O movimento ambientalista ganhou apoio, com o crescimento das ONG’s e a evolução das negociações internacionais (COSTA, 2006; MACHADO, SANTOS; SOUZA, 2006).

Nesse cenário, a contribuição da RIO-92, realizada pelas Nações Unidas foi importante. A RIO-92 mobilizou diversas organizações e, apesar das divergências entre os participantes, principalmente entre os países industrializados com os menos industrializados, foram aprovados alguns programas de ações para estimular práticas de desenvolvimento sustentável (COSTA, 2006). Esses documentos são apresentados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Principais documentos aprovados na RIO-92

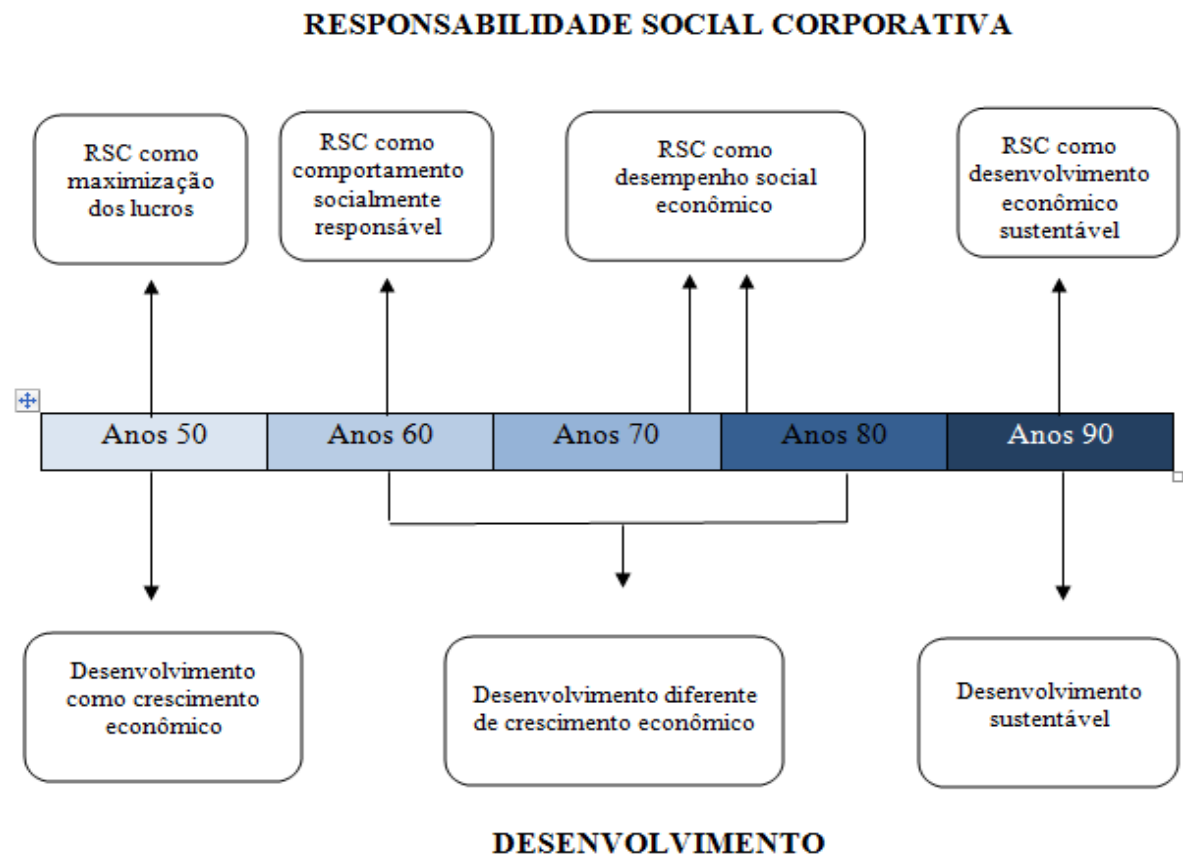
Documento	Objetivo
Declaração do Rio	Estabelecer medidas de cooperação entre Estado, mercado e sociedade
Agenda 21	Propõe a proteção ambiental aliada a justiça social e a eficiência econômica
Declaração sobre Florestas	Representa o primeiro consenso mundial sobre a importância das florestas
Convenção sobre Mudanças Climáticas	Reduzir a emissão dos gases
Convenção sobre a Diversidade Biológica	Conservar os recursos biológicos

Fonte: Elaborado pela autora, baseada em COSTA (2006)

Estes eventos influenciaram a ampliação do debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Berantan et al (2004) outras definições de desenvolvimento sustentável passaram a ser publicadas, cada uma com suas nuances próprias, mas todas abordando o aumento ou a manutenção da economia com o bem-estar social e do ambiente natural.

Percebe-se como a evolução do conceito de desenvolvimento está relacionada a evolução do conceito de responsabilidade social corporativa. Ambos começaram a serem conceituados a partir da lógica do aumento de lucro das corporações e foram se desenvolvendo de acordo com as mudanças na sociedade, refletindo a maior complexidade empresarial e as novas exigências de cidadania corporativa. A Figura 1 exemplifica a evolução de ambos os conceitos:

Figura 1: Evolução do conceito de RSC e de desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora

A partir da evolução dos conceitos de RSC e desenvolvimento, e em consonância com a perspectiva mais atual de responsabilidade social corporativa, advoga-se essa tese adota o conceito de RSC da Comissão das Comunidades Europeias, o qual afirma que o termo é “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (2001, p.7).

Até esse momento, debateu-se sobre a transformação do conceito de responsabilidade social corporativa e de desenvolvimento e como a evolução do significado de ambos se influenciam e se assemelham. A seguir, será apresentado o debate sobre responsabilidade social corporativa política.

## 2.2 Responsabilidade social corporativa política

A partir da visão tradicional da divisão dos papéis entre empresas e governo, as corporações não têm responsabilidades nem permissão para realizar tarefas do Estado



(WEYZIG, 2009; VALLENTIN; MURILLE, 2011). De acordo com essa visão tradicional, na qual as corporações almejam majoritariamente lucrar, melhorar a vida dos cidadãos é uma obrigação do governo e não das empresas (PALLAZO; SCHERER, 2006). Entretanto, teorias mais recentes, defendem que é possível uma empresa assumir um papel político (WEYZIG, 2009). A RSC política é a principal delas.

A RSC política admite que o contexto nos quais as empresas atuam necessita de várias estruturas institucionais que caracterizam os estados liberais e que as organizações, por vezes, acabam desempenhando funções que seriam de ordem governamental (WHELAN, 2012). As empresas privadas assumirem atividades que pertenciam ao Estado ocorre, geralmente, nos casos em que o estado falha, é incapaz, ou não está disposto a fazê-lo (MATTEN; CRANEN, 2005; SCHERER; PALAZZO; BAUMAN, 2006; SCHERER; PALAZZO, 2007, 2011).

De modo geral, a literatura da RSC política diz respeito as atividades que vão além das ações filantrópicas tradicionais de RSC e inserem as empresas em papéis governamentais (VALENTE; CRANE, 2010). Ou seja, a RSC política reconhece que as organizações privadas acabaram se tornando importantes atores políticos (PALAZZO; SCHERER, 2006; SCHERER; PALAZZO; BAUMAN, 2006; SCHERER; PALAZZO, 2011) e procura compreender e analisar as atividades políticas das firmas (PALAZZO; SCHERER, 2006; WHELAN, 2012).

As organizações privadas se tornarem atores políticos é um processo comumente associado a um resultado inevitável da globalização (PALAZZO; SCHERER, 2006; CRANE et al, 2008). Devido a mudança da interação entre economia, governo e sociedade, novas demandas empresariais surgiram e as necessidades da sociedade aumentaram, excedendo a capacidade dos governos de conseguir atendê-las (JAMALI; MIRSHAK, 2007). Nesse cenário de efeitos indesejados e da falta de regulamentação global, as corporações acabaram se politizando (PALAZZO, SCHERER, 2006).

A ideia de que a globalização diminuiu a capacidade do Estado de conseguir atender a sociedade é frequente (WHELAN, 2012). Para Matten e Crane (2005), por exemplo, com a globalização, o Estado deixou de ser o ator “central” na sociedade e abriu espaço para as corporações exercerem funções relacionadas a cidadania, como proteção e moradia. Nesse mesmo sentido, para Scherer e Pallazo (2008), a globalização diminuiu os padrões de regulação sobre questões como preservação os direitos humanos e do meio ambiente, aumentando a capacidade de atuação das empresas privadas e diminuindo a do Estado.

Whelan (2012) acredita que o entendimento de que a RSC política é resultado da globalização pode ser problemático por três motivos: 1) A globalização não diminuiu o poder do Estado. Devido a internet ser o marco do processo de globalização, tem-se diversos exemplos

nos quais os Estado conseguiram controlar as multinacionais da Internet (Ex: o Partido Comunista Chinês não se rendeu a tentativa do Google de força-lo a dar mais liberdade aos cidadão do país e o governo dos EUA conseguiu convencer a Amazon e o PayPal não negociassem mais com o WikiLeaks após a decisão de Bradley Manning; 2) Existe pouca evidência de que as empresas conseguiram diminuir seu capital laboral ou as normas ambientais impostas pelo Estado e 3) As multinacionais, às vezes, apoiam um papel mais forte do Estado em certos aspectos e aplicam padrões mais robustos de negócios do que média e pequenas empresas, as quais preferem atuar em um ambiente político com “menos regras”.

Independente de serem mais (WHELAN, 2012) ou menos (SCHERER, 2017; SCHERER; PALLAZO, 2008; MATTEN; CRANE, 2005) críticos à ideia de que os Estados diminuam seu poder de interferência e de ação devido a globalização, os autores reconhecem que os Estados continuam sendo importantes no desenvolvimento da RSC e que esta não pode ser enxergada isolada do governo (MOON; VOGEL 2008). O que ainda é inconclusivo na literatura é sobre o verdadeiro papel e a influenciadas corporações privadas e do governo na criação e manutenção das ações de RSC (SCHERER, 2017; MATTEN; CRANE, 2005; SCHERER; PALLAZO, 2007, 2011; VALLENTIN; MURILLE, 2011; WHELAN, 2012)

O relacionamento entre Estado e organizações privadas e a definição dos seus papéis na RSC é complexo (SCHERER, 2017). Por um lado, o sistema político define o contexto no qual as corporações estão inseridas, restringindo e/ou incentivando determinados comportamentos. Por outro lado, as corporações também influenciam e assumem um papel político (SCHERER, 2017).

Mas alguns autores são críticos em relação a politização das corporações, por dois principais motivos. Primeiro, por acreditarem que uma empresa, ao assumir funções do Estado, enfraquece o sistema governamental (REICH, 1998). Segundo, porque tais autores enxergam que as firmas têm interesses específicos e que estas ganham mais com suas ações de RSC do que a sociedade, não sendo, portanto, os agentes ideais de mudança e que deveriam ter poderes políticos (BANERJEE, 2007, HANLON, 2008; WEYZIG, 2009).

A lógica de argumentação daqueles que enxergam a RSC como uma abordagem política consiste com a perspectiva neoliberal, defendendo que as corporações devem internalizar externalidades que não são contempladas pelas leis (WEYZIG, 2009). A visão de que as empresas deveriam alterar sua posição de conformista e passar a minimizar os danos que causam e a criar novos valores com os seus negócios tornou-se central (LUETKENHORST, 2004; JAMALI; MIRSHAK, 2007). Junto com essa visão, a ideia de que o setor privado é ator

chave para gerir recursos e que este tem obrigação de colaborar para o crescimento econômico e sustentável, também se tornou presente (JAMALI; MIRSHAK, 2007).

Cheibub e Locke (2002) destacam que a RSC pode fornecer poderes e responsabilidades que não pertencem às empresas. De acordo os autores, ao realizar funções sociais que cabem ao Estado, as empresas passam a ser fonte de bem-estar social e a influenciar diretamente no sistema político e na sociedade. Sobre essa questão, Cheibuk e Locke (2002, p. 284) dizem que:

A dimensão política é evidente uma vez que a obrigatoriedade em sociedade implica a ação normativa do Estado, do poder público. Assim, direitos “garantidos pela sociedade” significa que o Estado, expressão política dos valores e interesses vigentes na sociedade, tem que garanti-los. Para ficar claro, não estamos defendendo que bens de cidadania têm que ser providos, distribuídos ou fornecidos direta e unicamente pelo Estado. Mas, de qualquer forma, sua concretização não é uma questão de escolha, mas sim obrigação de todos os atores sociais. Esses bens podem chegar aos cidadãos com a intermediação de ou provisão por agentes privados, mas o Estado tem que garantir que eles alcancem a todos.

Nesse sentido, para Cheibub e Locke, outros atores além do Estado podem colaborar e participar da RSC, mas com limitações, devendo o Estado regular e normatizar as atividades de RSC. Matten e Moon (2008) também concordam que outros atores, além dos empresariais, podem influenciar a RSC em alguma medida.

Uma importante questão que influência a percepção sobre o poder de influência dos atores na RSC diz respeito ao caráter voluntário e/ou obrigatório no seu significado. A RSC é amplamente concebida como um princípio voluntário que norteia as atividades das empresas na sociedade (BANERJEE, 2011; CLASSEN; ROLOFF, 2012; JAMALI; MIRSHAK, 2007; DALSRUD, 2006). Apesar da maioria dos autores ratificarem o caráter voluntário da RSC, alguns se opõem a exclusividade dessa característica e consideram que as ações obrigatórias também podem ser consideradas de responsabilidade social. Siltaoka e Onkila (2013), por exemplo, afirmam que RSC é conceituada com base em como o ambiente institucional e as políticas governamentais a afetam e como suas práticas influenciam as relações entre empresas e sociedades. Para Jenkins e Yakovleva (2006) a RSC refere-se às atividades das empresas, particularmente em termos de sua contribuição para alcançar sustentabilidade econômica, social e ambiental. A *International Organization for Standardization (ISO) 26000* também discorda que a RSC deva apenas ser voluntária e define a RSC como

“responsabilidade de uma organização para impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de comportamento ético

que: contribua para o desenvolvimento sustentável, incluindo a saúde e a bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com lei aplicável e consistente com as normas internacionais de comportamento; esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações” (ISO, 2010, p. 3).

Para Prieto-Carrón et al (2006) uma abordagem obrigatória para a RSC parece ser apropriada nos casos em que os objetivos são claros e os resultados esperados são mensuráveis. Por outro lado, para os autores, uma abordagem voluntária parece aplicável quando os casos exigem o desenvolvimento de ações conjuntas para resolver aspectos sociais e ambientais específicos. Dessa forma, apesar do consenso que a RSC diz respeito apenas as ações de caráter voluntário, isso não significa que os governos não podem desenvolver procedimentos que garantam sua realização e manutenção (STEURER, 2009).

Apesar de ser visto como um agente externo que não influencia diretamente a RSC, observa-se, principalmente na União Européia, governos exercendo papéis ativos no seu desenvolvimento, transcendendo os limites de controle regulatório e, inclusive, fortalecendo o caráter voluntário da RSC (VALLENTI, MURILLE, 2011).

Steurer (2009) demonstra que os governos têm cinco instrumentos políticos para delinear e suscitar a RSC. Primeiro, o instrumento legal, que diz respeito as obrigações legais impostas pelo Estado. Segundo, o instrumento econômico, que são os subsídios/créditos relacionados as atividades de RSC (como incentivos fiscais e prêmios pelos relatórios de RSC). Terceiro, o instrumento informativo, relativo a promoção de atividades de pesquisa e educação sobre RSC. O quarto instrumento refere-se as parcerias, ou seja, realizam acordos tanto com organizações públicas como privadas (múltiplos *stakeholders*). E, por último, o quinto instrumento, nomeado de híbrido, leva em consideração a possibilidade de adicionar diferentes iniciativas do governo, como plataformas online, programas de incentivo a RSC, iniciativas com múltiplos *stakeholders*, novas estratégias e planos de ação governamentais, entre outros.

Albared et al (2007) também demonstraram como o Estado pode viabilizar o desenvolvimento das ações de RSC. Os autores analisaram as políticas públicas de 15 governos europeus e explicitaram os principais programas e instrumentos políticos adotados pelos países para o incentivo e manutenção da RSC. Ocorre que, a RSC em países desenvolvidos possui características distintas da RSC em países em desenvolvimento (JAMALI, NEVIL, 2011). Devido a complexidade dos problemas sociais dos países em desenvolvimento, como o alto nível de concentração de renda, pobreza generalizada, desemprego e escassez de investimento, a RSC é menos inserida nas estratégias das firmas e menos embutida politicamente (VISSER, 2008). Além disso, a RSC é geralmente enxergada nesses países como

uma forma de compensar o governo (FRYNAS, 2005), como um “multiplicador econômico” (VISSER, 2008) e como uma solução para os graves problemas enfrentados nesses locais (MUTHUTIL et al, 2012).Essas expectativas elevam as organizações ao status de “agentes de desenvolvimento” (IDEMUDIA, 2007b; VISSER, 2008; KEMP; OWEN, 2013).

Embora existam evidências de programas de RSC que promovem o desenvolvimento em países do Sul Global (BASKIN, 2006 apud DOBER; HALME, 2009), cabe analisar a capacidade das ações de RSC para resolver problemas nesses países (DOBER; HALME, 2009). Vários autores destacam a dificuldade de avaliar o impacto da RSC em países em desenvolvimento (JAMALI; SIDANI, 2012; BEBBINGTON, 2010; BLOWFIELD, 2007).

Para Bebbington (2010), as ações de responsabilidade social corporativa promovem o desenvolvimento mais frequentemente nos casos em que as organizações investem nas comunidades locais. Nesses casos, os programas de responsabilidade social das firmas suscitam sobre o tipo de desenvolvimento que deve ocorrer na região onde a organização está atuando. Nesse mesmo sentido, Kapelus (2002) afirma que as iniciativas de RSC envolvem a implementação de programas de desenvolvimento que são elaborados de acordo com os padrões e interesses das corporações.

Esse capítulo apresentou a evolução do conceito de responsabilidade social corporativa e debateu sobre as principais questões presentes na discussão sobre responsabilidade social corporativa política. Na subseção 2.1, foi apresentada a opinião de diversos autores sobre o conceito de RSC e sua devida transformação com o passar do tempo. Paralelamente, mostrou-se, também, a evolução do conceito de desenvolvimento e sua ligação com o significado de RSC. Na subseção 2.2 debateu-se sobre as diversas perspectivas dos autores em relação aos papéis de diferentes segmentos da sociedade no desenvolvimento da RSC e discutiu-se sobre como a RSC pode fornecer poderes a esses segmentos. Se faz necessário agora delinear a mineração de agregados e discorrer sobre o papel da RSC na mineração. Essas novas discussões ocorrerão no capítulo 3, a seguir.

### 3 Mineração

Esse capítulo apresenta as principais características da mineração de agregados. Depois de descrever o setor desse estudo, discute sobre as possibilidades de desenvolvimento ocasionadas pelas ações de responsabilidade social corporativa das mineradoras, principalmente nos países em desenvolvimento. Em seguida, descreve a ascensão da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa na mineração, destacando os principais fatores presentes na mineração que reforçam a necessidade de ações de responsabilidade social no setor.

#### 3.1 Caracterização da mineração de agregados

O termo – mineração de agregados - é utilizado no Brasil para reconhecer um segmento do setor mineral que produz matéria prima para emprego imediato na construção civil, composto basicamente de areia, rocha britada e industrial e argila (ANEPAC, 2004). Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9935 (1987), os agregados são materiais granulares, podem ser naturais ou artificiais e têm propriedades adequadas para uso na construção civil. Nesse mesmo sentido, Serna e Rezende (2009, p. 602) conceituam os minerais agregados como

materiais granulares, sem forma e volume definidos, de dimensões e propriedades estabelecidas para uso em obras de engenharia civil, tais como, a rocha britada, o cascalho e as areias naturais ou obtidas por moagem de rocha, além das argilas e dos substitutivos como resíduos inertes reciclados, escórias de aciaria, produtos industriais, entre outros [...] Os agregados podem ser naturais ou artificiais. Os naturais são os que se encontram de forma particulada na natureza (areia, cascalho ou pedregulho) e os artificiais são aqueles produzidos por algum processo industrial, como as rochas britadas, areias artificiais, escórias de alto-forno e argilas expandidas, entre outros.

De acordo com o Serviço Geológico Americano (USGS - United States Geological Survey) os agregados da construção civil são os insumos minerais mais consumidos no mundo. Estes têm diversas aplicações, estando presente em obras civis e militares (SERNA, 2009). Ou seja, se destinam a atender à implantação e manutenção de obras de infraestrutura e tem aplicações em várias atividades essenciais ligadas ao desenvolvimento econômico. São utilizados, por exemplo, em habitações, sistemas viários, reservatórios de água para consumo humano ou geração de energia e outros (CAVALCANTI; PARAHYBA, 2012).

Segundo a Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (ANEPAC, 2015), o consumo desses minérios é um importante indicador de qualidade de vida. Enquanto a Comunidade Européia consumiu 5,2 ton p/capita no ano de 2104, os Estados Unidos 9 ton p/capita e a China 12 ton p/capita, o Brasil consumiu apenas 3,7 ton p/capita (ANEPAC, 2015). No país São Paulo é o maior produtor e consumidor de agregados (devido as suas características geológicas e ao seu processo de urbanização do estado, respectivamente). Além disso, as obras públicas a cargo do Estado despontam como o principal fomentador do uso desse tipo de mineração no país (DNPM, 2015).

O setor de mineração de agregados difere de outras atividades de mineração especialmente em relação ao grande número de reservas, à distribuição geográfica da atividade, e ao porte dos empreendimentos (POLETTTO, 2006). Em função do grande volume físico de comercialização, e baixo valor, sua utilização depende de métodos operacionais e de movimentação de baixo custo, com localização perto do mercado consumidor (SERNA; REZENDE, 2009). Assim, a mineração dos agregados ocorre próxima a centros urbanos, devido a influência do custo do transporte no preço do produto (de um a dois terços do valor final) e à localização da jazida (BATISTA, 2010).

Devido a proximidade com as cidades, além dos problemas comuns à mineração em geral, a mineração de agregados adiciona-se questões específicas. Os impactos visuais se fazem presentes no dia a dia dos indivíduos que vivem em seu entorno (degradação do solo, retirada de vegetação, escavações, modificação da paisagem local). Também se observam impactos na saúde (emissão de fragmentos, fumo, gases, poeira, ruídos) (POLETTTO, 2006). Disso, resulta um cenário potencialmente conflituoso entre as mineradoras e a sociedade civil.

Vale ressaltar que a mineração de agregados não impacta apenas seu entorno. Em função das suas características – maiores volumes, menores preços, proximidade com o mercado consumidor, baixa complexidade tecnológica e produção de matérias-primas para o mercado da construção civil (POLETTTO, 2006) - esse segmento do setor mineral estabelece um forte elo com toda a sociedade. Junior et al (2008) afirmam que a mineração de agregados leva a formação de arranjos produtivos locais de base mineral apresentando “graus variados de interação entre os agentes empresariais e com organismos externos, como governos, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e inovação” (p.182). Admite-se, portanto, que esses graus variados de interação influenciam diretamente a relação entre mineradoras e sociedade (JUNIOR, SUSLICK, SUZIGAN, 2010).

Ocorre que, em função dos transtornos ocasionados pela atividade de mineração, os benefícios advindos da atividade mineral são colocados em xeque pela sociedade

(BEBBINGTON, 2010). Para Kapelus (2002), os efeitos adversos das atividades de mineração suscitam opiniões opostas entre diversos atores, mas, principalmente, entre a comunidade local e os mineradores. E quanto menos convincente a ideia de que a mineração promove o bem estar e o desenvolvimento das comunidades locais, mais os indivíduos e as comunidades serão intolerantes com essa atividade extrativa e maiores conflitos serão gerados (IDEMUDIA, 2009; KEMP, OWEN, GOTZMANN; BOND, 2011; MISOCZKY; BÖHM, 2013). Nesse cenário entram os projetos de responsabilidade social corporativa, os quais são utilizados para a diminuição dos conflitos e promoção do desenvolvimento (BEBBINGTON, 2010; KAPELUS, 2002; NEWENHAM-KAHINDI, 2011). A possibilidade de desenvolvimento das comunidades locais proporcionada pelas ações de RSC das mineradoras será discutida a seguir.

### **3.2 Desenvolvimento proporcionado pelas ações de responsabilidade social corporativa das mineradoras**

Welker (2009), frisa que a ligação entre RSC e desenvolvimento é uma das principais características da responsabilidade social. Para o autor, isso ocorre em detrimento da crença que uma corporação possui o poder de desenvolver sozinha uma região. Welker (2009) afirma também que o relacionamento entre os dois conceitos é ainda maior na mineração, por ser tratar de uma indústria que atua, geralmente, em regiões mais carentes e onde o Estado encontra-se menos presente.

De acordo com Bebbington (2010), a relação entre as mineradoras e o desenvolvimento que elas proporcionam nos locais onde estão instaladas é algo contestável. Enquanto as empresas da indústria extrativa defendem que promovem o desenvolvimento nas áreas de extração dos minérios, ativistas, ONG's e representantes da sociedade civil e do judiciário argumentam que a extração dos recursos naturais tem trazido prejuízos imensuráveis para os locais onde as mineradoras atuam.

Kemp e Owen (2013), ao analisarem o desenvolvimento proporcionado pelas empresas do setor de mineração, afirmam que essa é uma questão confusa. Para os autores, as indústrias extrativas parecem não compreender a demanda das comunidades locais e quais os benefícios que, de fato, estão sendo proporcionados para os indivíduos que vivem nessas comunidades. Dessa forma, as operações das mineradoras passaram a evocar divergentes opiniões. Para Kapelus (2002), os efeitos adversos das atividades de mineração suscitam opiniões opostas entre diversos atores, mas, principalmente, entre a comunidade local e os mineradores. Para o autor, entretanto, a comunidade local afetada tem mais credibilidade do que as mineradoras,



visto que, de um lado, encontram-se as empresas de mineração tentando convencer que a comunidade local está se beneficiando e se desenvolvendo com as atividades extrativistas e, do outro, encontra-se a comunidade local, que quase que inevitavelmente é atingida com os aspectos negativos da mineração (degradação do meio ambiente, deslocamento do local onde moram, doenças, etc).

Um exemplo sobre os diferentes pontos de vista em relação aos benefícios e aos malefícios ocasionados pelas atividades extrativistas e a incapacidade das mineradoras de compreender a verdadeira demanda de desenvolvimento das comunidades locais é observada no artigo de Spohr, Barros e Gomes (2016). Nesse estudo de caso, os autores exploram as ações de uma mineradora brasileira – Bandeirante - em um país africano - Nzambi. Para que a Bandeirante pudesse minerar no local onde os minérios foram encontrados, foi necessário realocar as famílias que ali viviam, fato esse que gerou diversos conflitos.

De acordo com Bebbington (2010), à medida que uma mineradora começa a explorar um bem natural, as populações locais passam a vivenciar diversos custos e incertezas. Fatores como mudança do local onde residem, ameaça ao acesso à água e a terra e incerteza sobre seus meios de subsistência levam os indivíduos que vivem nas comunidades locais a pensarem sobre os verdadeiros benefícios da mineração para eles e se, de fato, devem continuar sendo condescendentes com essa atividade. “Quanto menos convincente a evidência de que a extração promove o desenvolvimento, mais provável será a resistência e o conflito. É neste terreno que os programas de RSC pisam” (BEBBINGTON, 2010, p. 102).

As ações de RSC estão relacionadas, em alguns casos, com a redução de questionamentos sobre a atuação das firmas e a permissão destas para começarem a exercer suas atividades (BEBBINGTON, 2012). Na indústria extrativa, a RSC é utilizada, também, como estratégia de relacionamento com as partes interessadas, para tentar equilibrar e atender as diferentes demandas da sociedade em busca da licença social para operar (JENKINS, 2004).

A licença social para operar (LSO) diz respeito às percepções das partes interessadas sobre uma corporação, indicando se tal firma é socialmente aceitável (RAUFFLET et al, 2014). Environmentand Energy Bulletin (2015) e Raufflet et al (2014) afirmam que a licença social para operar é um constructo intangível associado a aceitação e a reputação de uma firma. Demuijnck e Fasterling (2016) e Howard-Grenville et al (2008) também destacam o aspecto da intangibilidade da LSO, afirmando que este termo se refere ao consentimento tácito da sociedade em relação às atividades das corporações. Prno e SLocombe (2012) e Thomson e Boutilier (2011) destacam o caráter permanente da licença social, afirmando que o termo diz respeito a aceitação contínua dos membros da comunidade local e outros atores.

O termo licença social para operar é mais proeminente na indústria extrativa (DEMUIJNCK, FASTERLING, 2016; SLACK, 2014; ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN, 2015; RAUFFLET et al, 2014). Rauffleut et al (2014) argumentam que a licença social para operar surgiu e é mais ressaltada na mineração devido a dois principais fatores: i) dificuldades das empresas em conseguirem as licenças para atuar e ii) investimento na extração dos minérios e localização das jazidas.

O primeiro fator, Rauffleut et al (2014), deriva da limitação da licença legal. As licenças legais são outorgadas pelo governo (ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN, 2015; HOWARD-GRENVILLE et al, 2008; RAUFFLEUT et al, 2014) com a justificativa que a mineração irá contribuir para os interesses nacionais ou regionais. Dessa forma, o cumprimento de suas normas e regulamentos apresenta-se como um meio de atender as expectativas da sociedade (PRNO, 2013) e um nível de aceitação social ocorre quando as licenças legais são concedidas (ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN, 2015). Ocorre que, muitas vezes, tais contribuições acontecem de forma desigual e os grupos mais vulneráveis da sociedade são prejudicados pelas externalidades negativas da mineração (impactos ao meio social e ambiental). Consequentemente, a atuação dessas firmas passa a não ser legitimadas pelas partes interessadas e comunidades locais. Dessa forma, para as empresas de mineração, é cada vez mais evidente que conseguir a licença legal não é o suficiente para conseguir a licença social (RAUFFLEUT et al, 2014; MOFFAT; ZHANG, 2014).

Já o segundo fator ocorre em função do tipo de investimento das mineradoras e da dependência da localização natural dos minérios. Devido aos investimentos das indústrias extrativas serem altos e de longo prazo, uma mineradora está condicionada a permanecer na região que possui as jazidas de minério, não sendo possível se deslocar e necessitando construir boas relações com as comunidades locais e partes interessadas (RAUFFLEUT et al, 2014)

Ao adotar ações de responsabilidade social corporativa e de desenvolvimento local, as mineradoras reconhecem que estão atendendo às exigências da comunidade local e que essa é uma realidade da qual as firmas desse setor já não podem escapar (KAPELUS, 2002). Ao aceitar um padrão de consentimento da comunidade, a empresa sabe que isso a ajuda a evitar operar em área onde existe oposição dos moradores locais (SLACK, 2014). Ocorre que, sem meios formais para medir a aceitação de uma corporação, é mais fácil identificar

quando a firma perdeu a licença social para operar do que quando esta ganhou a licença (ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN, 2015).

Embora o termo licença social para operar seja, comumente, usado de forma vaga, alguns estudos indicam que é possível estabelecer critérios para saber se a corporação o adquiriu ou não (DEMUIJNCK; FASTERLING, 2016). Demuijnck e Fasterling (2016) afirmam que a perspectiva normativa pode trazer uma base mais fundamentada para a prática da licença social para operar. Essa abordagem enfatiza aqueles que possuem reivindicações legítimas sobre a firma (comunidade local) e, a partir da realização de um contrato social, onde a licença só seria adquirida com a aceitação de todas as partes interessadas e com a entrega de resultados positivos para todas elas, seria mais factível analisar o processo de consentimento da sociedade em relação a operação de uma empresa (DEMUIJNCK; FASTERLING, 2016).

Muthuri, Chapple e Moon (2009) acordam com Demuijnck e Fasterling (2016) sobre comunidades locais serem os atores que mais possuem reivindicações legítimas em relação as atividades das firmas. Porém, Muthuri, Chapple e Moon (2009) frisam a dificuldade de gerenciamento de interesses com a comunidade local, visto que esse *stakeholder* é o que menos possui organização e recursos para exigir o que necessita. Apesar disso, o sucesso para adquirir a licença social só ocorrerá com a legitimação deste (MUTHURI, CHAPPLE; MOON, 2009).

Até o momento foram descritas as principais características da mineração de agregados e discutiu-se sobre a possibilidade de desenvolvimento das comunidades proporcionado pelas ações de RSC das mineradoras. Antes de apontar a importância da RSC na mineração, será apresentada a evolução da sustentabilidade nas últimas décadas e como esta tornou primordial as ações de RSC no setor de mineração.

### **3.3 Ascensão da sustentabilidade na mineração**

Na Conferência Rio +10 promovida pela Organização das Nações Unidas, realizada em 2002 em Johannesburgo, a mineração foi considerada uma atividade essencial para a vida moderna (ONU, 2002). Representantes de 189 países e de centenas de Organizações não Governamentais debateram medidas a fim de fomentar práticas de mineração sustentáveis durante todo o ciclo de vida das operações de mineração, em conformidade com as normas nacionais e levando em conta os impactos transfronteiriços significativos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004). Mas o incentivo e a obrigatoriedade de práticas sustentáveis nem

sempre estiveram presentes na mineração (LARIHI-DUTT, 2014). Foi a partir da década de 1980 que o setor mineral passou a ser questionado por sua atuação e impactos causados (JUNIOR et al, 2008).

Como comentado na subseção 2.1.1, alguns fatores e tragédias ambientais estimularam o debate da sustentabilidade em todos os setores. Lipovetsky (2004) resume as quatro principais razões que influenciaram a ascensão da sustentabilidade: i) catástrofes naturais e ocasionadas pela humanidade (acidente industrial de Bhopal, naufrágio do super petroleiro Amoco Cadiz); ii) degradação da imagem do mundo dos negócios nos anos de 1980 (corrupção, escândalos das bolsas, estelionato); iii) novas estratégias de marketing (reposicionamento das marcas, preocupação com novos valores morais) e iv) engajamento dos recursos humanos (homem é colocado no centro das empresas).

Esses fatores estimularam uma postura mais ética e sustentável nas organizações (LIPOVETSKY, 2004). No setor de mineração não foi diferente. O aumento do número de acidentes e de prejuízos ambientais envolvendo mineradoras gerou mudanças legais e comportamentais no setor (IRAMINA et al, 2009). A prerrogativa da sustentabilidade de garantir qualidade de vida para as futuras gerações trouxe a indispensabilidade da utilização mais consciente dos minerais e questionou a forma de desenvolvimento das nações (JUNIOR et al, 2008).

O setor de mineração passou a ser pressionado pelo paradigma da sustentabilidade (JUNIOR et al, 2008). A sociedade ampliou sua capacidade de mobilização e passou a reivindicar as ações das empresas (PARENTE, 2013). Nesse contexto, as organizações passaram a se diferenciar por meio do envolvimento com a RSC (JAMALI; MIRSHAK, 2007). Sabe-se que RSC deve equilibrar as demandas das empresas com as da sociedade. Apesar de outras indústrias também estarem sujeitas às pressões externas em relação ao aumento de ações socialmente responsáveis, no caso da indústria de mineração, essas pressões, talvez, atinjam um potencial maior em função dos impactos negativos ocasionados pelo setor (NEWENHAM-KAHINDI, 2010; JENKINS, 2004). Devido as externalidades negativas do setor, as mineradoras realizam ações de RSC para mitigar seus impactos, evitarem conflitos com a sociedade civil e conseguirem licença para atuar (NEWENHAM-KAHINDI, 2010). A necessidade das ações da RSC na mineração será explorada a seguir.

### 3.4 Necessidade da responsabilidade social corporativa na mineração

Apesar de também reconhecer que a RSC exerce importante papel em todos os segmentos, Walker e Howard (2002) elencam os principais problemas associados a mineração que reforçam a importância dos debates da RSC nessa indústria. Esses problemas são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Problemas que reforçam a necessidade da RSC na mineração.

• Má reputação do setor.
• Pressão de grupos da sociedade que desafiam a legitimidade e a verdadeira necessidade da mineração.
• Foco cada vez maior do setor financeiro em empresas com gestão responsável;
• Pouco valor agregado as ações de melhorias ambientais e sociais praticadas pelas mineradoras
• Desafio constante do setor em manter sua licença para operar

Fonte: Elaborado pela autora

A má reputação do setor, este ocorre em função dos desastres ambientais ocasionados por mineradoras. Uma das calamidades com maior impacto e que mais afeta a imagem da indústria de mineração diz respeito ao rompimento de barragens, com vários casos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, como o caso emblemático da Vale em Mariana (2015) (COSTA, 2015) e o caso de Brumadinho, da mesma empresa (EL PAIS, 2019).

A segunda questão apontada por Walker e Howard (2002) é a pressão de grupos da sociedade que desafiam a legitimidade e a necessidade da mineração. Um exemplo pôde ser observado em Catamarca, na Argentina, em 1997, onde as comunidades locais fundaram a Voz do Povo, um movimento social organizado para reivindicar as promessas não cumpridas da mineradora Minera Alumbrera, principalmente em relação aos empregos anunciados (MISOCKY; BOHM, 2013). Em 2017 em El Salvador, após vários protestos de ativistas da sociedade a mineração de ouro e outros metais foi proibida no país (NEW YORK TIMES, 2017). No Brasil, em São José dos Campos (SP), pesquisadores, ambientalistas e Organização Não Governamentais (ONG's) conseguiram proibir a mineração no município desde 1990 (SUZUMURA, 2016). Outro exemplo mais recente de pressão da população brasileira ocorreu em 2017, quando, pressionado pela comunidade nacional e internacional, o governo revogou o

decreto que tinha como objetivo liberar a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), na floresta Amazônica, para exploração de mineradoras (EL PAÍS, 2017).

No que concerne o terceiro problema, foco cada vez maior do setor financeiro em empresas com gestão responsável, que se relaciona diretamente com a reputação das empresas. Com a valorização da sustentabilidade a partir dos anos 1990, o significado de reputação tornou-se mais complexo. Este passou a se vincular com a ética e com ações de RSC e assumiu um importante papel no mercado financeiro (MAGALHÃES, 2010). Empresas do setor financeiro perceberam passaram a investir cada vez mais em empresas com ações responsáveis (SCOTT, 2013). De acordo com uma pesquisa realizada pela Price Waterhouse Coopers em 2002, 68% dos entrevistados acordavam que a RSC influenciava na lucratividade das firmas (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003). No relatório anual de 2017 realizado pela Ernst & Young, os temas mais relevantes para a organização e que mais geraram valor para as firmas são os temas relacionados aos aspectos sociais e ambientais (ERNST & YOUNG, 2017).

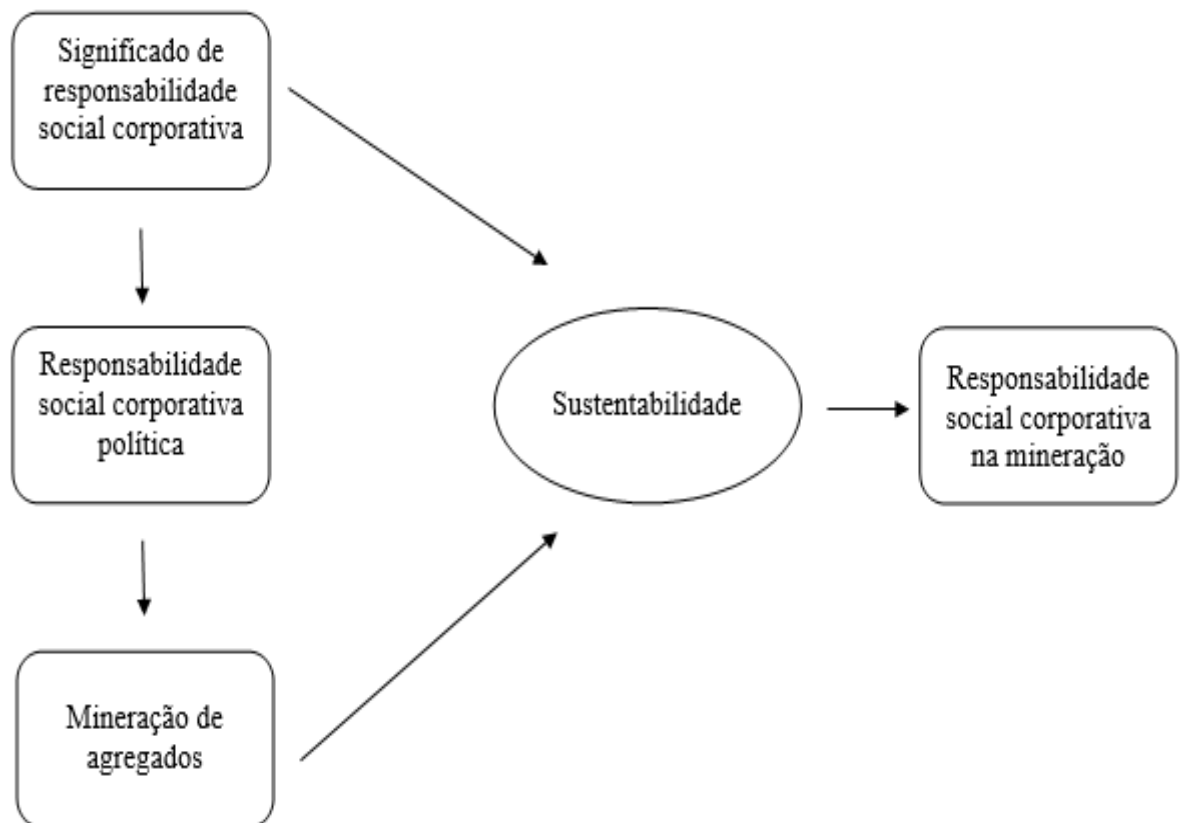
O quarto problema que reforça o debate da RSC na mineração é o pouco valor agregado as ações de melhoria ambientais e sociais praticadas pelas mineradoras. A relação entre as mineradoras e o desenvolvimento que estas proporcionam por meio de suas ações de RSC é algo contestável (BEBBINGTON, 2010). Kemp e Owen (2013), ao analisarem o desenvolvimento proporcionado pelas empresas do setor de mineração, afirmam que essa é uma questão confusa. Para os autores, as indústrias extrativas parecem não compreender a demanda das comunidades locais e quais os benefícios que, de fato, estão sendo proporcionados para os indivíduos que vivem nessas comunidades. Nesse mesmo sentido, Jamali e Sidani (2012) exploram três artigos que abordam a RSC em países em desenvolvimento e destacam a falta de compreensão das firmas sobre o alcance e os efeitos positivos das suas ações de RSC.

Por fim, a licença social para operar, como abordado na subseção 3.2 no capítulo 3 de mineração, se refere ao relacionamento da firma com a sociedade e com as comunidades locais (DEMUIJNCK; FASTERLING, 2016; PRNO; SCOTT, 2012). A ideia de que uma empresa precisa de licença para atuar não apenas dos meios regulatórios legais como também da sociedade e das comunidades locais é mais forte na indústria de mineração do que nos demais setores, pelo seu impacto nos ambientes econômicos, sociais e ambientais. Enquanto outros termos associados a RSC procuram legitimar uma função social para as empresas, a licença social procura concentrar-se mais na percepção dos atingidos por determinada firma (PARSONS; LACEY; MOFFAT, 2014).

Este capítulo descreveu as principais características da mineração de agregados e analisou a importância das ações de responsabilidade social corporativa no setor em função dos

principais aspectos que influenciam o funcionamento dessa indústria extrativa. Antes de descrever os procedimentos metodológico utilizados nessa pesquisa, é importante clarificar o caminho até aqui percorrido. A Figura 2 apresenta a lógica que estruturou o debate realizado na fundamentação teórica desse estudo:

Figura 2: Estrutura da fundamentação teórica



Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente debateu-se sobre a transformação do conceito de RSC, o qual é relacionado, também, a evolução do conceito de desenvolvimento, alcançando o patamar da sustentabilidade. Depois, discutiu-se sobre as principais questões inseridas na literatura de responsabilidade social corporativa política, tais como: influência do mercado e do Estado no desenvolvimento da RSC, papel político das organizações e os poderes fornecidos a segmentos da sociedade por meio das práticas de RSC. Na sequência, apresenta-se as principais características da mineração de agregados e o discurso da sustentabilidade é retomado, servindo

de base justificativa para corroborar a necessidade da RSC no setor de mineração. A seguir, o capítulo 4 discorrerá sobre os procedimentos metodológicos desse trabalho.



## **4 Procedimentos metodológicos**

Esse capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados. O capítulo tem cinco seções: primeiro, são apresentados os posicionamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Depois, é demonstrado como o campo do estudo foi definido e como o caso da pesquisa foi selecionado. Em seguida, é descrita a coleta e a análise dos dados. Por último, são apresentados os mecanismos utilizados para a validação e confiabilidade do trabalho.

Visto o objetivo geral do estudo e as perguntas que guiaram a pesquisadora durante a tarefa de responder tal objetivo, a seguir serão apresentados os paradigmas que fundamentaram os procedimentos metodológicos.

### **4.1 Paradigma da pesquisa**

#### **4.1.1 Posicionamento ontológico e epistemológico**

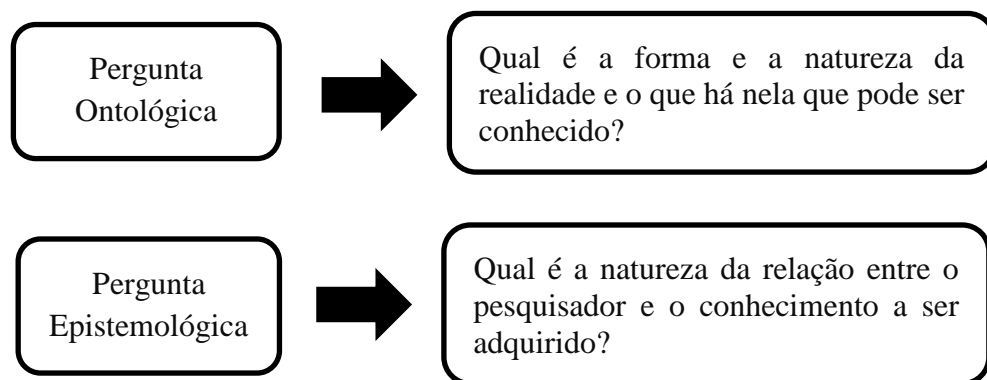
A pesquisa social em organizações “foi conduzida diante de referências ontológicas e epistemológicas delineadas sobre posições antagônicas em que objetividade-subjetividade e determinismo-voluntarismo eram vistos como não conciliáveis” (ROSSONI et al, 2013, p. 525). Nessa disputa, prevaleceu a defesa da superioridade da objetividade sobre a subjetividade. Para a concepção tradicional da ciência, o saber é objetivo e sedimenta-se nos manuais de metodologia científica assumidos pela maioria dos cientistas (CUPANI, 1989). Segundo essa concepção, a validade universal é resultado do proceder metódico e da imparcialidade dos cientistas diante dos assuntos pesquisados e das diferenças individuais. De acordo com Cupani (1989, p.18) “uma afirmação é objetiva se – e à medida que – atinge seu objeto, vale para todos e não se prende a peculiaridades pessoais”.

Embora o paradigma objetivista tenha tentado eliminar a problemática do sujeito na produção do conhecimento, a supremacia da objetividade começou a ser questionada. A análise do ser humano como um ser complexo e com caráter singular, tornou necessária a produção do conhecimento científico pautado na subjetividade do sujeito. Não se trata de se eliminar o conhecimento objetivo, e sim de conhecer ambos e saber onde o pesquisador, sua pesquisa e sua visão de mundo melhor se enquadram.

Embora as fronteiras que separam essas perspectivas tenham começado a diminuir nas últimas décadas, ainda se observa uma oposição entre ambas, além de se reconhecer também a fragilidade inserida por tal polarização (ALEXANDER, 1984). De acordo com Denzin e

Lincoln (2006), é mais útil analisar onde os paradigmas se convergem e de divergem do que permanecer e corroborar com a ideia de disputa entre estes. Consentindo com a opinião dos autores, vale salientar que o importante é que o pesquisador tenha conhecimento sobre as diferenças epistemológicas e ontológicas existentes e capacidade para decidir qual empregar nos seus estudos, ao invés de tentar defender a superioridade de uma em relação à outra. Para Guba e Lincoln (1994) os paradigmas ontológicos e epistemológicos definem o que são e o que está dentro e fora dos limites de investigação. Para os autores, as crenças básicas que definem esses paradigmas de investigação podem ser resumidas pelas respostas dadas as perguntas apresentadas na figura 3 a seguir:

Figura 3: Perguntas que definem os paradigmas de investigação



Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Guba e Lincoln (1994)

A fim de responder essas questões, as subseções a seguir debaterão sobre os posicionamentos ontológicos e epistemológicos e esclarecerão a postura de investigação de pesquisadora dessa tese.

#### 4.1.1.1 Posicionamento ontológico

A orientação ontológica está relacionada sobre como o pesquisador percebe o mundo. Segundo Blaikie (2000), apud Grix (2002, p.177), “os pressupostos ontológicos estão preocupados com o que acreditamos constituir a realidade social”. Para Marsh e Furlong (2002, p. 18), “a posição ontológica reflete a visão do pesquisador a respeito da natureza do mundo [...]”. Já de acordo com Burrell e Morgan (1979), ontologia é o âmago do fenômeno observado.

É a maneira pela qual o pesquisador compreende a realidade e a transmite para outros indivíduos.

A questão fundamental na ontologia é se a realidade social é objetivista/realista (existe independente do significado dado pelos indivíduos) ou subjetivista/relativista (é uma construção dos atores sociais) (GRIX, 2002). A perspectiva realista defende que a objetividade é a maneira mais eficiente de se alcançar os resultados de uma pesquisa. Por outro lado, a perspectiva relativista assume que o conhecimento é resultado de diversas negociações de significados e de trocas de informações, visto que o sentido não é o mesmo em todos os lugares e, sim, socialmente construído (BLUMER, 1998).

Por se relacionar com a natureza da realidade (CRESWELL; CLARK, 2013), a posição da pesquisa dessa tese enquadra-se no relativismo. Por acreditar que a realidade aqui estudada não é algo dado a priori e, sim, construída e influenciada por diversos fatores locais, ambientais, econômicos, culturais, entre outros, julga-se coerente a seleção do posicionamento relativista para esse estudo.

#### **4.1.1.2 Posicionamento epistemológico**

As questões sobre as organizações não podem ser debatidas sem a clarificação de temas epistemológicos (SCHIPPER, 2005). Nesse sentido, analisar as questões filosóficas “é fundamental para se criar espaço teórico que venha possibilitar tanto a compreensão das perspectivas organizacionais tradicionais como para a conceituação e introdução de novas perspectivas de análise” (CAVALCANTI; ALCADIPANI, 2010). Os debates sobre tais aspectos são poucos e este fato tem contribuído para a produção de muitos equívocos. Em função de a escolha do método de pesquisa estar diretamente relacionada com a compreensão das especificidades do processo de produção e reprodução da realidade, não se pode iniciar um estudo sem que esteja claro para o próprio pesquisador de que forma ele compreende o mundo e sua produção de conhecimento. Afinal, este é um movimento que não se refere exclusivamente ao campo do conhecimento. Também se estende a outros aspectos da vida humana como os políticos, econômicos, sociais e temporais.

De acordo com Hirschheim (1992), a dimensão epistemológica diz respeito a como o conhecimento pode ser adquirido. Alguns trabalhos como os de Burrell e Morgan (1979), Guba e Lincoln (1989), Orlikowski e Baroudi (1991) e Creswell (2003), apresentam classificações em relação às posturas epistemológicas. Embora existam algumas diferenças consideráveis em relação às classificações dos diferentes autores, a utilizada por Orlikowski e Baroudi (1991)

tem sido frequentemente aplicada e considerada útil (CHEN; HIRSCHHEIM, 2004; WALSHAM, 1995a). Essa tese utilizará a classificação de Orlikowski e Baroudi (1991) para orientar a descrição do pressuposto epistemológico em função das concepções descritas pelos autores e do debate por eles estimulado sobre o uso de abordagens nas pesquisas.

Orlikowski e Baroudi (1991) fazem uso de três grandes categorias para classificar as perspectivas epistemológicas: positivista, interpretativista e crítica. Para a filosofia positivista de pesquisa, as organizações têm uma estrutura e uma realidade que vão além das ações dos indivíduos. Esta estrutura já está posta e estabelecida e pode ser descoberta objetivamente, por meio de medidas quantificáveis e testes de hipóteses. A perspectiva interpretativista defende que a realidade e o conhecimento são produtos sociais e só podem ser compreendidos por meio das pessoas que fazem parte dessa realidade (ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991). Por fim, a perspectiva crítica, embora também acredite que a realidade é construída e compreendida socialmente, discorda da interpretativista em relação aos objetivos dos estudos. Na visão crítica, os estudos têm que objetivar alterar o *status quo* dos sistemas sociais (ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991).

Considerou-se adequado optar por uma abordagem interpretativista, por se tratar da análise de uma atividade social humana complexa. Ao assumir esse posicionamento, a pesquisadora assume que a realidade é criada e transformada pelos indivíduos inseridos no problema estudado e que irá compreender o mundo a partir do ponto de vista desses indivíduos (ISABELLA, 1990). Após a definição da postura epistemológica, serão descritos os outros elementos que compõem o domínio metodológico deste estudo, ou seja, o método e as técnicas de coleta e de análise dos dados.

#### **4.1.2 Posicionamento metodológico**

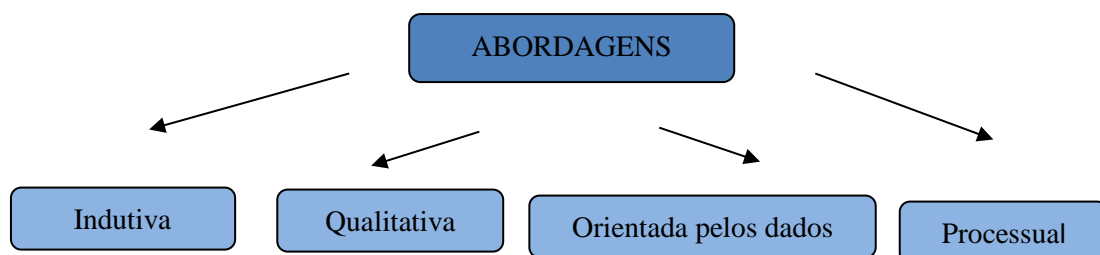
A definição do posicionamento metodológico é fundamental em uma investigação científica. Freixo (2009, p.80) afirma que método é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do investigador”. Entende-se que um fenômeno deve ser estudado por meio da compreensão da interpretação daqueles que o vivenciam e que o conhecimento produzido é baseado na individualidade das pessoas. Nesse sentido, esta pesquisa adotará a abordagem qualitativa por ser a mais recomendada para interpretar o fenômeno estudado. A abordagem qualitativa é indicada para analisar fenômenos históricos, realísticos, sociais ou

grupais (FLICK, 2009) e tem sido escolhida como a melhor opção para estudos focados em compreender a vida humana (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Além da utilização da abordagem qualitativa, ressalta-se que esta tese também se vale do método indutivo de pesquisa. O método indutivo começa por uma observação para que, no final de um processo, se elabore novos conhecimentos (FREIXO, 2009). Dessa forma, a abordagem indutiva não se inicia com uma teoria expressa na forma de hipótese a ser testada (característica da abordagem dedutiva), pelo contrário, a abordagem indutiva permite que o pesquisador faça novas descobertas de novos fenômenos (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009). O método indutivo considera que o conhecimento é fundamentado na experiência e deve ser utilizado em pesquisas particularmente interessadas no contexto no qual os eventos estão ocorrendo (SAUNDERS, LEWIS; THORNHILL, 2009). Ao assumir uma posição indutiva em relação ao objeto de estudo, a investigação científica torna-se uma questão de provável generalização a partir dos resultados.

De acordo com Ferreira (1998), o método indutivo define suas regras a partir do pressuposto de que o resultado de um problema investigado se torna verdade para situação universal correspondente, ou seja, que ocorra sob a mesma circunstância. Para isso, o pesquisador deve recorrer a alguns procedimentos, como: observar sistematicamente os fenômenos, elaborar os classificados a partir da descoberta de relação entre os fenômenos observados, construir inicialmente resultados provisórios, validar os resultados provisórios e construir generalizações a partir dos resultados testados indutivamente. Ressalta-se que será utilizado o modelo de processo como abordagem teórica que “apresenta uma série de ocorrências em sequência ao longo do tempo de forma a explicar como algum fenômeno acontece” (MOHR, 1982, p. 9). Ou seja, não existe uma relação de causa e efeito como no modelo de variância no qual se testa uma hipótese. A Figura 4 apresenta os principais paradigmas que orientaram as escolhas das técnicas metodológicas dessa tese.

Figura 4: Abordagens utilizadas na tese



Fonte: Elaborado pela autora

As abordagens adotadas nesse estudo representam uma postura eminentemente subjetiva e qualitativa. Sendo assim, a estratégia de investigação mais adequada é a de estudo de caso. O estudo de caso tem como objetivo descrever detalhadamente o caso e obter uma profunda compreensão sobre este (STAKE, 1998). O estudo de caso almeja alcançar “um entendimento profundo da situação e do significado das pessoas envolvidas. O interesse é no processo mais do que nos resultados, no contexto mais do que em variáveis específicas, em descobrir mais do que em confirmar” (MERRIAM, 1998, p, 19).

O estudo de caso pode envolver um ou mais casos (EISENHARDT, 1989) e o caso pode ser uma organização, um indivíduo, um programa, entre outros (PATTON, 2002). Essa pesquisa realizou um estudo de caso único onde a organização constituiu o caso. A utilização de um estudo de caso único proporcionou analisar detalhadamente o fenômeno estudado. Acredita-se que a opção pelo estudo de caso único justifica-se pela necessidade de compreender a realidade específica de cada sujeito e por almejar uma profunda compreensão da realidade dos indivíduos. A seguir, serão descritos os critérios que embasaram a seleção do campo e do caso.

#### **4.2 Definição do campo e seleção do caso**

O campo selecionado para a realização dessa pesquisa foi o setor de mineração de agregados em São Paulo. Essa escolha ocorreu em 2015, após o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco S.A, em Mariana – MG. Tal desastre, considerado o de maior impacto no Brasil e um dos maiores no mundo, suscitou a curiosidade de se conhecer sobre a mineração em São Paulo. De imediato, a pesquisadora verificou que a mineração no Estado se diferenciava da mineração em Minas Gerais, por se tratar da extração de minérios distintos (São Paulo: pedra, areia e argila / Minas Gerais: ferro, fosfato, ouro, tantalita, zinco).

Embora com características diferentes da mineração de ferro e pedras preciosas, atestou-se a importância social e econômica dessa indústria extrativa para São Paulo e para o Brasil. A mineração de agregados em São Paulo, em função do desempenho econômico e da consequente concentração de obras civis no Estado, corresponde ao setor que mais produz e mais consome minérios industriais do país. Segundo relatório do DNPM (2016) o valor da produção mineral brasileira atingiu no ano de 2016 R\$ 87,8 bilhões e a mão de obra ocupada no totaliza 164.807 trabalhadores. A região Sudeste é a principal empregadora do setor de mineração, com São Paulo representando 9,8% do total dos empregos de 2016, sendo a maioria destes na mineração de agregados.

Apesar do grande impacto desse setor, esse tipo de mineração possui planejamento ineficiente, tendo em vista a baixa fiscalização das atividades, a pouca legitimidade do setor e o grande desperdício dos minérios em função da utilização de inadequadas infraestruturas e de um sistema logístico precário. Além disso, o setor também possui um elevado número de trâmites burocráticos que, aliados a impossibilidade do Estado de atender as exigências que cria, aumenta a irregularidade e a utilização de mão de obra pouco qualificada (VALVERDE; TSUCHIYA, 2008).

Essas características formam um cenário complexo. Apesar de ser um dos setores econômicos mais importantes de São Paulo e do Brasil, este ainda é desconhecido por grande parcela da sociedade e possui aspectos positivos e negativos que se influenciam e atingem os demais setores e atores na sociedade. Esse cenário complexo e contraditório foi uma das maiores motivações para a escolha desse campo.

Uma vez definido o campo, foi necessário selecionar a amostra. Optou-se pelo método não probabilístico para a seleção. A amostra não probabilística possibilita escolher casos onde a qualidade e a profundidade da informação são colocadas em primeiro lugar (PATTON, 2002). Nesse sentido, esse método revela-se como a opção mais adequada para um estudo qualitativo que pretende se aprofundar em sua problemática de pesquisa. Após definir tal método, se faz necessário especificar os critérios adotados para a seleção do caso e dos respondentes (MERRIAM, 2009).

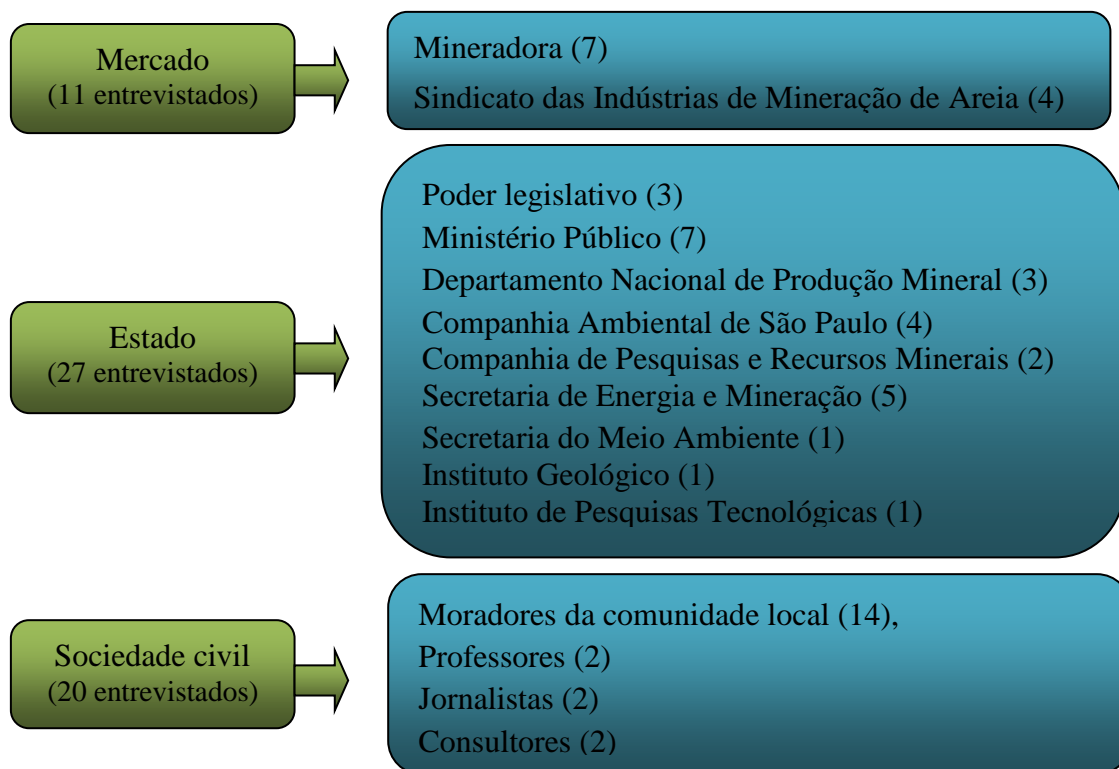
A pesquisadora entrou em contato com a ouvidoria do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que forneceu a relação de todos os processos de mineração existentes no Brasil. Com base nesses dados e nas informações contidas no Anuário Mineral do Estado de São Paulo de 2015, foram adotados os seguintes critérios para a seleção dos casos: i) ser uma mineradora de bens agregados; ii) estar situada na região metropolitana de São Paulo e iii) estar no mercado de mineração de agregados há, no mínimo, 30 anos. O primeiro critério justifica-se por si só, em função da seleção do campo empírico dessa investigação. O segundo foi utilizado tendo em vista que um dos objetivos desse estudo é discutir o impacto das minas nas comunidades situadas próximas destas. Por fim, o terceiro critério foi estabelecido devido ao foco em estudar firmas que estejam há mais tempo no mercado e que, talvez, tenham processos mais consolidados ou tenham passado por uma evolução em relação a sua forma de atuar.

Visto que esse estudo tem como objetivo estudar representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil, e, sabendo que essas três dimensões da sociedade não são monolíticas, antes de elencar os requisitos para a escolha dos indivíduos a serem entrevistados nessa pesquisa

é preciso esclarecer quem foram esses respondentes e qual dessas três dimensões eles representaram.

O Mercado teve como representantes os sócios e os funcionários da firma estudada e representantes do Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia (SINDAREIA). No caso do Estado, foram entrevistados representantes das seguintes organizações: Poder Legislativo, Ministério Público, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), Secretaria de Energia e Mineração, Secretária do Meio Ambiente, Instituto Geológico e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Por fim, em relação a sociedade civil, foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade local que vive no entorno da mineradora. Além dos moradores locais, também foram entrevistados repórteres, professores e pesquisadores, os quais também se enquadraram na categoria sociedade civil. A Figura 5 exemplifica a categoria enquadrada e a quantidade entrevistada dos respondentes de cada segmento:

Figura 5: Divisão dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

O principal critério estabelecido para a seleção dos respondentes foi o nível de conhecimento e envolvimento dos indivíduos com o fenômeno estudado. Procurou-se



selecionar pessoas envolvidas a mais tempo e com mais conhecimento prático e/ou teórico sobre o tema. Para alcançar esses indivíduos, a pesquisadora, sempre após uma entrevista, pedia indicação de outro respondente que se enquadrasse no critério estabelecido e que poderia enriquecer esse estudo e colaborar com os resultados deste. Estratégia essa conceituada como “bola de neve” (MERRIAM, 1998). Visto os critérios para a seleção do campo empírico, das organizações e dos respondentes, o próximo tópico descreve os métodos escolhidos para a coleta dos dados.

#### **4.3 Coleta de dados**

Amparado no aporte teórico desse estudo, que serviu como base para guiar a pesquisadora em seu trabalho empírico, foram utilizados três métodos diferentes para a coleta de dados: entrevistas, observações e análise de documentos. Segundo Merriam (2009) e Patton (2002) a utilização dessas três formas de coleta de dados colabora para a obtenção da profundidade desejada do trabalho.

A entrevista é uma das mais importantes técnicas para se obter conhecimento nas abordagens qualitativas (STAKE, 2005). É uma etapa do processo de pesquisa na qual se constrói o conhecimento por meio de uma “conversa” com propósito e estrutura específica (KVALE, 1996). Nessa tese, a entrevista foi utilizada como principal método para a coleta de dados e teve caráter semiestruturado. Na entrevista semiestruturada, a interação entre o entrevistador e o entrevistado ocorre guiada por um roteiro com perguntas padrões que servem como um guia para o entrevistador, mas que não precisa ser seguido rigidamente (MAY, 2004). Segundo Gil (1999, p.120), nesse tipo de entrevista, “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

Foram realizadas 58 entrevistas, sendo 27 com representantes do Estado, onze com representantes do mercado e vinte com representantes da sociedade civil. Devido a necessidade de se preservar a anonimidade dos entrevistados, não serão apresentadas características específicas em relação a eles, como sexo, idade, formação, entre outras. Isso porque, em diversos setores, ao identificar apenas uma dessas características, já seria possível constatar de quem é determinada fala. Alguns setores tem apenas um representante de um dado perfil demográfico atuando e, ao destacar características, possibilitaria identificar o respondente. Nesse sentido, devido ao compromisso ético de preservar o anonimato e a preocupação de não

expor os entrevistados em função da importância dos conteúdos relatados, os respondentes não terão suas características pessoais expostas.

As entrevistas foram realizadas até que ocorresse a saturação dos dados. Para Glaser e Strauss (1967) e Denzin e Lincoln (1994) a saturação acontece quando se constata o momento de finalizar a captação dos dados, o qual leva à suspensão da inclusão de novos respondentes pois os dados obtidos começam a apresentar redundância ou repetição.

A duração média das entrevistas foi diferente para cada grupo. As entrevistas dos representantes do Estado e da corporação tiveram cerca de 90 minutos. Já a dos representantes da sociedade civil, 60 minutos em média. Para preservar o anonimato será utilizado nomes fictícios para a empresa e para os entrevistados. Os indivíduos representantes do mercado serão identificados pelo codinome EM, os representantes do Estado pelo codinome EE e os representantes da sociedade civil pelo codinome ES. Embora os relatos dos entrevistados sejam a principal fonte de coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas foram complementadas com observação não participante e análise de documentos (FLICK, 2009).

A observação visa a familiarização e a compreensão do contexto estudado (STAKE, 2011). Nessa pesquisa, a observação foi realizada durante as visitas a organização estudada e aos projetos de RSC da firma. Haja visto que a observação desempenha um papel importante em função de estabelecer um contato direto do pesquisador com a realidade investigada (MARCONI; LAKATOS, 2002), acredita-se que tenha sido possível conhecer mais sobre os ambientes físicos relatos pelos entrevistados e comprovar algumas narrativas. Afinal, a observação também serve para corroborar o que foi dito pelos entrevistados, bem como a análise de documentos (STAKE, 2011).

Esse terceiro instrumento que foi utilizado para a coleta de dados, a análise de documentos, permitiu um conhecimento maior sobre o objeto estudado. Para Merriam (2009), os dois tipos mais comuns de documentos são os pessoais e os públicos. Foram obtidos os dois tipos. Em relação aos pessoais, foram analisados materiais escritos disponibilizados por alguns respondentes. Sobre os públicos, foram averiguados sites institucionais de mineradoras e certificação NBR ISO 26000. Além disso, foram analisados os seguintes documentos fornecidos pelos respondentes: mapa da produção mineral (2014), síntese setorial do mercado produtos da indústria mineral paulista, relatório de atividades sociais corporativas da firma estudada e relatório I e II da Frente Parlamentar de Apoio à Mineração.

#### 4.4 Análise dos dados

O procedimento de análise dos dados ocorreu pelo método de comparação constante defendido por Glaser e Strauss (1967). Merriam (2009) afirma que este método pode ser utilizado em estudos qualitativos sem, no entanto, existir a elaboração de uma *grounded theory*. Nesta tese, este método foi adotado visando à construção de categorias, porém, não irá gerar uma teoria como no modelo original de *grounded theory*. Para Merriam (2009) categorias são elementos conceituais que abrangem exemplos individuais ou unidades dos dados previamente identificados da categoria. Ou seja, as categorias são abstrações derivadas dos dados, e não os próprios dados. A autora destaca que a construção de categorias é um processo indutivo, onde o pesquisador está procurando “parte” dos dados e, a partir delas, decorrentes categorias preliminares, até alcançar a saturação dessas categorias.

Todas as entrevistas foram transcritas integralmente e cada linha de cada transcrição foi enumerada. Os trechos julgados mais importantes foram destacados e referenciados dentro do contexto da entrevista. Depois, os trechos que tiverem conteúdos de anotações similares foram agrupados e formaram uma lista inicial de temas relacionados com a pesquisa. O mesmo procedimento foi adotado para a transcrição das entrevistas seguintes, sempre comparando as listagens de cada entrevista, identificando os dados repetidos entre elas e gerando uma única. A comparação constante é essencial, pois interliga os processos de coleta e de análise dos dados, servindo tanto para descobrir e classificar descobertas como para incitar a análise sobre propriedades e dimensões das categorias (STRAUSS; CORBIN, 1998). Ao finalizar o procedimento de comparação com todas as entrevistas, formou-se um conjunto de categorias que responderam às questões de pesquisa elaboradas.

Este processo de construção de categorias é chamado de codificação. Para Charmaz (2009, p.69) “codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados” [...] “os seus dados revelam a forma como você seleciona, separa e classifica os dados para iniciar uma interpretação analítica sobre eles”. A codificação linha a linha é um método adequado para analisar processos empíricos que proporcionam dados detalhados (CHARMAZ, 2009). Por meio dela a pesquisadora define o que contém nos dados e o que isso significa, permitindo seguir as indicações que vão surgindo em função da flexibilidade da própria pesquisa qualitativa (CHARMAZ, 2009).

#### 4.5 Validade e confiabilidade

Várias críticas têm sido feitas em relação aos critérios de comprovação da qualidade das pesquisas realizadas. Pozzebon e Petrini (2013) afirmam que, apesar de serem diferentes as formas de se comprovar os critérios de cientificidade entre as pesquisas positivistas e interpretativistas, as duas perspectivas devem apresentar, de forma clara, a consistência de seus resultados. Para isso, as autoras argumentam que princípios como autenticidade, plausibilidade, criticidade e reflexividade são fundamentais para a demonstração da consistência de qualquer tipo de estudo.

Cho e Trente (2006) destacam que a validade, embora tenha origem em pressupostos positivistas, vem sendo utilizada com frequência em estudos interpretativistas nos últimos anos. Esta pode ser compreendida como a correlação entre a pesquisa e a realidade (BIANCHI; IKEDA, 2008). Para Flick (2009), a validade é o ponto forte da pesquisa, por ser usada para averiguar se os resultados encontrados são, de fato, coerentes com a realidade. Ou seja, ela é usada para definir se os pesquisadores vêem realmente aquilo que eles acham que vêem. Em função de sua importância, o pesquisador deve validar os resultados em todas as etapas da pesquisa.

Como forma de comprovar a validade deste estudo, a autora da tese procurou estruturar todo o texto com clareza e detalhes, de acordo com o formato acadêmico, procurando sempre apresentar fatores que subsidiem suas reflexões e oferecendo uma revisão de literatura robusta para apoiar suas ideias (GOLDEN-BIDDLE; LOCKE, 1997). A triangulação das fontes de dados (entrevistas, documentos e observação) também ajudou o processo de interpretação dos dados como forma de diminuir o risco de interpretações erradas (DENZIN; LINCOLN, 2003). A triangulação implicou a utilização de mais de uma abordagem para evitar distorções, controlar vieses e enriquecer constatações (GÜNTHER, 2006). De acordo com Farmer et al. (2006), a triangulação contribui para a validade dos resultados de um estudo quando são utilizados múltiplas fontes e métodos, como foi o caso dessa tese.

Em relação à confiabilidade que, por sua vez, refere-se “à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados” (PAIVA; LEÃO; MELLO, 2011, p.195), esta é sempre maior quanto maior for o aprofundamento do estudo. Dessa forma, todo o processo de produção dessa pesquisa tentou ser descrito com a maior riqueza de detalhes possíveis. Objetivou-se fornecer condições para que outros pesquisadores reconstruíssem o que foi feito nessa tese, mas em cenários diferentes (MILES; HUBERMAN, 1994). A reflexibilidade, que diz respeito a transformação do

pesquisador antes e depois dos acontecimentos, também foi utilizada como um critério de confiabilidade. Afinal, a constante autoreflexão do pesquisador é essencial para evitar vieses interpretativos (CRESWELL, 2010).

## 5 Resultados

Esse capítulo responde aos três objetivos específicos do trabalho, sendo formado por três partes. A primeira, exhibe os resultados sobre as principais características da mineração de agregados. A segunda parte retrata como a RSC é definida por representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil. E, por fim, a terceira parte expõe os padrões de comportamento que criam e gerenciam as negociações entre os diferentes respondentes da sociedade em torno das ações de RSC.

Antes de iniciar a explanação sobre o primeiro objetivo específico desse estudo, vale destacar que a categoria da sociedade civil, para fins de análise dos resultados, foi dividida em dois grupos: sociedade civil moradora das comunidades locais, representada pela sigla ESM e sociedade civil não moradora das comunidades locais, representada pela sigla ESN. Para a explicação dos resultados, essa diferenciação se fez necessária devido as diferentes posições entre esses dois grupos inseridos no mesmo segmento.

A sociedade civil moradora da comunidade local que vive no entorno da mineradora foi a categoria que mais teve dificuldade em responder as questões propostas pela pesquisadora. Supõe-se que isso tenha ocorrido devido ao baixo nível educacional desses respondentes. No primeiro objetivo específico do estudo – caracterizar a mineração de agregados em São Paulo - essa dificuldade ficou clara, visto que os respondentes desse grupo da sociedade não souberam descrever formalmente o setor de agregados. Por isso, como será observado, as categorias desse primeiro objetivo foram formadas a partir da opinião dos representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais.

### 5.1 Características da mineração de agregados em São Paulo

Os achados relativos a essa primeira parte dos resultados revelaram que a mineração de agregados em São Paulo se caracteriza por cinco principais aspectos: i) baixo valor agregado do produto; ii) rigidez locacional do minério; iii) proximidade com os centros urbanos; iv) conflitos com a sociedade e v) maniqueísmo. Como será observado, as características da mineração de agregados se influenciam diretamente e, muitas vezes, se sobrepõem. Porém, alguns aspectos não foram classificados como categorias por estarem incutidos na formação de uma categoria, mas não serem, necessariamente, apontados pelos entrevistados como uma particularidade desse tipo de mineração. As duas primeiras categorias serão explicadas

concomitantemente por se interligarem e serem diretamente influenciadas pelo mesmo fator: o transporte dos minérios.

### **5.1.1 Rigidez locacional e Baixo valor agregado**

Essas duas características – rigidez locacional e baixo valor agregado do produto - apareceram na fala de todos os respondentes do Estado, do mercado e dos representantes da sociedade civil não moradora das comunidades locais. Ao serem indagados sobre as principais características da mineração de agregados, os entrevistados, primeiramente, ressaltavam a rigidez locacional e o baixo valor dos minérios.

Segundo os respondentes, a rigidez locacional é a característica mais básica e intrínseca da mineração. Todos os representantes do Estado e do mercado afirmaram que “A areia não está onde a gente quer, está onde a natureza a colocou”. EE4 enfatiza: “A mineração não está, ela não situa, não é localizada, não é desenvolvida por uma opção do empreendedor. Ela está em função da geologia, onde a natureza colocou os minerais”. EM13 e EM14 reforçam: “A natureza criou e situou o minério, não nós, seres humanos”.

Apesar de ser considerada a característica mais básica da mineração, para os entrevistados representantes do Estado e do mercado, esse ainda é um aspecto desconhecido e/ou ignorado por uma grande parcela da sociedade. Os mineradores afirmam serem cobrados constantemente pelo local onde extraem os minérios. EM1 relata: “Então... existia essa conversa... era uma conversa muito complicada, né. O pessoal achava que areia e brita tinha em todo lugar, Ah, porque vocês vêm tirar aqui? Vão tirar em outro lugar!”. Nesse mesmo sentido, EE14 explana: “Não aguento mais explicar que a gente não escolhe onde minerar. O minério está naquele lugar e pronto. A gente tira. Não é a gente que decide onde tem areia”.

Ainda que os respondentes tenham frisado a impossibilidade de escolha do local para minerar, eles próprios, ao explicarem mais sobre o funcionamento da mineração de agregados, se contradizem. Isso porque, junto a característica da rigidez local, eles também enfatizam o baixo valor agregado dos bens minerais. De acordo com EM2 “Esse bem mineral tem uma característica de que ele não tem tanto valor agregado assim. Então o transporte influencia muito mesmo, inclusive na viabilidade de exploração desse bem”. EE8 esclarece:

Tem areia em mais lugares, mas o problema é o seguinte, a que custo ela vai chegar aqui. Então é isso, por causa do monopólio, se vira no transporte. Então não adianta falar que tem areia em todo lugar, isso é bobagem. Tem gente que fala que tem areia até no mar. Vai lá buscar no mar! O pessoal esquece que

dois terços do custo da areia e da brita é o transporte. É o produto mais barato do mundo, mas a questão é o transporte.

Ou seja, o baixo valor agregado do minério e o alto custo relativo do transporte faz com que a rigidez locacional seja, na verdade, uma característica relativizada pelo setor. Devido ao alto impacto do transporte no custo dos minerais agregados, extrair esses bens longe dos centros urbanos torna-se economicamente inviável. EE15 explica: “Por eles terem um valor muito baixo, mesmo se você tem uma jazida a mais de tantos quilômetros, sei lá, 80 km, não vale a pena”. EM3, EM7, EE19 e EE22 são mais específicos e relatam que não compensa minerar em uma distância acima de 50/60 Km entre a mineração e o centro consumidor. EE14 resume bem essa questão e o que está envolvida nela:

De um lado você tem a situação econômica e do outro a social. Do lado da econômica, como já falei aqui, é que o agregado tem baixo valor, o custo do transporte é caro, os volumes são muito altos e a demanda é muito grande. O custo do transporte não é alto, é altíssimo. Dois terços é o transporte e um terço só é o produto. Então, economicamente, você tem uma força centrípeta de atração pra que o setor econômico mapeie jazidas mais próximas possíveis do centro de consumo [...] Ainda assim, você tem uma certa flexibilidade e o número de jazidas é economicamente viável. A expectativa é de estar no colo de quem tá no marco zero da Praça da Sé, né, o custo total você vai diminuir o transporte e você vai conseguindo uma atividade mais interessante, na expectativa econômica. Socialmente, uma jazida era para ser viável se tem certo volume de demanda, rocha então mais ainda que areia. E quem consome muito? Quem tem estrutura urbana, estrutura de obra de arte, construção, moradia, saneamento, etc. Ou seja, são os grandes centros. Então, socialmente, você tem o crescimento da cidade, correndo de forma centrifuga.

Apesar de ser o que mais impacta no valor do produto, foi ressaltada a ineficiência no transporte dos bens minerais. Primeiro, em relação a limitação do Brasil de só realizar esse transporte via estradas. Essa limitação acaba encarecendo ainda mais o produto, conforme frisado por ESN5, EM9 e EM10. Nesse mesmo sentido, EM3 destaca “O custo é altíssimo. Além de pagar o diesel tem os pedágios, tem os caminhoneiros, tem a degradação das rodovias, tem uma série de fatores que transformam o transporte rodoviário em um transporte não tão eficiente assim, como seria o ferroviário”.

Além do encarecimento dos minérios e de externalidades negativas, outro fato que apareceu na maioria das entrevistas diz respeito ao desperdício de areia. Desperdício decorrente tanto das condições do transporte dessa matéria-prima como após esta ser transportada. EE15, EE26 e ESN4 afirmam que, para eles, o maior problema hoje na mineração é o desperdício de areia. ESN4 indaga: “O cara anda areia caindo do caminhão e



quando chega na obra joga a areia na calçada, aí chove e a chuva carrega boa parte da areia ou um cachorro faz cocô e o cara joga fora. O desperdício da areia é uma coisa absurdamente alta”. Sobre essa questão, EE17 também comenta:

Dava para reduzir acho que sessenta, setenta por cento da areia, pelo que eu conversei com o pessoal da construção. Você consegue ter uma redução, assim significativa da areia no processo de construção, e assim, que cada uma dessas jazidas, que elas duram não trinta anos, que elas durem cem anos, entendeu? Aí você consegue compatibilizar [...] Uma cava de areia daria para sustentar a construção civil de toda a região, e mais a grande São Paulo, durante muito mais tempo se tivéssemos um uso muito mais racional dela, se o processo construtivo fosse diferente, se o desperdício não fosse tão grande.

Quando questionados sobre como poderiam reduzir o desperdício de areia, os entrevistados destacaram que existem formas simples para isso, mas que, devido a abundância de areia no Brasil, os mineradores tendem a não realizar os processos corretos. EE25 comenta: “Uma coisa básica, por exemplo, é ensacar areia. Mas hoje poucos fazem isso. A maioria joga a areia nos caminhões sem estrutura nenhuma”. EE26 complementa: “É uma coisa errada leva a outra, né. Isso também gera uma falta de controle de peso da areia. Quanto tá realmente saindo da mineradora? Quanto está chegando pra quem compra? Não dá pra saber ao certo”.

Em relação ao aspecto sobre a grande quantidade de areia no país destacado por alguns respondentes do Estado e do mercado, vale ressaltar que outros entrevistados, representantes do Estado e da sociedade civil não moradora da comunidade local, especialistas sobre o tema, afirmaram o contrário. ESN9 frisa: “A areia é um bem finito. Os mineradores a tratam como se fosse pra sempre, mas cada dia que passa ela reduz no Estado. A gente monitora todos os anos e vê a nítida diferença e como ela está acabando”. Percebe-se assim como esse bem é utilizado sem pensar nas gerações futuras, contrariando o princípio da sustentabilidade.

Pode-se constatar que essas duas primeiras categorias que descrevem a mineração de agregados - rigidez locacional e baixo valor do produto - se sobrepõem e são influenciadas pelo transporte desses bens minerais. Ambas são retratadas como características originárias do minério, o que supõe que nada pode se fazer a respeito para alterá-las. Como visto, a rigidez locacional é, na verdade, uma característica relativizada. E, o preço de um produto, é algo estabelecido pela sociedade. A naturalização desses dois aspectos resulta na conformidade de ter que lidar para sempre com essas características, as quais influenciam diretamente a forma como ocorre o processo de extração desses minérios. A subseção 5.1.2 descreve a terceira categoria identificada na análise dos dados que caracteriza a mineração de agregados em São Paulo: a proximidade com os centros urbanos.

### 5.1.2 Proximidade com os centros urbanos

A mineração de agregados em geral ocorre próxima aos centros urbanos. O volume consumido é grande e o valor do produto é baixo. Assim, para que esta seja uma atividade competitiva e economicamente lucrativa, tem que se localizar próxima aos locais consumidores. Como confirma EE9: “Não tem como você se distanciar”.

Segundo ESN1 e ESN6, essa característica de tamanha proximidade com os centros urbanos é exclusiva da mineração de agregados. Outros tipos de mineração não têm essa necessidade. ESN7 afirma: “A mineração está sempre distante dos grandes centros urbanos, exceto a mineração de agregados”. ESN5, EE6, EE18, EE20, EM7, EM10 explicam ainda que a vida útil das mineradoras também influencia para que essa indústria atue próximo dos centros consumidores. EE6 cita como exemplo as pedreiras, que possuem vida útil de 30 a 40 anos. Ele comenta que “No passado elas não estavam na zona urbana, mas agora elas já estão”.

A maior proximidade entre mineradoras e comunidades ocorre, também, em função do aumento populacional. Como frisado pelos respondentes, muitas vezes, as mineradoras se localizam em lugares desocupados, mas, após começarem a atuar, comunidades acabam se instalando em seus entornos. Ou seja, como explanam ES15 e EE7: “as mineradoras acabam atraindo a malha urbana”. EM10 realiza uma comparação com o aeroporto de Congonhas para clarificar o que ocorre:

O aeroporto estava lá longe, o avião não perturbava ninguém. A cidade cresceu até o lado do aeroporto e o avião passa a perturbar. Com a mineração ocorre algo semelhante. Tem mineração de brita que usa explosivo. Na medida em que a mancha urbana avança e encosta na área minerada eu tenho um problema de conflito por conta da necessidade de outro lançamento. Então, algo que era aceitável dentro de uma zona despovoada deixa de ser aceitável. Então eu passo a ter necessidade de uma restrição muito maior na atividade mineraria por causa do avanço populacional próximo a essa área. Então, são conflitos de natureza bem diferentes, né... Eu diria que areia, argila e brita geram conflitos diferentes.

Percebe-se como a característica de proximidade com os centros consumidores é influenciada pelas duas primeiras (rigidez locacional e baixo valor do produto). A naturalização do local onde o minério se encontra e do baixo valor deste estabelecem a necessidade de proximidade com o mercado consumidor. A partir desse fato, os atores acabam naturalizando, também, essa proximidade. Conforme observado na fala de EE10 e reforçado por outros respondentes, independente da mineradora se instalar em um local já povoado ou que seja ocupado após sua instalação, a proximidade com os centros urbanos acaba ocorrendo “de uma

forma ou de outra”. Outro fato que vale observar é o apontamento de alguns entrevistados como se esse aspecto fosse exclusivo da mineração de agregados. Afinal, outros tipos de mineração, como a de minério de ferro em Minas Gerais, se situam próximas das cidades. Independente da naturalização ou exacerbação desse aspecto, a proximidade com os centros consumidores fomenta conflitos com a sociedade. E é justamente essa a próxima categoria que caracteriza a mineração de agregados, a qual será descrita na subseção 5.1.3.

### **5.1.3 Conflitos com a sociedade**

Antes de iniciar a descrição dessa categoria, é importante destacar que a sociedade aqui mencionada se refere a sociedade não moradora da comunidade local estudada. Ou seja, aos indivíduos que residem no município, mas não no entorno da mineradora. Como será visto na última categoria dessa seção de resultados, os moradores da comunidade local da firma pesquisada possuem uma imagem positiva da empresa.

O primeiro motivo que, de acordo com os respondentes, colabora para os conflitos entre mineradoras e sociedade, é o fato de a sociedade ter pouco conhecimento sobre os benefícios da mineração e tudo que é produzido com os minérios por ela extraídos. Segundo com EE17 “Infelizmente todo mundo acha que agregado nasce no depósito. Ele não sabe que aquilo tem que ser tirado de algum lugar. Não sabe que o copo que ele bebe, onde ele senta, onde ele mora, tudo isso vem da mineração”. Junto ao pouco conhecimento da sociedade sobre a mineração, soma-se a imagem negativa desta ocasionada pelos impactos ambientais e sociais da indústria. De acordo com EE13: “A mineração não é bem vista no mundo inteiro, não é uma particularidade do Brasil. Alguém mencionou numa pesquisa que no conceito geral a mineração estaria em terceiro lugar, só perderia para o fumo e para as drogas”.

EM8 também cita a pesquisa mencionada por EE13, afirmando que, se essa mesma pesquisa fosse realizada no Brasil, ele acredita que a mineração “perderia até para o cigarro”. Um aspecto frisado por quase todos os respondentes do Estado e do mercado é que, no Brasil, as pessoas só falam sobre mineração quando algum desastre acontece, como a queda das barragens de Mariana em 2015, por exemplo. EE10 enfatiza esse aspecto sobre a imagem da mineração no país: “Mineração aqui virou palavrão”. Para ele:

Toda imagem negativa, que se cria na mineração impacta todo mundo. Eu digo isso para as empresas mais estruturadas, que elas devem estar sempre observando o que os

pequenos andam fazendo e contribuindo com aquilo que sabem para que os pequenos possam fazer melhor. Porque o desastre é quase sempre associado ao pequeno, dessa vez foi o grande. E essas lavras mal conduzidas sempre que deixam cicatrizes. Aquele comportamento inadequado vai agregando a imagem da mineração a uma imagem ruim, não importa se ele é grande ou pequeno.

Apesar de concordarem que a imagem da mineração de agregados é prejudicada por erros cometidos no passado como irregularidades no processo de extração, descumprimento de obrigações legais, invasão de áreas não licenciadas e por tragédias ligadas a outros tipos de mineração, ninguém nega que a extração dos agregados causa impactos sociais e ambientais. Segundo EE12: “Como toda atividade humana, a mineração também interfere”. Para muitos, a mineração já causa, inevitavelmente, um impacto visual negativo devido a sua estrutura natural. EE2 comenta: “A mineração é feia por natureza, não é aquele padrão bonito. Visualmente é bem feio, e até restritivo”. EE11 complementa: “Normalmente colocam árvores em volta criando um muro de vegetação. Ajuda, mas não resolve o problema”.

Além do impacto visual do local de mineração, outros impactos estimulam os conflitos com a sociedade. Os principais são a emissão de poeira, ruídos, tráfego de caminhões pesados e cavas abandonadas. Na medida em que a malha urbana cresce ela começa a se aproximar da mineração e os moradores passam a sofrer com o dia a dia das mineradoras, o que leva a reclamações e consequentes conflitos com o setor. ESN7relata: “Eles começam a achar ruim devido a emissão de poeira, tráfego de caminhões mais pesados, detonações. Então tem sempre uma pressão da comunidade querendo fechar a mineração”. Sobre as dificuldades de convivência com a comunidade local, EM14 exemplifica:

Os principais desafios estão relacionados a essa proximidade com o meio urbano e pra conviver com essa proximidade o que a gente diz é que essa mineração ela precisa ter a Licença Social. É imprescindível que ela conviva bem com os seus vizinhos. E conviver bem com os seus vizinhos é passar tão bem despercebida quanto possível, praticando as melhores técnicas de engenharia e até oferecendo algumas contrapartidas e mostrar transparência nas suas atividades. Ela precisa demonstrar a indispensabilidade dessa atividade.

Diversos entrevistados apontaram a circulação de caminhões como causadora de problemas que instigam o descontentamento da sociedade com a mineração. Primeiro, porque maioria dos caminhões transportam o minério acima do peso permitido e em condições irregulares. De acordo com ESN6: “Além do caminhão colocar o que cabe na caçamba, eles ainda colocam tábuas de cada lado, pra aumentar a capacidade. Aí eles colocam uma lona e fica

aquele cocuruto, vai caindo nos carros que ficam atrás, risco de acidente muito grande”. A quantidade e o peso dos caminhões também danificam as residências dos moradores locais. ESN2, EE8 e EE19 explicam que o peso dos caminhões causa trepidação e as paredes das casas começam a rachar. ESN2 afirma: “É o tempo todo eles passando cheios de areia, pedra é muito peso. Com o tempo isso vai estragando as casas”. EE8 comenta: “Essa sempre foi uma reclamação constante em Caçapava, onde os moradores tinham que reformar constantemente suas casas”. EE19 reforça: “Isso não tem como negar. A gente recebe muita reclamação dos estragos nas residências de quem mora lá”.

Outro impacto socioambiental mencionado por vários entrevistados foi o abandono de cavas. Ao final da mineração, embora seja previsto na Licença de Operação que o minerador deve recuperar a área degradada após o encerramento das atividades, muitos respondentes relataram que isso não acontece. Como consequência, uma cava abandonada pode contaminar o subsolo, proliferar aguapés e mosquitos que transmitem diversas doenças. EE21 relembra um acidente que resultou no falecimento de um garoto devido a uma cava de mineração abandonada:

Em Jacareí e em Caçapava, ocorreu a morte de pessoas que foram usar a cava para nadar. Crianças que foram nadar em cava de areia e morreram afogadas, não é raro acontecer isso, porque assim, do lado das cavas de areia, como são afastados da área central da cidade, você tem população de periferia, população de baixa renda, e assim, a cava de areia não está cercada, muitas delas não tem, uma proteção, então a criança vai brincar na água, vai nadar, mas acaba morrendo afogada, porque ali não tem uma praia né, as áreas mineradas não formam uma praia. Então você chegou, você deu dois passos você tem dez metros, vinte metros de profundidade...

Os motivos supracitados foram destacados como os maiores problemas advindos da mineração que colaboram para o descontentamento da sociedade em relação a essa atividade industrial e os consequentes conflitos entre esses atores. A seguir, na subseção 5.1.4, será apresentada a última categoria que caracteriza a mineração de agregados na opinião dos representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil.

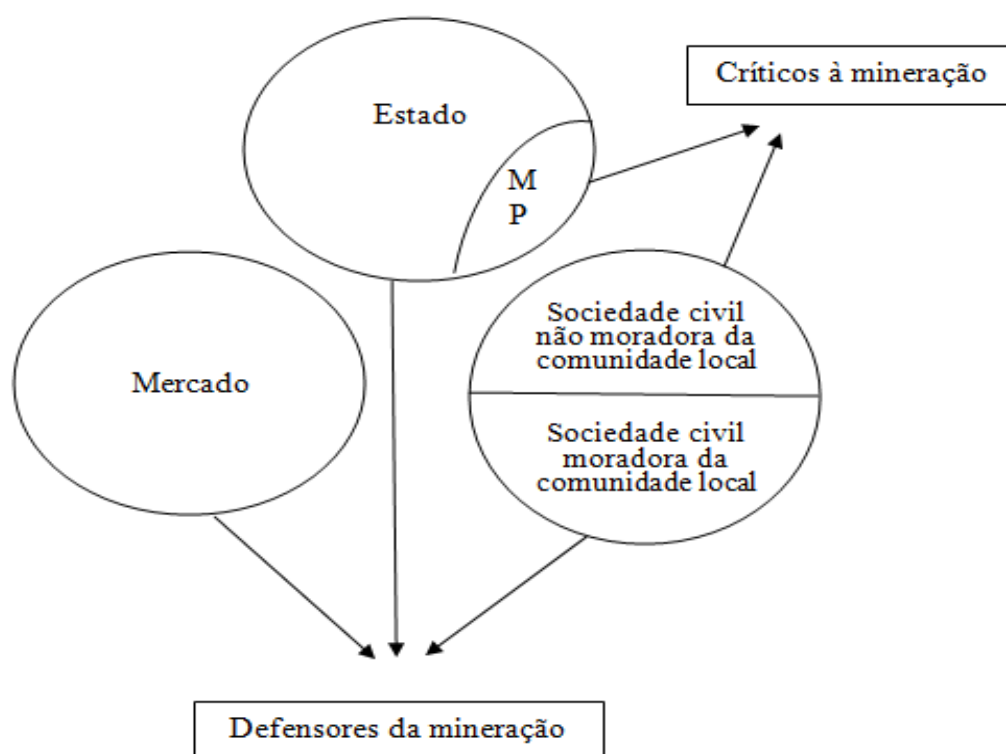
### **5.1.4 Maniqueísmo**

Analisando os dados coletados, conclui-se que o maniqueísmo é a particularidade que mais caracteriza e enfatiza a divergência de opinião entre os diferentes atores da sociedade sobre a mineração de agregados em São Paulo. Nas palavras de EM10: “Para entender um pouco do universo da mineração, é preciso entender que existe um lado que defende o meio

ambiente e outro que defende a mineração”. EE5 reforça esse aspecto de opiniões antagônicas sobre a mineração em São Paulo: “Nós precisamos que vocês ajudem a gente a resolver os nossos conflitos com o Meio Ambiente. Sempre foi a ladainha... Essa é a tônica da conversa, do bem contra o mal”.

O antagonismo ficou claro nos posicionamentos sobre a necessidade ou não da mineração de agregados para o desenvolvimento e manutenção do modo de vida atual na sociedade. Os resultados mostraram que os indivíduos representantes do Estado e do mercado defendem a inevitabilidade da mineração de agregados. Dentre os representantes do Estado, entretanto, um ator específico se opõe a essa defesa: o Ministério Público. Por outro lado, na sociedade, duas diferentes perspectivas mostraram-se presentes: os moradores da comunidade local defendem a atividade de mineração enquanto os não moradores são mais críticos. A Figura 6 retrata o dualismo sobre a necessidade da mineração de agregados entre os atores das diferentes esferas da sociedade:

Figura 6: Críticos e defensores da mineração de agregados



Fonte: Elaborado pela autora.

Para os respondentes do Estado e do mercado, a mineração de agregados é uma atividade industrial indispensável para a evolução e continuidade da vida moderna. Entrevistados desses

dois setores enfatizaram a importância da mineração de agregados. EE22 afirma que “Em um Estado que é economicamente mais dinâmico, como São Paulo, é o setor mais importante”. EE5 comenta: “É um setor forte da economia que tem que ser defendido porque senão para a construção civil da cidade de São Paulo como para a manutenção da qualidade de vida”. Nesse mesmo sentido, EM17 diz que “A nossa existência depende dos bem minerais, desde alimentação, moradia, infraestrutura urbana, vidros, remédios, papel, todos eles levam bens minerais”. EE10 exemplifica o discurso presente em diversas entrevistas sobre a inevitabilidade da mineração:

Os talhares que você está comendo? De onde veio? O copo que você está bebendo a água de onde veio? Não só o copo... Sabe? Então, veja você a importância. Não dá para a gente viver sem a mineração. O maior exemplo é esse daí. Então eu não vejo negativo nenhum na exploração de agregados. Só vejo aspeto positivo, porque com isso você vai ter mais escolas, mais hospitais, mais barragens de hidrelétricas, mais pavimentações, mais isso e aquilo... Por que tudo envolve os agregados.

Após a defesa da mineração, os respondentes declaravam o quão acreditam ser incoerente e incompatível a sociedade civil ser contra essa atividade. Esse aspecto pode ser visto na fala de EM4: “A sociedade reclama de barulho, reclama dos buracos que ficam, mas por outro lado, ela quer calçamento, quer escolas, metrô... Ela quer tudo”. EE19 reforça: “Ninguém gosta de presídio, ninguém gosta de cemitério, ninguém gosta de aterro sanitário. Ninguém quer ter eles do lado de caso, mas todo mundo quer tirar proveito deles”.

Como dito no início dessa subseção, a defesa da mineração ocorreu entre os representantes do Estado e do mercado, com exceção de um grupo que também se insere no Estado, o Ministério Público. O Ministério Público é responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, tendo como principais funções promover a execução das leis, a ação penal pública e a ação civil pública (LEI COMPLEMENTAR Nº 40 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981).

Para o Ministério Público, o discurso sobre a inevitabilidade da mineração de agregados é uma falácia e a sociedade possui outras formas de evoluir, como a partir da reciclagem de entulhos e de formas mais modernas utilizadas em países desenvolvidos que fomentam a indústria civil. Sendo considerados por muitos como um setor que é “contra a mineração”, o Ministério Público desmente esse fato e afirma: “Não existe de fato uma pessoa do Ministério Público que é contrário a mineração. A gente é contrário as irregularidades da mineração” (EE18). Os entrevistados do Ministério Público expressaram que entendem a necessidade da mineração, mas que, a importância do setor não justifica o não cumprimento da lei.

O Ministério Público realizou um mapeamento nas cavas de mineração, comparando imagens de satélite de 1986 com imagens dos anos 2000. Segundo os respondentes, o impacto dessas imagens foi enorme e diversas irregularidades foram encontradas. EE16 declara: “Eles falam que a gente é contra, mas eu dizia: traz o certo, então, que a gente vai conferir. E ficou nisso mesmo, eles nunca fizeram o certo, claro”. EE13 sintetiza bem o sentimento do Ministério Público e de suas intervenções em relação a mineração: “Tem um ditado muito antigo que diz que ‘não servirás a dois senhores’. Não tem jeito. Então, para mim fica muito claro, o único advogado que o meio ambiente tem somos nós, o Ministério Público”.

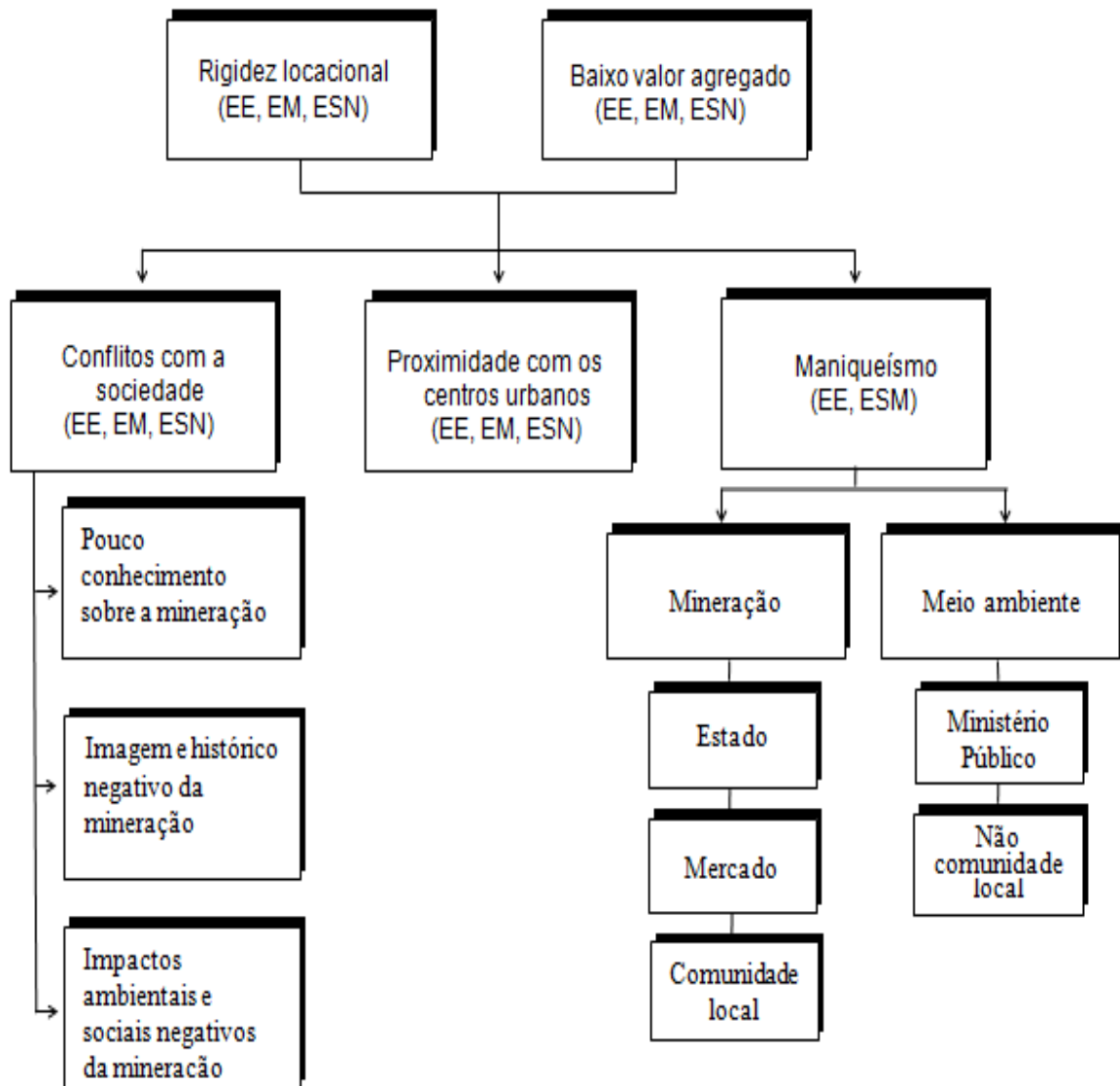
Visto a opinião sobre a aceitabilidade da mineração dos representantes do Estado e do mercado, faz-se necessário clarificar os achados desse maniqueísmo na sociedade civil. Os que não residem no entorno da mineração avaliam essa atividade por uma perspectiva mais global e com foco nos impactos ambientais por ela causados. ESN2 comenta: “Eles só se preocupam em continuar crescendo e ganhando mais e não estão nem aí em preservar o ambiente. Extraem, levam a nossa riqueza, ficam com os lucros e o município só fica com o prejuízo”. Além disso, um discurso semelhante a dos trabalhadores do Ministério Público também apareceu nesse grupo. ESN4 diz que: “Eu não sou contra eles. Querem minerar? Tudo bem. Mas façam isso direito e respeitem as leis e o meio ambiente”.

Os moradores da comunidade local, por outro lado, tendem a ser mais positivos em relação à mineração. Eles avaliam essa indústria de uma forma mais individual e pautada na realidade da comunidade onde suas famílias sempre viveram. ESM11 declara: “Antes de eles chegarem aqui a gente não tinha nada. Eles me deram emprego e escola pros meus filhos”. ESM9 reforça: “Melhoraram muito a comunidade [...] Nem sei o que seria da gente se eles não tivessem vindo pra cá”. A partir da comparação entre a vida que tinham “antes de mineradora” e “depois da mineradora”, eles desenvolveram um sentimento de gratidão e de respeito pela empresa. Um dos respondentes chegou a questionar a pesquisadora no final da entrevistada: “É verdade que eles têm um tempo só aqui e que um dia vão embora”?

Esta primeira seção apresentou as cinco categorias que caracterizam a mineração de agregados em São Paulo: baixo valor agregado, rigidez locacional, proximidade com os centros urbanos, conflitos com a sociedade e maniqueísmo entre mineração e meio ambiente. Percebe-se o quanto essas características de influenciam diretamente e como uma acaba resultando na outra. A Figura 7 resume a ligação entre elas e os principais aspectos que descrevem a mineração no Estado.



Figura 7: Características da mineração de agregados em São Paulo



Fonte: Elaborado pela autora

A partir da tentativa de alcançar o primeiro objetivo específico, percebeu-se que ocorre um processo de naturalização de forma geral das características da mineração de agregados. Além de uma influenciar diretamente a outra, estas passam a serem analisadas como inerentes da atividade de mineração. A naturalização das características reforça o aspecto de que nada pode se fazer para alterar o processo de extração dos bens minerais. Nesse sentido, os segmentos não se esforçam nem investem em estudos e tecnologias para mudar essa realidade. Poucos foram os discursos críticos em relação a esses aspectos. Notou-se ainda a forte relação de dependência da comunidade local com a empresa estudada. Abandonados pelo poder público,

os moradores da comunidade local enxergam na mineração uma das únicas possibilidades de conseguirem emprego e sustentarem suas famílias.

Por fim, outro ponto que chamou atenção diz respeito ao dualismo entre mineração e meio ambiente e entre imprescindibilidade e não imprescindibilidade da mineração. Importante observar como, em relação a mineração, os aspectos são tratados e levados ao extremo. A briga entre os setores e a divergência de opiniões, leva a pouca troca de informações entre estes e a poucas medidas de alteração da realidade de como o processo de mineração ocorre. Na próxima seção, será exibido os resultados relativos ao segundo objetivo específico desse trabalho: analisar os significados que a responsabilidade social corporativa assume para diferentes atores da sociedade envolvidos na mineração de agregados em São Paulo.

## **5.2 Significados que a responsabilidade social corporativa assume para representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil**

Os dados da pesquisa revelaram duas compreensões sobre a RSC entre os três grupos da sociedade civil estudados: a pragmática e a conceitual. A RSC foi considerada pragmática quando os indivíduos entrevistados a conceituaram apenas sob a perspectiva prática, ou seja, sobre as ações que observam que são promovidas pelas organizações. Nesse sentido, entende-se que uma visão pragmática de RSC é aquela que abarca, dentro desse conceito, todas as ações das empresas que tem impactos econômicos e sociais, sendo essas ações intencionais ou não.

Por outro lado, a RSC foi considerada conceitual, na medida em que os entrevistados foram além das ações práticas realizadas pelas firmas e a conceituaram a partir do que eles acreditam que o termo devesse significar, independente de ocorrer ou não. A visão conceitual é mais restritiva na medida em que se entende que a RSC se refere exclusivamente as ações que poderiam ser caracterizadas como responsáveis a partir de dois parâmetros: as que vão além das demandas legais (voluntárias) e as que se restringem as demandas legais.

Constatou-se que os indivíduos representantes do Estado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais compreendem a RSC tanto de maneira pragmática como conceitual, sendo formadas duas categorias para esses segmentos: i) compreensão pragmática: ações ambientais e ii) compreensão conceitual: ações voluntárias. Já os respondentes do mercado e da sociedade civil moradora da comunidade local demonstraram enxergar a RSC apenas de forma pragmática e, ambas, relacionadas a melhoria de vida das comunidades que vivem ao entorno da mineradora. Dessa forma, foi criada uma categoria para cada um desses segmentos, sendo estas: iii) compreensão pragmática para o mercado: ações em prol de

comunidades locais e iv) compreensão pragmática para sociedade civil moradora da comunidade local: ações em prol de comunidades locais. Essas categorias serão descritas a seguir.

### **5.2.1 Significado que a responsabilidade social corporativa assume representantes do Estado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais**

#### **5.2.1.1 Compreensão pragmática: ações ambientais**

A primeira categoria demonstrou que os indivíduos representantes do Estado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais enxergam que a responsabilidade social corporativa na mineração de agregados em São Paulo, de forma pragmática, está ligada as ações ambientais das mineradoras. Ou seja, as práticas voltadas para a preservação do meio ambiente. Os respondentes ressaltaram que, na prática, a RSC na mineração ocorre por meio dos investimentos ligados a manutenção e a preservação do meio ambiente. ESN3 destaca: “Eu diria que a RSC ocorre devido ao investimento na área ambiental. Acho que não tem mais nada, além disso”. ESN4 corrobora: “RSC abarca diversas dimensões, mas nesse ramo de mineração a RSC passa só pelos aspectos ambientais”.

As ações de responsabilidade são voltadas mais para questões ambientais devido a obrigação das mineradoras em realizar essas ações para conseguirem o licenciamento ambiental. EE24 comenta: “Olha a gente pede vários programas, mas a maioria deles ligados ao meio ambiente. A mineração já está lá, ela passa no meio de uma área urbana, então vamos avaliar uma possibilidade de contorno dos prejuízos que ela causa”. Nesse mesmo sentido, EE5 frisa:

Então, a gente vê que a legislação ambiental chegou e que ela veio pra ficar, não adianta falar que um dia vai mudar. Não vai. O que foi acontecendo foi essa visão de sustentabilidade, responsabilidade social e tudo mais, então assim, hoje você tem no estado de São Paulo todo um grupo de mineradores que procuram trabalhar com essa ótica da responsabilidade social para o meio ambiente.

Os entrevistados representantes do Estado comentaram que, além dos aspectos ambientais, o licenciamento também exige ações voltadas para melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem perto das mineradoras e dos funcionários que trabalham nas

mineradoras. Esses respondentes declararam que, apesar a maioria das ações ocorrem em benefício do meio ambiente por proporcionarem maior impacto visual e, conseqüentemente, um reflexo positivo para a imagem das mineradoras. EE6, EE9 e EE10 afirmam que algumas mineradoras até realizam ações em prol de comunidades locais, mas, em relação aos funcionários das firmas, esse fato é pouco observado devido, principalmente, ao baixo número que esse tipo de organização emprega. Segundo EE9: “Eles trabalham com um número muito pequeno de funcionários e mesmo sendo pedido programas de apoio a educação pra combater o analfabetismo ou creches pra funcionários isso não gera muito impacto por serem poucas pessoas”.

Os representantes da sociedade não moradora da comunidade local mostraram-se mais críticos em relação à realização de ações de RSC voltadas mais para o meio ambiente do que para as comunidades locais. ESN1 explicita: “Claro que eles têm que se preocupar com o meio ambiente, afinal, eles destroem tudo. Mas isso é o mínimo. Poderiam investir mais em melhorar a vida de quem eles tanto prejudicam”. Já os representantes do Estado são mais complacentes. Talvez, devido à questão de as ações voltadas ao meio ambiente serem demandadas pelo próprio governo. De acordo com EE12: “Melhorou muito sabe, a gente foi se aperfeiçoando e exigindo cada vez mais. Então assim, se um minerador cumpre tudo certinho, ele está minerando direito”. Independente de mais ou menos críticos a prática de RSC voltada ao meio ambiente, tanto o Estado como a sociedade não moradora da comunidade local entendem que, embora na prática as ações de responsabilidade social das mineradoras sejam focadas no aspecto ambiental, teoricamente falando, elas só poderiam ser consideradas ações de RSC caso fossem além do que é exigido por lei. Essa característica será explanada a seguir.

#### **5.2.1.2 Compreensão conceitual: ações voluntárias**

Além da compreensão pragmática de que a RSC na mineração de agregados ocorre majoritariamente baseada em ações ambientais, os resultados apontaram que, de acordo com a compreensão conceitual dos representantes do Estado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais, para serem consideradas responsabilidade social das corporações, as ações devem ser voluntárias e não obrigatórias.

Os entrevistados alegaram que as mineradoras desenvolvem a maioria dos programas de RSC baseadas no que devem cumprir para conseguirem licença para atuar, como, por exemplo, estudos prévios sobre o impacto ambiental que a mineradora poderá causar e estudo de percepção da população em relação a mineradora. Ocorre que, de acordo com os

respondentes, ao cumprir essas exigências, eles estão cumprindo os aspectos legais e não realizando ações de responsabilidade social.

Os respondentes evidenciaram a contribuição de ações obrigatórias para a sociedade. Entretanto, para eles, o que é pedido por lei não se configura como ação de RSC. EE26 diz que: “O que é de cumprimento obrigatório não tem nada de RSC. Você tem que ter o voluntário, a iniciativa própria. Porque aquilo que a lei te obriga a fazer, a lei te obriga a fazer”. As ações obrigatórias foram citadas como uma contrapartida mínima que as mineradoras têm que fazer em função de utilizarem um recurso que pertence à União. Para ESN6: “Eu acho que ele tem que retribuir de volta. Se ele está usando um recurso natural, ele tem que retribuir e fazer o que mandam ele fazer não conta. É o mínimo”.

Para os representantes do Estado, a RSC assume dois significados: um pragmático e um conceitual. Porém, vale destacar que para dois entrevistados do Estado, a RSC não assume nenhum significado na mineração de agregados por não existir nesse segmento industrial. EE14 frisa: “A responsabilidade social está muito longe de chegar na mineração, exceto por algumas marcas conhecidas que é a Petrobras, por exemplo. Na mineração de agregados daqui ela não existe”. EE9 complementa: “Já vi práticas bem-sucedidas de RSC na mineração, mas não nesse contexto da mineração de agregados”.

Nesta subseção foram apresentadas as duas categorias referentes aos representantes do Estado e da sociedade civil não moradora das comunidades locais. A seguir, serão descritas as categorias referentes aos entrevistados representantes do mercado de mineração e da sociedade civil moradora da comunidade local.

### **5.2.2 Significado que a RSC assume para representantes do mercado e da sociedade civil moradora da comunidade local**

Ao contrário dos entrevistados representantes do Estado e da sociedade civil não moradora da comunidade local que analisam o significado de RSC de forma pragmática e conceitual, os respondentes representantes do mercado e da sociedade civil moradora da comunidade local interpretam a RSC apenas de forma pragmática. Esta interpretação leva a formação da terceira categoria que responde a pergunta de pesquisa desse artigo: ações em prol de comunidades locais. Embora esta categoria seja comum ao mercado e a sociedade civil, será exemplificada separadamente em função das diferentes interpretações que as envolvem.

### 5.2.2.1 Compreensão pragmática para o mercado: ações em prol de comunidades locais

Todos os respondentes do mercado afirmaram que RSC diz respeito ao investimento na melhoria de vida das comunidades que vivem ao seu entorno. Comentando sobre os principais motivos que levam a mineradora a investir nas comunidades próximas, alguns informantes ressaltaram que a obtenção da licença social realmente colabora para isso. EM7, por exemplo, destaca a importância do apoio da comunidade nas audiências públicas:

Acho que responsabilidade social corporativa é toda a influência que a empresa tem na comunidade que ela atinge pra melhorar algumas questões e também melhorar a visão que a comunidade tem sobre ela para conseguir a chamada licença social. Porque isso também vai influenciar diretamente nos processos de licenciamento. Porque se em uma audiência pública você tem uma série de pessoas que são contra a mineração, que não entendem o papel dela naquela região, você vai ter uma dificuldade muito maior.

Embora alguns entrevistados tenham destacado a licença social como uma das motivações para as ações em prol dos moradores locais, a maioria afirmou que a empresa se sente realmente preocupada e responsável com as pessoas que residem próximas a mineradora. EM5 diz que “responsabilidade social corporativa passa pelo fato de que a empresa não consegue fechar os olhos para a comunidade, para o local, para as pessoas que estão ali naquela região”.

Enfatizando a responsabilidade que a mineradora tem sobre as comunidades locais, EM1 comenta: “A partir do momento que você está enxergando aquela região, está vivendo aquela região, acho que faz parte pensar o que a empresa pode fazer pra melhorar a vida daquela comunidade, dentro das limitações que a empresa tem”.

Quando questionado sobre quais limitações EM1 se referia, o entrevistado afirmou que, além das limitações financeiras, visto que toda empresa tem como objetivo principal o lucro, não cabe às organizações realizarem ações que são dever do Estado. Esse aspecto sobre a divisão do que seria papel do Estado e da firma estudada também apareceu na maioria das entrevistas. EM6 apontou que a mineradora tinha que colaborar com a comunidade local, mas não ocupar o papel do Estado:

Uma empresa de mineração não é estável, ela não é governo. Muitas vezes em regiões inviáveis a empresa de mineração, o empreendedor, se faz as vezes de estado. Ele é o provedor de uma série de coisas nas comunidades vizinhas, é só examinar [...] então é preciso entender que assim, contrapartidas sociais e responsabilidades sociais sim, prover, fazer o papel de estado e governo não.

E falando em responsabilidade social, você que está inserido numa comunidade, seus caminhões transitam por lá, você precisa ter responsabilidade social ao seu caminhão transitar lá, você precisa ter regras, não só de trânsito, mas de treinamento pros seus motoristas que obedecem limites de velocidade, que respeitem a comunidade que ele atravessa com aquele bem mineral e mais do que isso, você tem a obrigação. Talvez o termo obrigação seja forte demais... Obrigação na verdade é o Estado que tem.

EM2 afirma que o Estado tem mais obrigação do que a mineradora de ajudar as comunidades locais a se desenvolver. Entretanto, acredita que a empresa deve colaborar no processo de melhoramento de vida dos indivíduos que ali residem. Uma das maneiras, de acordo com o entrevistado, é priorizando a mão de obra local. EM10 afirma que as ações realizadas pela mineradora ocorrem devido a inaptidão ou incapacidade do Estado

RSC é fazer o contraponto que o poder público não consegue dar conta e aí você identificar qual a necessidade da região e faz a sua parte bem feita [...] Não pode ser feito algo aleatório sem conhecer ou sem identificar pra quem está sendo feito.

Observa-se que dois principais pontos se destacam na opinião do mercado em relação as ações de RSC: primeiro, de resignação em relação a necessidade de realizar essas ações para a obtenção da licença social. Segundo, de discordância sobre realizar tais ações que, formalmente, seriam de responsabilidade do Estado. Apesar de reconhecerem que precisam do aval da população para atuar e que as ações de RSC seja um dos caminhos para a almejada licença social, discordam sobre terem que se responsabilizar por ações que, tradicionalmente, seriam do poder público. A seguir, é descrita a categoria sobre a compreensão pragmática para a sociedade civil.

#### **5.2.2.2 Compreensão pragmática para sociedade civil: ações em prol de comunidades locais**

Assim como os representantes do mercado, os entrevistados que compõe a sociedade civil que residem na comunidade local estudada, compreendem que RSC diz respeito as ações realizadas pela firma estudada. Eles observam a RSC em função das ações praticadas pela mineradora, principalmente em relação as ações que os beneficiam. Esta foi a categoria mais complexa de realizar as entrevistas devido ao pouco conhecimento das pessoas sobre o tema. Ao serem indagados sobre o significado de RSC, os entrevistados pediam para que a pesquisadora explicasse sobre o assunto pois não o conheciam.

Os respondentes dessa categoria compreendem que RSC diz respeito às ações praticadas pelas mineradoras que eles têm conhecimento e que geram benefícios para eles. ESM9 comenta que ele entende que RSC “são então os cursos oferecidos por eles. Meus filhos usam muito e amam estar aqui”. Para ESM12 RSC também se refere às ações que ela consegue elencar e, principalmente, que ela e sua família utilizam. ESM6 afirma que “RSC eu acho que é tudo que a gente recebe deles. Eles melhoraram muito a nossa vida, pois dão escola de graça para os meninos e meu marido trabalha lá há mais de 20 anos”.

Falando sobre sua mudança de vida após a chegada da mineradora na região, ESM13 destaca que os projetos sociais oferecidos pela firma oferecem oportunidades aos seus filhos e forneceu uma outra fonte de renda para sua família. Nesse mesmo sentido, ESM13 afirma: “além de darem escola para os meus filhos com vários cursos eu também fiz cursos que hoje me ajudam dentro de casa [...] O de artesanato foi o que mais me ajudou. Vendo nas feiras e pro pessoal daqui”. ESM13 revela que com o apoio dos cursos oferecidos pela mineradora ela conseguiu se estabelecer na região e criar os dois filhos sozinha.

Além dos projetos sociais, outra questão presente na fala dos entrevistados foi em relação aos empregos fornecidos pela firma. ESM5 declarou que trabalha há quase 30 anos na organização. Dialogando sobre as dificuldades enfrentadas antes de conseguir esse emprego, ESM5 comenta: “Antes daqui vivia de bico... Fazia uma coisa aqui, outra ali... Mas nunca tinha arrumado nada”. ESM14 reforça a mudança na sua vida após ter sido empregado pela mineradora. Ele afirma: “Sustento a minha família com o que ganho aqui e meus filhos ainda estudam na escolinha [...] Devo muito a eles porque deram emprego pra mim e pros meus irmãos”.

Notou-se o forte vínculo entre a empresa e a comunidade local. O sentimento da comunidade que vive ao entorno da mineradora é de gratidão pelas ações sociais desenvolvidas pela organização. Por outro lado, a sociedade civil que não reside no entorno da firma, demonstra ser mais crítica em relação às atividades da mineradora. Salienta-se que, além dos entrevistados, os pesquisadores conversaram informalmente com outros moradores do município onde a mineradora atua. Ao serem indagados sobre a organização, donos de restaurantes, garçons, motoristas de táxis e outros trabalhadores da região informaram que não conheciam práticas de RSC da firma. Este fato corrobora com a fala de respondentes da organização que afirmaram que a firma priorizava a qualidade das práticas e não a quantidade dos alcançados por estas. O Quadro 3 evidencia os significados que a RSC assume para os diferentes atores:



Quadro 3: Significado que a RSC assume para representantes dos diferentes segmentos da sociedade

	Estado	Sociedade não moradora da comunidade local	Mercado	Sociedade moradora da comunidade local
<b>Compreensão pragmática</b>	<u>Ações ambientais</u>  “Na mineração de agregados acho que a RSC só se manifesta mesmo nas ações voltadas pra preservação do meio ambiente” (EE21)	<u>Ações ambientais</u>  ESN4 corrobora: “RSC abarca diversas dimensões, mas nesse ramo de mineração a RSC passa só pelos aspectos ambientais	<u>Ações em prol de comunidades locais</u>  “RSC pra mim é colaborar com a sociedade. Principalmente, a comunidade local aqui da região” (EM3)	<u>Ações em prol de comunidades locais</u>  “Eu consigo enxergar isso no que eles fazem pela gente [...] O emprego pro meu marido, a escola aqui a tarde pro meu filho” (ESM7)
<b>Compreensão conceitual</b>	<u>Ações voluntárias</u>  “O que é de cumprimento obrigatório não tem nada de RSC” (EE26)	<u>Ações voluntárias</u>  “Pra mim só conta o que é feito além do que a lei pede” (ESN2)		

Fonte: Elaborado pela autora

### 5.3 Mecanismos que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa

Esta seção refere-se ao terceiro objetivo específico desse estudo: compreender como os representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil criam e gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa. Três categorias foram formadas para responder essa questão. Uma para cada segmento da sociedade. Os resultados identificaram que os

representantes do Estado criam aparatos formais e utilizam da burocracia para instigar o mercado a realizar práticas de RSC e para gerenciar o relacionamento com esse ator. Em relação ao mercado, constatou-se que esse segmento da sociedade negocia os termos impostos e adere aos mecanismos burocráticos criados pelo Estado. Já a sociedade civil demonstrou conseguir ações do mercado e do Estado em prol de si mesma por meio de protestos contra esse tipo de atividade industrial. A primeira categoria será descrita a seguir, na seção 5.3.1.

### **5.3.1 Mecanismos criados pelo Estado que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa**

#### **5.3.1.1 Criação de aparatos formais**

Como comentado por EE5, EE16, EM2, EM3 e ESN1, “A mineração é um processo altamente político”. Essa frase serve de base para a explanação dessa categoria e, essencialmente, para a descrição da criação do primeiro aparato formal relatado pelos entrevistados: a Frente Parlamentar de Apoio a Mineração (FEPAM). Os respondentes afirmam que a criação da FEPAM era inimaginável, devido a má reputação da mineração. EE13 ressalta que sempre era indagado: “Escuta você quer defender a mineração?” Ninguém queria. Deputado, político, o cara defender mineração? Era o mesmo que dar um tiro no pé”. Para conseguirem criar a FEPAM, primeiro, tiveram que melhorar a imagem da mineração entre os políticos e mostrar os benefícios dessa indústria para o Estado de São Paulo. Mas segundo EE9, o problema não era apenas a imagem da mineração. Ele comenta:

O pessoal começou a entender que o negócio era muito mais sério do que se imaginava, não era uma brincadeira. Não era só um problema de imagem, não era nada disso. O negócio realmente é muito complicado, é um embate complicado de se fazer e na época era pior ainda. Então a gente conseguiu depois de convencer, foi complicado pra juntar as assinaturas pra fazer a frente, porque a frente aqui no caso precisava de 30 ou 31 assinaturas. E pra juntas 30 ou 31 deputados que estivessem a favor de apoiar ou pelo menos com intenção de conhecer melhor pra apoiar a mineração. Foi complicado, mas a gente conseguiu.

Um dos principais objetivos da Frente Parlamentar, conforme frisado por EE16, era a realização de uma interlocução entre o governo e o setor de mineração. Depois de diversas reuniões entre representantes do Estado (na maioria deputados) e sindicatos patronais, foi concluído que a melhor opção seria a criação da FEPAM e que esta serviria, também, para conectar o setor com a sociedade. Segundo EE26:

A Frente Parlamentar é uma ferramenta que nós temos aqui na Assembleia. Ela propicia a participação não só de deputados, como também de elementos da sociedade civil organizada. Então, nós nos reunimos; peguei as assinaturas necessárias para a criação da Frente; criamos e; estabelecemos ali alguns grupos de trabalho. Alguns falavam sobre licenciamento, outros falavam sobre a imagem da mineração, tributos e etc. começamos a trabalhar. E essa frente, ela funciona até hoje. E uma das coisas que... Outro grupo também estudou a possibilidade de institucionalizar um setor que pudesse fazer essa sinergia entre poder público e o setor.

O trabalho da FEPAM foi avançando. Em 2011, conseguiram o apoio do governador, e a Subsecretaria de Mineração foi criada. A criação da Subsecretaria foi apontada pelos representantes do Estado e dos sindicatos patronais como a iniciativa mais importante do governo para o setor. A última iniciativa antes da Secretaria de Energia e Mineração que o Estado participou de políticas públicas de mineração foi o Pró-Minério. O Pró-Minério, por sua vez, não era uma Secretaria, era um programa da Secretaria de Indústria e Comércio, atualmente Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que criou um balcão dentro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para e fornecer apoio técnico aos mineradores. Em 1989, o Programa Pró-Minério acabou. Ou seja, houve um *gap* de aproximadamente 30 anos entre o término do Pró-Minério e a criação da Subsecretaria de Mineração. Durante esse tempo, São Paulo não teve um órgão específico para cuidar do setor de mineração no Estado e a Secretaria de Meio Ambiente ficou sendo a depositária da agenda de mineração. Segundo EE8:

A Secretaria de Meio Ambiente continuou fazendo a agenda dela de meio ambiente, sustentabilidade e etc. Toda a agenda ambiental. Só que, a mineração não é meio ambiente. A mineração é mineração. É um setor. É a mesma coisa que a agricultura. A agricultura precisa de licenças ambientais, certo? Desde o grão transgênico até as queimadas da lavoura de cana que impacta na poluição. Faz a poluição atmosférica. Você tem que ir lá à CETESB e falar “Olha sou dono de uma fazenda vou fazer isso e isso...” Ai você tem a licença. Você tem a sua licença. Agora agronomia, agricultura, agroindústria e pecuária quem cuida disso não é o meio ambiente, é a Secretaria de Agricultura. E no estado de São Paulo não. Mineração, os métodos de lavra, os controles de lavra, os controles ambientais de contaminação, de avaliação dos rejeitos e de toda uma agenda de mineração estavam a cargo da Secretaria de Meio Ambiente. Então, quer dizer, a Secretaria de Meio Ambiente nem por que ela quis, sobrou para ela fazer isso.

De acordo com EM3, “A função da subsecretaria é exatamente a de coordenar e articular as ações de Estado voltadas ao setor mineral”. Já para EE4, o objetivo da criação da Secretaria foi o de enfatizar o setor de mineração. Ele destaca que “existe uma distância muito grande, sabe? Entre o setor e o poder público. E nós estamos falando do estado que mais consome agregados de construção civil no hemisfério sul”. Nesse mesmo sentido, para EE11, uma das

principais metas da Subsecretaria é aproximar o setor de mineração da sociedade. Quando questionada para fornecer algum exemplo de atuação da Subsecretaria em relação a tentativa de aproximação do setor com a sociedade, EE11 relata que, principalmente nas cidades onde querem proibir a mineração no Estado, ela acompanha o trabalho de vários técnicos que vão até os municípios para conversar com os moradores e explicar o funcionamento e os benefícios dessa atividade.

No caso da Frente Parlamentar de Mineração, foi ressaltado como o Estado aproveitou de uma “brecha” na lei para criá-la. O artigo vinte e três da constituição diz que a gestão dos recursos minerais é competência comum da União, do Estado e do município. Como comentado por EE8: “Então é uma brecha que se está dando aí pra descentralizar essa questão, não descentralizar politicamente, mas você pode fazer uma descentralização orgânica através de convênios”. De acordo com EE14 e EE15, ocorre que tudo o que é produzido no Estado é consumido pelo próprio Estado, sendo responsabilidade do governador garantir a produção dos bens minerais. Segundo EE14: “se faltar areia e brita no futuro a culpa é dele. É dele e da união, né, agora é muito mais dele”.

Nesse sentido, para os atores representantes do Estado e como evidenciado nos relatórios I e II da FEPAM, a criação da FEPAM foi um aval de apoio do governador à mineração e uma forma de conseguir mais liberações para o setor. EE26 afirma: “Essa Frente Parlamentar veio para isso, para justamente poder institucionalizar o setor dentro do governo do estado e pra ajudar a gente a conseguir mais coisas”. Quando questionado sobre quais coisas se referiam, o respondente alegou que, por exemplo, com a Frente Parlamentar seria mais fácil “afrouxar” as leis ambientais impostas para o setor. Já EE17 comentou sobre a possibilidade de minerar novamente nas áreas proibidas no Estado: “Essa proibição nos municípios é um absurdo. A Câmara talvez nos ajude nesse sentido e consiga liberar aquelas áreas novamente pra gente”. Essa questão é exemplificada por EE12:

A mineração um processo político [...] enquanto isso a gente tenta fazer esse tipo de trabalho, estamos criando, fazendo lá na frente parlamentar, trabalhando em um grupo de trabalho para tentar fazer uma lei de aproveitamento de recursos minerais no estado de São Paulo, onde tudo isso seja previsto, planejado e seja melhor para o Estado todo de forma geral.

A importância de pessoas a favor da mineração inseridas nos órgãos governamentais também foi destacada em relação à criação da Subsecretaria. De acordo com EE18: “Somos poucos, mas pelo menos nós temos um grupo de apoio dentro do governo”. Com esses “órgãos de apoio dentro do governo”, foi ressaltada a “maior facilidade” que passam a ter para negociar

ações com as mineradoras. Ações essas, conceituadas como sendo de responsabilidade social da corporação. De acordo com EE7:

Com a colaboração que a gente tem agora, a gente tem conseguido mais coisas em diversos âmbitos, inclusive o ambiental e o social. Ficou mais fácil conversar com as mineradoras e a população, e também fazer com as leis sejam obedecidas. Quando eles passam a minerar direito, todo mundo ganha. Tem também o lado que a gente consegue negociar com eles mais benefícios para o Estado e pra sociedade. Se eles estão usufruindo de um bem da União, eles têm que dar um retorno. Acho que mais ações de RSC entram nesse sentido, como um retorno que eles fornecem por usufruírem do bem mineral.

EE11 destacou que, além de aproximar o setor de mineração da sociedade, umas das principais linhas de atuação da Subsecretaria foi, também, a execução de projetos estruturais visando conciliar a atividade de mineração com o desenvolvimento urbano e questões ambientais. Dentre eles, destaca-se o Programa de Ordenamento do Território Geomineiro (OTGM), o qual realizou um zoneamento de todo solo paulista.

Um dos principais problemas enfrentados pela mineração diz respeito ao uso do solo. Não existe um planejamento a longo prazo e a maioria dos municípios, segundo os respondentes, não estão organizados nem possuem corpo técnico para lidar com a atividade de mineração. Para EE17, quando se fala em planejamento territorial, a situação é ainda pior: “você vê municípios incapacitados para lidar com capacitação e planejamento de uso de solo, você tem uma atividade que não escolhe aonde está, e tem uma permanência”. EE9 complementa: “É como você imaginar uma combinação de alguém que não pode fugir, não pode se mudar, aliado a alguém que não tem capacidade técnica mais ao mesmo tempo tem um poder enorme sobre o uso do solo. Daí tá colocado o espaço de conflito”. Para atender a demanda da mineração e minimizar os conflitos existentes sobre o uso do solo foi criado o OTGM. Para a criação do Programa, foi feito o Mapa da Produção Mineral, o qual foi publicado em 2014. Até hoje esse mapa é utilizado como principal instrumento para o planejamento do uso do solo por todos os municípios do Estado.

Além da criação da Frente Parlamentar de Mineração e da Subsecretaria de Mineração, foi destacado pelos respondentes a reativação da Câmara Ambiental de Mineração pela CETESB. Depois de muitos anos parada, de acordo com EE20, esta câmara foi recriada com objetivo de promover a discussão a mineração entre os técnicos do setor produtivo e da CETESB, de fiscalizar, orientar e deliberar novas atividades, alvarás, licenças, entre outros. Em

suas palavras: “Todos os procedimentos existentes, exigências que devem ser feitas, que não devem ser feitas”.

Os entrevistados relataram que também conseguiram resultados com a criação da Câmara. Segundo EE18: “A gente tem conseguido dar uma limpada em legislações antigas, em conceitos antigos [...] o chato é que toda discussão é feita a nível político, e política você sabe né? A coisa é complicada”. Embora ressaltada a demora devido aos trâmites burocráticos, foi frisado que essa “limpada” nas legislações facilita a “solicitação” de novas ações pelo mercado. EE9, EE10 e EE13 destacaram que “a lógica sempre foi dominada pelo maior lucro” e que as mineradoras faziam apenas o que estava sendo exigido por lei. Com essas “brechas” devido a “limpadas na legislação” o Estado conseguiu fazer novas “solicitações” e estas passaram a ser atendidas pelo mercado.

Percebe-se que dois pontos em comum estiveram presentes nos discursos em relação à criação dos aparatos formais: a necessidade da formação destes para estimular o diálogo entre os setores da sociedade e para “facilitar” a criação de ações extralegis. Nota-se, entretanto, que o governo objetiva “aproximar” a sociedade da mineração a fim de influenciar esta a fornecer a licença social para os mineradores. Quando questionados sobre exemplos de tentativas de “aproximação”, sempre pontuavam sobre as idas aos municípios onde a mineração é proibida em São Paulo e as tentativas de conseguir, nesses municípios, apoio da população para a liberação da atividade.

A partir da inserção de novos grupos que apoiam a mineração no governo, este consegue flexibilizar algumas regras as quais beneficiam as empresas mineradoras. A partir desse benefício concedido, o Estado lucra mais (inclusive pelos royalties da mineração) e passa a solicitar novas demandas. A aderência do mercado aos pedidos extralegis do Estado será explanada a seguir.

### **5.3.2 Mecanismos criados pelo Mercado que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa**

#### **5.3.2.1 Negociação e aderência às solicitações**

Identificou-se que as empresas do setor de mineração acabam aderindo às solicitações feitas pelo Estado e pela sociedade. Mas, antes disso, esse setor negocia os termos impostos. Tanto no caso do Estado como no caso da sociedade, tais “solicitações” não são feitas

formalmente. Independente disso, a empresa alega ser necessário compreendê-las e acatá-las. Caso contrário, a atuação da firma estaria comprometida.

Um exemplo que retrata essa situação de aderência ao Estado foi percebido na fala de alguns gestores sobre um caso específico. Apesar da firma estudada estar cumprindo as exigências legais para minerar e realizar atividades de responsabilidade social corporativa (conforme evidenciado em documentos fornecidos pela empresa), a empresa foi convocada a prestar esclarecimentos sobre algumas situações que estavam ocorrendo no município onde atuam. Mesmo comprovando que tais situações ilegais estavam sendo praticadas por outra organização, tiveram que assumir o prejuízo e reparar os danos ocasionados por terceiros. EM5 comenta: “Ele virou pra mim e falou: Tá certo, já entendi, o caso não é com vocês. Mas vocês também entenderam, né? Vocês também mineram lá e do jeito que tá não vai ficar. Caso fique não vai ser bom pra nenhum dos dois”.

Os respondentes relatam que muitas vezes ficam encurralados e não têm alternativas a não ser aderir a determinadas situações. Situações essas muito expressadas em relação a exercer atividades que, originalmente, seriam dever do Estado. EM4 descreve outro fato ocorrido:

A gente foi chamado pra ir lá devido a um caso específico de uma estrada que precisava ser concertada. A gente ainda nem tinha conseguido a licença pra minerar. Ou seja, a gente nem tinha começado a atuar e já fomos coagidos, pra não falar outra coisa, a realizar concertos que não estão nas nossas obrigações. Pelo menos é o que eu entendo, sabe, não sei sua opinião. Mas pra mim, se fosse depois que a gente tivesse começado a atuar e fosse por muito do nosso trabalho, aí tudo bem. Mas ainda estávamos em processo de licenciamento e já tivemos que começar arcando com prejuízos e irresponsabilidades do Estado.

Apesar de não acordarem que a manutenção das estradas é de dever da empresa, esta acaba se responsabilizando devido ao Estado não fazê-lo. Além disso, essas ações colaboram para a aceitação da firma pelas comunidades locais. Ser aceito pela sociedade apresentou-se como uma das maiores preocupações da mineradora. E, para serem aceitos, a empresa reforça a necessidade de precisarem aderir a certas conjunturas. EM1 afirma: “A gente precisa da licença social deles pra continuar trabalhando sem problemas. Então quando expressam alguma necessidade a gente atende, sabe. Pode parecer pouco, mas é bom pra eles e pra gente”. Outra questão de destaque foi a aderência a determinadas situações devido ao Estado estabelecer diversos regramentos burocráticos que ele próprio não consegue atender. De acordo com EE6, EE24, EM2, EM5, e ESN5, hoje, para poder minerar, considerando desde o requerimento da pesquisa mineral (que é uma autorização que o minerador recebe pra pesquisar as jazidas) até

o licenciamento ambiental e a licença de incitação (as quais viabilizam a implantação do empreendimento) estima-se que o prazo esteja entre 10 e 15 anos.

Durante esse tempo, o empreendedor acaba se condicionando a uma série de exigências e assumindo responsabilidades extras pela incapacidade/impossibilidade do Estado de cumprir suas próprias demandas. Nas palavras de EM2:

O estado é extremamente rigoroso, burocrático e descompromissado. Você tem prazo pra cumprir em tudo na sua vida como cidadão e como empreendedor, só que o estado não tem prazos a cumprir perante o empreendedor e perante o cidadão. E aí a gente tem que fazer o que eles não fazem [...] Se a gente não fizer já sabe né... Fica ruim para os dois.

Destaca-se que, na verdade, o Estado possui prazos para cumprir. No processo de licitação de uma mineradora, por exemplo, o governo tem prazo estabelecidos em todas as etapas. Mas, nem sempre, ele cumpre a agenda por ele mesmo feita. EM11 fornece um exemplo por ele vivenciado:

Eu levei um caso para ele de uma situação em Paraibuna de uma fabricante de blocos que o cara queria fazer para gerar quatro empregos. Há um ano e meio ele está esperando a Cetesb analisar se a área que ele vai por a fabricante de blocos é APP do rio ou não. APP de rio, não é topo de morro, não é aquelas coisas. APP de rio, se mede com trena. O cara me procurou e me falou, trabalhei muitos anos em Paraibuna: “Pelo amor de Deus, cara...”. Eu fui lá na Cetesb e falaram que eu tinha que agendar para a conversar com o técnico. Sabe qual foi a agenda? 5 meses. Aí eu fui na plenária da Consema e falei: “Isso daqui está virando um EcoSUS”. 5 meses para conversar. Aí o que aconteceu? Falei: “Tudo bem”. Fui lá na data agendada, sentei com o técnico e agora que abriu o processo falou: “Olha, nós não temos condição técnica de responder a isso”. Medir APP de beira de rio. “Nós vamos mandar para São Paulo”. Foi para São Paulo. Aí eu fui para o direto da Cetesb em São Paulo e falei: “O cara está querendo gerar emprego lá. Ele está há 1 ano e meio. Quanto tempo São Paulo vai demorar para responder? Mais de 6 meses? 8 meses?”. Então isso só da justificativa para que na hora que o Congresso quiser rasgar o licenciamento ambiental, vai rasgar, porque esse cara em Paraibuna vai falar: “Graças à Deus. Alguém pensou que eu vou poder fazer minha...”. A engrenagem está muito errada, porque o problema não é a lei ambiental, não é o rigor da exigência do licenciamento ambiental. E só pisaram no freio por causa de Mariana.

Outros exemplos foram dados em relação a burocratização do Estado e a necessidade das organizações de aderirem a situações, muitas vezes, impostas. Sobre a questão de estar fora da poligonal topográfica do DNPM, por exemplo, foi descoberto que a poligonal que está no sistema do DNPM, que é por coordenada, chamada Sigmini, não bate com os mapas que eles mesmos aprovaram e que foram entregues pelos mineradores. EM20 comenta: “O minerador que seguiu à risca o mapa que foi aprovado lá no DNPM, ele não pode ser considerado



criminoso, porque o estado autorizou, tem o respaldo do próprio estado. Mas já soubemos de casos que o minerador teve que pagar o parto”. Além do sistema Sigmini, detectou-se que as informações contidas no relatório anual de lavras “Estão sempre desatualizados. Sempre tem um anuário de três anos atrás, ou então com informações de mais dois pra trás ainda,” (EE18). Com as informações desatualizadas, a probabilidade de possíveis erros e de estes recaírem para o minerador são enormes.

Uma das formas utilizadas pelo mercado para lidar com tais problemas foi se modernizar e usar a tecnologia a favor das empresas, mitigando possíveis problemas. EM7 explana: “A morosidade do Estado levou a gente a desenvolver, a usar tecnologia, melhorar tecnologia de detonação, usar de meios pra conter a emissão de poeira e etc”. Para eles, melhor investir nas ações de RSC é uma das formas para evitar futuros problemas.

Vale esclarecer que o mercado não adere às solicitações do Estado por “benevolência” ao setor ou, até mesmo, a sociedade. Ficou claro que, no processo de negociação, ambos são beneficiados. Após a explanação da segunda categoria que responde o terceiro objetivo específico dessa pesquisa, será descrita a seguir, na subseção 5.3.3 a última categoria desse estudo.

### **5.3.3 Mecanismos criados pela sociedade civil que gerenciam as práticas de responsabilidade social corporativa**

#### **5.3.3.1 Reage defensivamente e singelamente**

A análise dos dados revelou que a sociedade civil não moradora da comunidade local reage defensivamente e a sociedade civil moradora da comunidade local reage singelamente. A sociedade civil não moradora da comunidade local pressiona o Estado e o mercado e, por meio dessas pressões, consegue que algumas ações de RSC sejam praticadas. Em relação a tal pressão, ressalta-se que esta é realizada pela sociedade civil não moradora das comunidades locais. Como destaca EE23: “Tem muita pressão de mídia, tem muita pressão de ONG, pressão do ministério público, pressão de um monte de gente”. Essa pressão manifesta-se, principalmente, por meio de denúncias formais. ESN6 fornece um exemplo de manifestações da sociedade contra as condições do transporte dos minérios há alguns anos atrás:

Acho que foi pressão popular, acho que estava tendo muito problema nas vias de transporte de caminhão, vindo muito caminhão. Principalmente Acari, porque era mais próximo. O transporte era Jacareí, São José, vinha dali pra

grande São Paulo, e vinha um volume de caminhão muito grande e ia caindo areia pela estrada que vinha com excessos, e começou a ter muita denuncia nisso e perda de ICMS, né? Ao invés dele chegar e falar “vamos sentar, vamos entrar num acordo aqui, vamos parar de fazer isso, se não eu vou pegar”, não. Ele já pegou, já baixou uma polícia rodoviária em todo mundo e não queria conversar com ninguém.

Destacou-se nas entrevistas que o Ministério Público é um dos principais órgãos utilizados pela sociedade para realizar denúncias contra a mineração. Os respondentes atribuem o proveito do Ministério Público ao resultado das ações por este executadas e, ao contrário dos respondentes representantes do Estado e do mercado, a sociedade civil elogia a atuação desse órgão. ESN5 frisa: “Eles sempre atendem a gente e a gente vê o resultado das nossas reclamações. Ao contrário de outros lugares que a gente vai falar o que está acontecendo e ninguém faz nada”. Para ESN2: “O Ministério Público sempre cumpre o seu papel. Ele nos atende e está do nosso lado. Não das mineradoras”.

A comunicação entre o Estado e o mercado com a sociedade, foi outro fator de destaque para o desenvolvimento das práticas de RSC. ESN3, ESN4 e ESN5 destacam o pouco diálogo existente entre o Estado e o mercado com eles. Além disso, os respondentes ressaltam que, quando o diálogo ocorre, normalmente, acontece tardiamente e somente depois que sanções já foram tomadas. ESN6 comenta:

Só quando a situação começa a ficar complexa e eles não sabem como resolver isso é que eles pensam em conversar com a sociedade. Como no caso São Jose dos Campos, Jacareí proibiu a atividade de mineração, de areia. Eles alegaram que é aí que entra a questão do desconhecimento, que nós estávamos sendo extremistas e que a gente tem que conversar, que eles iam melhorar o processo, que seria muito mais interessante você ter minerações próximas da região metropolitana que é o principal centro consumidor e você minimizaria outros impactos, questão de transporte, enfim, mas isso vem só depois, é sempre assim. Só pensam em falar com a população quando ela consegue algo contra a mineração.

Comparativamente, entretanto, frisou-se que a comunicação da sociedade com o mercado pelo menos existe, enquanto a da sociedade com o Estado é praticamente inexistente. ESN1 diz que: “Com a empresa a gente ainda consegue. A gente já conseguiu interlocuções pontuais muito interessantes de nos ouvirem, de entenderem o que tá acontecendo, até demudar as vezes de posição. Mas o Estado, nunca”. A sociedade não moradora da comunidade local mostrou-se preocupada com o futuro da comunicação desta com os outros segmentos, principalmente devido ao momento político atual do Brasil. Segundo ESN5: “Não estamos em

um bom momento... Pelo momento político nacional, eu acho que toda essa história só vem a complicar tudo isso porque o caminho do Endireita São Paulo, só para exemplificar, não traz boas com relação a isso, ao exercício de organizações de base, você ter aquela valorização de associações de base, associações de bairro, grupos articulados...”.

Problemas políticos e a corrupção por trás das negociações entre os setores também foi destacado como uma das manifestações de luta da sociedade. Durante mudanças de governo e em épocas de campanha eleitoral, principalmente, a sociedade fica mais vulnerável e, por vezes, acaba perdendo direitos já conquistados. Quando isso acontece, os moradores se mobilizam e protestam ainda mais contra a atividade de mineração. ESN2 afirma:

Porque assim, você sabe que a mineração lida com muito recurso, né, lida com muito dinheiro, e infelizmente você sabe que a nossa classe política, não é uma classe que mereça tanta confiança, né, e principalmente a nossa classe política precisa muito de dinheiro em época de campanhas eleitorais, e aí quando chegava nesse momento de eleição e tudo, os mineradores tradicionalmente bancaram muitas campanhas eleitorais por aqui, tanto de prefeitos quanto de vereadores, e aí eles vinham né, com projetos de leis na Câmara dos Vereadores e aí a gente tinha que se mobilizar, tinha que organizar todo o movimento pra gente bater contra, tinha que pegar imprensa, porque... aí dentro da política o que o cara entende, cara entende é povo na rua, entendeu? É desgaste político, né, então assim, a gente fez muitas mobilizações aqui por conta da mineração, e o passivo ambiental que eles deixaram aqui é muito grande, é muito grande, muito extenso, e assim, muito caro, muito caro, uma fortuna para você recuperar isso, recuperar não, né, dar um uso futuro para essas áreas, e essa foi uma das maiores brigas que eu tive.

Até esse momento tratou-se da sociedade civil não moradora da comunidade local. Antes de finalizar essa subseção, se faz necessário esclarecer como a sociedade civil moradora da comunidade local consegue a realização de algumas ações de RSC pela mineradora. A palavra singelamente foi utilizada para retratar as atitudes dessa parcela da sociedade pelo fato de os moradores locais exigirem coisas simples e, muitas vezes, de baixo custo. Mas que, para eles, significam muito. Segundo ESM 13:

Quando eles chegaram aqui e foram conversar com a gente a gente falou dos problemas que a gente tinha [...] Pra mim era mais a questão do emprego, mas meu marido logo foi trabalhar lá, sabe. Depois eu fui falar sobre mim porque também precisava ajudar em casa e foi aí que eles fizeram o curso de bordar pra gente [...] Pela primeira vez to trabalhando e ajudando em casa.

O fator mais evidenciado nas falas foi em relação à oportunidade de trabalho na mineradora. Os entrevistados da comunidade local ressaltam que, antes da mineradora começar a atuar, eles sobreviviam de atividades de subsistência e/ou pequenos comércios (como vendas

de comidas e bebidas). Os poucos empregados, trabalhavam em outros municípios. Nesse sentido, a mineradora apresentou-se como fomentadora de empregos no local. ESM8 afirma: “Antes de eles chegarem aqui eu e meus irmãos todos estávamos desempregados. Agora toda a minha família trabalha lá. E a família do meu cunhado também.”

Notou-se que os pedidos da comunidade local se concentram, além da questão dos empregos, em atividades para os seus filhos. A escola foi a maior demanda solicitada pelos moradores. EM3 comenta: “Quando a gente chegou o que eles mais pediam era a escola para os filhos. Foi a maior iniciativa da gente até hoje. Começou sendo meio período e com poucas atividades e agora a gente funciona integral e com diversas atividades pra eles”. ESM9 corrobora: “Não trabalhava também porque não tinha onde deixar os meninos e agora eles passam o dia aqui. Até computador que a gente pediu eles fizeram uma sala cheia deles”.

As solicitações da sociedade moradora da comunidade local demonstraram ser basicamente em relação aos direitos mínimos que qualquer cidadão deveria ter. Devido ao Estado não suprir as necessidades básicas dessa parcela da população, as ações de RSC realizadas pela mineradora tornam-se essenciais para eles. E para a mineradora também, pelo fato de, por meio dessas ações, a organização conseguir a licença da comunidade local para atuar.

Esse capítulo de resultados respondeu aos três objetivos específicos do estudo. A mineração de agregados foi caracterizada por cinco principais aspectos, os quais se influenciam diretamente e são naturalizados pelos diferentes atores da sociedade. Esses mesmos atores conceituam RSC, basicamente, em relação a forma como são impactados por essas atividades. A análise sobre o conceito formal do tema é, na maioria das vezes, ignorada. Percebeu-se ainda um processo informal de negociação entre mercado e Estado para a criação/manutenção das práticas de RSC. Nesse processo, esses dois segmentos são beneficiados e as ações que são feitas objetivam o alcance da licença social para a mineradora continuar atuando. O próximo capítulo discutirá esses achados a partir de uma análise com a literatura estudada.

## 6 Discussão dos resultados

Este estudo foi realizado com o propósito de compreender como representantes do mercado, do Estado e da sociedade civil envolvidos na responsabilidade social corporativa na mineração de agregados em São Paulo negociam seus interesses. Como evidenciado no capítulo 4, os objetivos foram alcançados por meio da análise dos dados coletados, onde as categorias formadas, descritas no capítulo 5, responderam às perguntas de pesquisa elencadas. Nesse capítulo 6, será realizada a análise dos resultados desse trabalho, revelando os pontos que convergem e divergem da literatura, bem como os novos achados evidenciados nessa pesquisa e suas consequentes contribuições acadêmicas.

A mineração é considerada uma atividade essencial para a vida moderna (ONU, 2002) e, o consumo dos minerais agregados, um importante indicador de qualidade de vida (ANEPAC, 2015). Os resultados indicaram a concordância de opiniões entre os representantes do Estado (com exceção do Ministério Público) e do mercado em relação a valorização da mineração de agregados. A importância dos agregados para a manutenção da vida moderna e, até mesmo, a inevitabilidade dessa indústria, apareceu com destaque nas entrevistas. Para maioria dos respondentes do Estado e para a totalidade do mercado, não existe alternativa de desenvolvimento da sociedade sem ser por meio da utilização desses bens minerais.

Por outro lado, representantes do Ministério Público e da sociedade civil não moradora da comunidade local demonstraram descrença em relação a necessidade da mineração de agregados. Para esses dois segmentos, existem outros meios de manutenção da sociedade. A reciclagem foi citada pela maioria desses entrevistados, assim como também foi feita a comparação com outros países. Como reforça EE20: “Eles se acham a última bolacha do pacote. Sempre vêm com essa conversa que não sobreviveríamos sem eles. E os outros países que não têm areia? Como fazem? Olha o Japão aí reciclando tudo e vivendo bem melhor que nós”.

Kapelus (2002) afirma que a mineração suscita opiniões opostas entre os atores da sociedade. Dentre esses atores, ele destaca que, os principais, são a comunidade local e os mineradores. Na presente pesquisa, porém, observou-se que as opiniões sobre a mineração se divergem entre o mercado, a sociedade civil não moradora da comunidade local e o Ministério Público. Percebeu-se que, de um lado, encontram-se o mercado defendendo essa atividade, o Estado também defendendo a mineração, mas que esta ocorra baseada em regulações por ele impostas e, do outro lado, o Ministério Público e alguns grupos da sociedade não moradora das comunidades locais protestando contra essa indústria.

Sobre esses protestos, os resultados dessa pesquisa não ratificam a ideia de que a sociedade passou a se mobilizar e a reivindicar seus direitos utilizando, principalmente, a tecnologia (PARENTE, 2013). É coerente afirmar que a tecnologia colaborou para a transformação da sociedade e para esta se tornar um ator mais ativo que luta pelos seus interesses (SCHERER; PALLAZO; MATTEN, 2009). Mas, no caso da mineração de agregados, essa luta ocorre por meio de protestos tradicionais, como fechamento de vias, manifestações populares e denúncias ao Ministério Público.

A responsabilidade social corporativa é apontada como um dos meios que o mercado possui de minimizar esses protestos e diminuir a insatisfação da sociedade com a mineração. Segundo Jenkins (2004) e Walker e Howard (2002) a RSC é amplamente utilizada e atinge maior potencial na mineração, devido aos impactos negativos ocasionados pelo setor e a insatisfação da sociedade com este. Tais fatores não foram corroborados na mineração de agregados. Com exceção dos representantes do mercado, respondentes do Estado e da sociedade chegaram, inclusive, a afirmar que desconheciam ações de RSC nessa indústria extrativa. Algumas características apontadas pelos entrevistados justificam, em parte, a menor incidência de ações de RSC na mineração de agregados.

A primeira delas diz respeito ao porte dos mineradores. O setor de agregados é heterogêneo. Possui desde pequenas empresas até grandes firmas, sendo que, no caso da mineração da areia, a pulverização é maior e estase caracteriza basicamente por pequenos empreendimentos. Wickert (2017) frisa que as pequenas empresas participam de muitas atividades que podem ser consideradas de RSC. Ademais, demonstram consciência dos problemas sociais e ambientais ocasionados por suas atividades. Apesar disso, o autor afirma que pouco se sabe sobre o potencial e a capacidade de influência das pequenas empresas no desenvolvimento da RSC. Esse fato foi reforçado nessa pesquisa. Conforme destacado por EE10: “É aquela coisa, o lucro é imediato e o mercado é pequeno. O cara com um motorzinho, uma draga, já minera. Já a pedreira, exige o uso de explosivos, britadores, caminhões. Tem muito mais tecnologia”. Devido pouca infraestrutura necessária para minerar, a RSC no setor de agregados acaba, por vezes, sendo ignorada. De acordo com EE27:

Isso de RSC vale mais para um grupo como Votorantim, a Vale... Grupos maiores que tem estrutura organizacional pra desenvolver esses programas. Você não pode pedir para um pequeno produtor que tem uma draga e um caminhãozinho para ele melhorar a percepção do município dele ou da sociedade [...] Obrigatoriamente todo mundo que minera tem a obrigação de recuperar a área. Tem que fazer um plano de abandono da mina... Isso é o mínimo, é obrigação. Agora, o pessoal fala muito. Fala que fica buraco, que o minerador não retorna, uma série de coisa. Aí eu te pergunto, como é que a

gente vai controlar isso? O cara foi lá, sem precisar de muita coisa ele abriu um buraco, tirou a areia e deixou tudo largado. Agora, com as grande não... Essas dá pra cobrar, até porque é o mundo todo de olho nelas né, então não tem como. Mas nessas pequenas isso de RSC não existe.

Em relação ao processo de formação do conceito de RSC, destaca-se que uma das contribuições dessa pesquisa diz respeito a forma como os atores dos três segmentos estudados conceituam o termo. A partir da relação pragmática que os representantes do Estado, do mercado e da sociedade fornecem ao significado de RSC, percebe-se um padrão na forma como os respondentes fornecem um significado ao termo. O sentido prático de RSC foi o fator de concordância entre os entrevistados.

Os resultados apresentam uma complementaridade em relação às abordagens voluntárias e obrigatórias. Essa constatação ratifica o estudo de Dentchev, Van Balen e Haezendonck (2014) no qual os autores encontram contingências a favor da abordagem voluntária para RSC, contingências a favor da abordagem obrigatória e contingências a favor do uso das duas abordagens. Na pesquisa, evidenciou-se que o uso das duas abordagens nas ações de RSC seria o mais indicado. Embora apenas os respondentes do Estado tenham relacionado o conceito de RSC com o caráter das ações, percebe-se a necessidade dos dois princípios – voluntário e obrigatório – para a otimização e melhor desenvolvimento da RSC no setor de mineração de agregados.

O princípio do voluntarismo no significado de RSC é ratificado em dois momentos do estudo. Primeiro, na opinião da maioria dos representantes do Estado, ao afirmarem que as ações praticadas por corporações são de responsabilidade social apenas se estas forem voluntárias e irem além do que é exigido por lei. Esse resultado é coerente com a posição de Jamali e Mirshak (2007) e McWilliams e Siegel (2001), na qual os autores afirmam que o princípio voluntário é comumente defendido na orientação das ações de RSC. Segundo, devido a necessidade das mineradoras de realizarem ações de resolução conjunta com o Estado para mitigarem seus problemas com a população afetada. Tal necessidade reforça a concepção de Dentchev, Van Balen e Haezendonck (2014) que atestam que a abordagem voluntária tende a ser aplicável quando os casos exigem o desenvolvimento de ações conjuntas para resolver aspectos sociais e ambientais específicos.

Por outro lado, Dentchev, Van Balen e Haezendonck (2014) destacam que a abordagem obrigatória para a RSC parece ser apropriada nos casos em que os objetivos são claros, os resultados esperados são mensuráveis e quando os *stakeholders* têm diferentes interesses com as ações de responsabilidade social. Nos anos de 1980 a Companhia Ambiental do Estado de

São Paulo (CETESB) passou a estabelecer critérios para nortear o licenciamento, separando, por exemplo, o tipo de atividade de cada mineradora, características dos minérios, porte dos empreendimentos, entre outros. A partir desse trabalho de diferenciação, tanto o licenciamento como a avaliação de impacto das mineradoras se tornaram mais criteriosos e com limites bem definidos a serem seguidos.

Um aspecto que apareceu desde o início da coleta dos dados diz respeito aos diferentes interesses de cada setor com a realização de ações de RSC (DENTCHEV; VAN BALEN; HAEZENDONCK, 2014). De forma geral, os representantes da mineradora objetivam, com as ações de RSC, conseguirem licenças para atuar tanto dos meios regulatórios como da população local. Os moradores das comunidades locais almejam benefícios para si próprios com a esperança de melhor qualidade de vida, como empregos, escolas para os filhos, desenvolvimento da comunidade onde vivem, entre outros. Já os representantes do Estado demonstraram ansiar que, com as práticas de RSC, além do cumprimento das leis ocorram também ações que vão além delas e que proporcione maior desenvolvimento econômico para o Estado.

A RSC na mineração de agregados vai de encontro ao conceito de Blowfield e Frynas (2005, p.503). Os autores consideram que é mais útil pensar na RSC como um termo genérico que integra várias teorias e reconhecem que: a) as empresas têm uma responsabilidade pelo seu impacto na sociedade, tendo que, às vezes, fazer além do estabelecido por lei; (b) as empresas têm responsabilidade pelo comportamento com quem fazem negócios; e (c) as empresas precisam administrar sua relação com a sociedade em geral, seja por razões de viabilidade comercial ou para agregar valor à sociedade. Os itens A e C foram identificados nas entrevistas. Entretanto, o B não apareceu na fala de nenhum dos entrevistados.

Durante toda a pesquisa evidenciou-se a dificuldade de analisar os resultados das ações de RSC. Inclusive, pela dificuldade dos beneficiados em diferenciar obrigações legais, aspectos intrínsecos ao negócio (geração de emprego, por exemplo) e responsabilidade social. Depoimentos como o de EE2 e EE4 que declararam desconhecer práticas de RSC da corporação estudada reforça essa questão. Ambos afirmam que conhecem ações de responsabilidade social em outros tipos de mineração, mas, na de agregados, não sabiam se existiam. Kemp e Owen (2012), Jamali e Sidani (2012) e Bebbington (2010) atestam a dificuldade de análise e mensuração dos resultados da RSC na mineração. Segundo os autores, as firmas desse setor têm dificuldade em compreender as verdadeiras necessidades das comunidades que vivem no seu entorno, o que inibe os efeitos positivos das práticas de responsabilidade social.



Um dos principais argumentos que justificam a falta de compreensão das firmas em relação as necessidades das comunidades locais é devido as práticas de RSC, de forma geral, se basearem em conceitos e estratégias inspiradas em países desenvolvidos (JAMALI; THOMSEN; KARA, 2015; BLOWFIELD, 2007; JAMALI; MIRSHAK, 2007). Os resultados desse estudo não corroboram tal argumento. De acordo com os entrevistados representantes da corporação analisada, as ações de RSC da firma são pensadas e realizadas de acordo com as necessidades emergenciais das comunidades locais.

As principais demandas das comunidades são atendidas, mas, por outro lado, acaba alcançando um número menor de pessoas. Nesse sentido, nota-se que os resultados dessa pesquisa vão de encontro aos achados de Matten e Moon (2008) que afirmam que, apesar dos estudos e das práticas de RSC se basearem na realidade dos países desenvolvidos, os projetos de responsabilidade social fazem parte de um contexto específico nacional, tendo como consequência a diferenciação da forma como a RSC ocorre em cada país.

Uma questão presente no debate sobre a RSC é o papel de cada segmento da sociedade para o seu desenvolvimento. A visão de que as empresas deveriam alterar sua posição de conformista e passar a minimizar os danos que causam e a criar valores com os seus negócios tornou-se central (LUETKENHORST, 2004; JAMALI; MIRSHAK, 2006 e 2007). Junto com essa visão, a ideia de que o setor privado é ator chave para gerir recursos e que este tem obrigação de colaborar para o crescimento econômico e sustentável, também se tornou presente (JAMALI; MIRSHAK, 2007). Os achados desse estudo reforçam o papel político que as empresas acabam assumindo atualmente, muitas vezes por incapacidade ou, até mesmo, incompetência do Estado (WEYZIG, 2009; WHELAN, 2012; SCHERER, 2017; SCHERER; PALLAZO, 2008; MATTEN; CRANE, 2005; LUETKENHORST, 2004; JAMALI; MIRSHAK, 2007).

Os relatos evidenciaram ações realizadas pelas mineradoras que, tradicionalmente, seriam de responsabilidade do Estado, como a pavimentação do solo, construção de moradias populares, construção de escolas públicas, entre outros. mercado defende que a firma deva realizar ações em prol das comunidades locais, mas que, o principal segmento responsável por isso é o Estado. Esse resultado corrobora a lógica de argumentação daqueles que enxergam que as firmas podem colaborar, mas com limitações, cabendo ao Estado regular e normatizar as ações de RSC (CHEIBUB; LOCKE, 2002). Por outro lado, os representantes do Estado entendem que é dever da organização realizar tais ações, visto que elas, ao minerar, utilizam um bem que pertence à União. EE7 comenta: “Acho que é o mínimo que eles fazem, pois eles

estão ganhando dinheiro, e bota dinheiro nisso, usando um bem natural que pertence a União. Se tão tirando, tão vendendo, e tão lucrando, o mínimo é dar algo em troca”.

Essa questão sobre o papel de cada segmento da sociedade no desenvolvimento das ações de RSC revelou outra importante contribuição acadêmica advinda desse trabalho: a formação de padrões de comportamento no processo de interação entre Estado e mercado na criação e manutenção das ações de RSC. Apesar de explanarem que influenciam apenas as ações obrigatórias da RSC, sendo estas basicamente ligadas ao meio ambiente, percebeu-se nas entrevistas que o Estado induz, também, ações de responsabilidade social corporativa extralegis.

A capacidade do Estado de influenciar o desenvolvimento das ações de RSC, reforçada nos estudos de Albared et al (2007), Moon e Vogel (2008), Steurer (2009) e Vallentin e Murille (2011), pode parecer contraditória devido a ampla concepção do caráter voluntário desse conceito (CLASSEN; ROLOFF, 2012; BANERJEE, 2011; JAMALI; MIRSHAK, 2007; DALSRUD, 2006). Afinal, ao admitir que a RSC diz respeito a ações não demandadas legalmente, como o governo pode influenciar a sua prática?

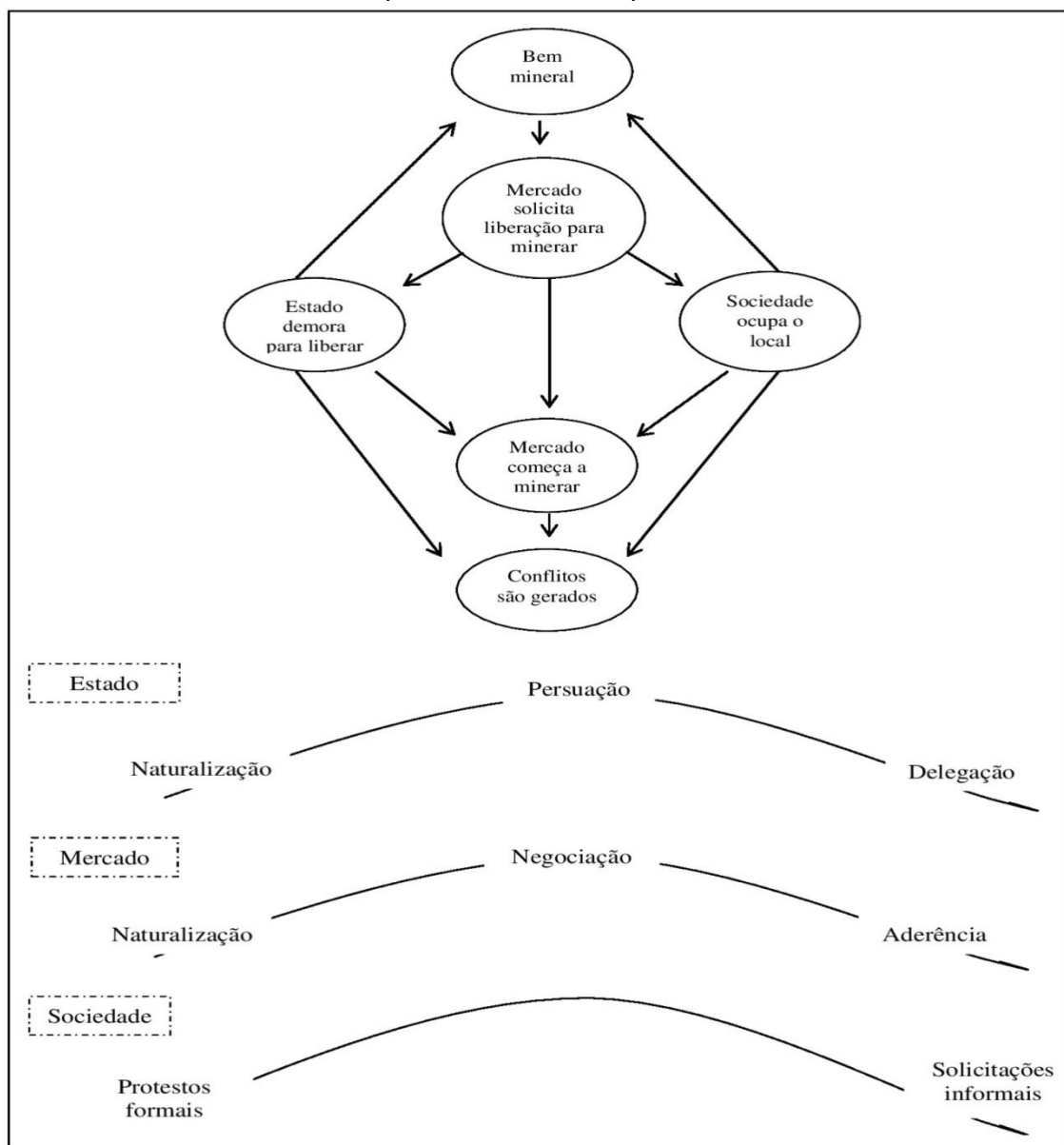
Steurer (2009) demonstra que, apesar desse caráter voluntário, os governos têm alguns elementos políticos para suscitar as ações de RSC. Dos cinco elementos destacados pelo autor (legal, econômico, informativo, parcerias e híbrido), essa pesquisa constatou que o governo de São Paulo, na mineração de agregados, realiza basicamente o primeiro instrumento, que se refere às obrigações legais impostas pelo Estado e utiliza desse instrumento para influenciar o quarto, que diz respeito aos acordos com organizações públicas e privadas.

Percebeu-se um “protagonismo velado” do Estado na criação e manutenção das ações de RSC. Observou-se uma repetição no padrão de comportamento dos diferentes órgãos estaduais para estimular determinadas ações de responsabilidade social. Esse comportamento baseia-se na utilização da burocracia e dos aparatos legais do Estado. Partindo da existência dos conflitos entre os diferentes atores da sociedade e da necessidade de ações de RSC para minimizar esses conflitos e para conseguir a licença social da população para a mineração, o governo demonstrou atuar sobre três principais etapas: primeiro, naturalizando os conflitos existentes. Depois, por meio da criação de aparatos formais. Com a criação de novas secretarias, leis, decretos, entre outros, o Estado “persuade” o mercado a arcar com as consequências de sua atividade industrial. E, por fim, acaba delegando às empresas privadas funções que, tradicionalmente, pertencem a este.

Em relação ao mercado, constatou-se que esse segmento, inicialmente, também naturaliza os conflitos existentes. Em uma segunda etapa, ele inicia um processo de negociação

com o Estado e, por fim, acaba aderindo as “persuasões” do governo para conseguir/manter sua licença para atuar. Nesse cenário, a sociedade, a partir do descontentamento com a atividade de mineração, manifesta-se por meio de protestos e, em alguns casos, negocia informalmente com a firma. Os moradores do município demonstram maior insatisfação com a atividade, os quais realizam protestos formais a fim de reivindicar a continuação da mineração. Por outro lado, os moradores da comunidade local, solicitam informalmente o que mais precisam, e acabam tendo seus pedidos atendidos, os quais são mínimos e geralmente remetem a melhoria de suas condições de vida. A Figura 8 ilustra a repetição no padrão de comportamento na interação entre Estado e mercado no desenvolvimento da RSC:

Figura 8: Processo de formação dos padrões de comportamento no desenvolvimento da responsabilidade social corporativa



Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que tanto o Estado como o mercado reagem inicialmente da mesma forma em relação aos conflitos gerados pela atividade de mineração: ambos naturalizam esses conflitos. Para os representantes desses segmentos, os conflitos ocorrem em função das características desse tipo de mineração, principalmente a que diz respeito à proximidade desta com os centros consumidores. Segundo essa característica, nomeada rigidez locacional, as empresas não têm a opção de escolher onde irão minerar devido a localização natural do minério. Mas, de acordo com a análise dos dados, observou-se que, na verdade, essa rigidez locacional é uma característica relativizada pelo Estado e pelo mercado. Indiscutivelmente, o minério situa-se de acordo com a formação geológica. Mas, tal formação, não ocorre somente próxima dos centros urbanos. Por outro lado, a mineração de agregados passou a ocorrer apenas perto dos centros consumidores devido ao custo do transporte dos minérios e a consequente inviabilidade econômica de realizar essa atividade em locais mais afastados.

Nesse sentido, os representantes do Estado e do mercado concordam que é economicamente inviável para o setor minerar longe do centro consumidor. Mas, eles também concordam que tamanha proximidade ocorre devido a lentidão do Estado em liberar a prática da atividade de mineração e em função da incapacidade deste de realizar um planejamento territorial adequado. A falta de planejamento resulta em ocupações desorganizadas e irregulares por parte da sociedade. Conforme afirma EE10: “E depois de ocupado, a gente não tem como expulsar as pessoas dali [...] A atividade de mineração acaba atraindo a malha urbana”. Ou seja, a proximidade com a sociedade ocorre tanto devido a necessidade do setor de tornar a mineração economicamente viável como em função da sociedade ocupar locais que ofereçam melhores condições de vida.

Com a configuração de conflitos já estabelecida, o Estado e o mercado reagem de formas distintas. O Estado inicia um processo de intervenção “velada” por meio de políticas públicas, persuadindo informalmente o mercado a realizar determinadas ações. Mesmo não acordando com tais “exigências”, o mercado sente-se acuado, tenta renegociar esses “termos impostos”, mas, em geral, acaba cedendo as demandas do Estado.

Observou-se que as instituições do governo acabam estimulando as firmas a praticarem algumas ações de RSC mesmo sem a intenção inicial de fazer isso. Ocorre que, quando alguma situação de conflito acontece e o Estado precisa/tem a possibilidade de interagir com o mercado, ele acaba utilizando essa situação para solicitar algumas coisas que vão além das exigidas legalmente. Ou seja, eles exploram a oportunidade de pedir a mais e o Estado acaba estimulando as firmas a realizarem ações de RSC. O mercado negocia esses pedidos até que ambos entram

em acordo e as ações passam a ser realizadas. As evidências da repetição desses padrões de comportamento são demonstradas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Evidências dos padrões de comportamento na criação e manutenção da responsabilidade social corporativa

Fases	Evidências			Categorias
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	
Mercado	<p><b><u>Naturalização</u></b></p> <p>“A gente sabe que sempre vamos ter que lidar com conflitos. Sempre foi assim” (EM4)</p> <p>“O conflito está lá, a gente sabe. É natural da mineração, não tem como” (EM7)</p>	<p><b><u>Negociação</u></b></p> <p>“Aí a gente não teve o que fazer. A gente compareceu lá e passamos mais de 4h só pra conseguir tirar isso que eles estavam pedindo” (EM3)</p> <p>“Eles tiveram a cara de pau de pedir pra gente fazer tudo isso. Consegui pelo menos tirar esses dois. Mas olha, você não imagina como” (EM5)</p> <p>“Com o pessoal que mora aqui do lado é mais fácil. A gente tem um bom relacionamento com eles. Um bom não, um ótimo. E aí a gente vai atrás do eu eles precisam ou eles vem até a gente, não tem problema. A gente sempre ajuda com o que pode” (EM6)</p>	<p><b><u>Aderência</u></b></p> <p>“Explicamos e comprovamos que não era nosso, que a gente tava agindo certo. Mesmo gravando eles falando que sabem que não a gente, a gente teve que ceder” (EM1)</p> <p>“Mesmo eu tendo a gravação deles assumindo que isso não era nossa obrigação a gente teve que arcar né, fazer o que” (EM5)</p> <p>“Ou a gente faz ou a gente perde a licença deles pra atuar. Não tem jeito” (EM6)</p> <p>“Sim, eles fazem. Não tem como né, eles precisam atender pra gente liberar pra eles” (EE8)</p>	Cede às solicitações

Estado	<p><b><u>Naturalização</u></b></p> <p>“O conflito sempre vai existir, não tem como a gente fugir dele. Primeiro pela imagem da mineração e depois pela proximidade dela com o centro consumidor” (EM3)</p> <p>“Trabalho há mais de 30 anos com mineração e sempre teve briga. Em alguns lugares menos, outros mais, mas não tem jeito. Por ser perto do mercado consumidor isso sempre vai existir” (EM10)</p>	<p><b><u>Persuasão</u></b></p> <p>“A gente tem conseguido muitos resultados interessantes pra todo mundo com a câmara de mineração. A gente tem dado uma limpada em legislações antigas, em conceitos antigos, conversado mais com o setor e negociado mais ações” (EE7).</p> <p>“Conseguimos criar a subsecretaria de mineração. São poucos, não tem dinheiro, mas pelo menos nós temos um grupo dentro do governo. Conseguimos várias ações das firmas com a intervenção da subsecretaria” (EE18)</p>	<p><b><u>Delegação</u></b></p> <p>“No final a gente acaba tendo que fazer várias coisas que são de responsabilidade do Estado e não nossa” (EM2)</p> <p>“Acho que a gente tem que colaborar com a sociedade, claro. Mas a gente acaba fazendo muita coisa que o Estado deveria fazer” (EM5)</p> <p>“Eles precisam da nossa licença e da sociedade [...] Então não tem como não fazer” (EE6)</p>	Criação de aparatos formais
Sociedade Civil	<p><b><u>Protestos formais</u></b></p> <p>“Tem muita pressão de mídia, tem muita pressão de ONG, pressão do ministério público, pressão de um monte de gente” (EM1)</p> <p>“Foi muita pressão popular, acho que estava tendo muito problema nas vias de transporte de caminhão” (ESN2)</p>		<p><b><u>Solicitações informais</u></b></p> <p>“O que a gente precisa a gente fala diretamente com eles” (ESM5)</p> <p>“Vieram ver antes com a gente o que a gente mais precisava. Na época era a escola e os cursos pra gente aprender algo pra ganhar um dinheirinho a mais” (ESM10)</p>	Reage defensivamente e singelamente

Fonte: Elaborado pela autora.

As evidências da Figura 8 e Quadro 4 demonstram que o mercado, mesmo negociando, acaba aderido aos pedidos do Estado e da sociedade para conseguir/manter a licença legal e social para atuar. A licença social é mais ressaltada na indústria de mineração do que nos outros

setores (DEMUIJNCK, FASTERLING, 2016; SLACK, 2014; ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN, 2015; RAUFFLET et al, 2014; PARSONS; LACEY; MOFFAT, 2014). Raufflet et al (2014) argumenta que a licença social adquire maior importância na mineração devido a dois principais fatores: i) dificuldades das empresas em conseguirem as licenças para atuar em função das limitações legais impostas pelo governo e ii) investimento na extração dos minérios e localização das jazidas. Esse estudo corrobora o primeiro motivo, mas critica em parte o segundo, devido a relativização do conceito de rigidez locacional identificado nessa pesquisa.

Outra questão reforçada em relação a licença para atuar é que, conseguir a licença legal não é o bastante para, também, alcançar a licença social (RAUFFLEUT et al, 2014; MOFFAT; ZHANG, 2013). Apesar de a sociedade ser o segmento menos organizado, as mineradoras precisam do aval desta para exercerem suas atividades (MUTHURI; CHAPPLE; MOON, 2009). Vale-se questionar, entretanto, sobre a importância da licença legal para esse setor. A literatura aborda com maior foco a licença social do que a legal, mas, quando se trata de setores rudimentares como o de agregados, a licença legal possui um grande impacto.

Por fim, vale destacar ainda uma importante questão evidenciada nos dados que revela mais uma contribuição desse estudo: o posicionamento do mercado em um ambiente legalmente instável. Um dos pontos de destaque diz respeito ao tempo de demora do Estado em responder as exigências que ele mesmo cria. Durante esse tempo, outras questões vão surgindo (políticas e sociais) e, por vezes, as exigências são refeitas sob novas demandas. Esse ambiente burocrático e instável cria nas organizações um sentimento de incerteza e de necessidade de adaptação. Além de uma postura defensiva e de mediação de danos. Como EM3 exemplifica: “A gente está sempre esperando a próxima coisa que eles vão pedir. É sempre muito tempo pra darem uma devolutiva e, quando dão, as exigências já são outras”. Visto que o conceito de RSC destaca o fato de estas ações serem realizadas em um ambiente onde as regras já estão estabelecidas e são claras (BACKMAN, 1975; SETHI, 1975; ABBOTT; MONSEN, 1979; CARROLL, 1979, 1983; FRANK TUZZOLINO; BARRY ARMANDI, 1981) é importante a compreensão de como as empresas reagem em um cenário de instabilidade.

Outro fator revelado nos dados refere-se as consequências dessas negociações entre Estado e mercado. Como visto, as solicitações do Estado e da sociedade, mesmo renegociadas, acabam sendo atendidas pela firma. Isso porque, para continuar minerando, eles precisam tanto de licença legal como da social. Nesse sentido, questiona-se: Existem convenções para o bem? Independente de como funcione o processo de negociação entre os atores, visto que esse

processo estimula o desenvolvimento de ações de RSC, então ele é válido?

Como mencionado no capítulo 1 de introdução dessa tese, a hipótese de que não ocorria RSC no setor de mineração de agregados foi levantada. Afinal, esse é considerado o setor mais rudimentar da mineração. Independente da realidade do setor, vale a reflexão sobre em quais circunstâncias essas ações estão sendo realizadas. Hoje, de alguma forma, esse processo pode parecer benéfico devido ao resultado final, mas não se pode esquecer que se trata de um dos setores mais fortes economicamente e que este ocorre no Brasil, um país marcado por corrupções desde o seu descobrimento.



## 7 Considerações finais

Este trabalho explorou como os atores envolvidos na RSC negociam seus interesses. Concluiu-se que existe um forte relacionamento entre o Estado e o mercado, no qual os atores criam mecanismos para negociar seus interesses. A mineração é uma atividade economicamente lucrativa para esses segmentos. Por isso, ocorre um processo de negociação entre ambos para manter essa indústria. Nesse processo, as ações de RSC são inseridas para que os mineradores consigam a licença social para atuar.

Constatou-se que o Estado, por meio da criação de aparatos formais e da inserção de novas exigências burocráticas, utiliza do seu aparato governamental para negociar, informalmente, ações de RSC. Essas ações, na maioria das vezes, não são internalizadas pelos representantes do Estado como sendo de RSC. Para o próprio segmento, o Estado influencia apenas as ações legais. Ou seja, o governo não tem a consciência do seu papel na criação e manutenção das ações extralegis de responsabilidade social. Parte da sociedade civil, insatisfeita com a mineração, realiza protestos contra esta, muitas vezes solicitando o término da atividade. Outra parte, a comunidade local analisada, solicita da mineradora questões básicas para melhorarem sua qualidade de vida. Nessa realidade em que precisa conseguir a licença legal e social para operar, o mercado inicia um processo de negociação com o Estado e com a sociedade e, mesmo redefinindo alguns termos, acaba cedendo às solicitações de ambos os segmentos.

Identificou-se que existe um padrão no comportamento do Estado e do mercado para negociar suas demandas. Padrão esse que pode ser constatado como uma das mais significativas contribuições desse estudo. Inicialmente, ambos naturalizam os conflitos existentes. Para eles, os conflitos sempre ocorreram e sempre ocorrerão devido a algumas características que, segundo ambos, são próprias da atividade de mineração, como ruídos, poeira, tráfego de caminhões, localização das mineradoras e a consequente proximidade com os centros consumidores. Após naturalizar os conflitos, entretanto, Estado e mercado reagem de formas distintas. O Estado inicia um processo de persuasão em relação ao mercado no qual solicita algumas ações não previstas em suas exigências legais e o mercado reage tentando negociar com o Estado os termos impostos. O mercado acaba aderindo às solicitações do Estado e do mercado para conseguir ou manter sua licença para continuar minerando. E o Estado, consequentemente, delega algumas funções que tradicionalmente seriam de sua responsabilidade, como criação de escolas, creches e pavimentação.

A partir do estudo da negociação da criação e manutenção da RSC entre o Estado, o mercado e a sociedade, foi possível verificar como esses atores pensam e reagem sobre o tema. Primeiro, é importante pontuar que os resultados demonstraram a dificuldade de as pessoas fornecerem um significado ao termo. Acredita-se que isso ocorra devido, principalmente, a tal conceito ser menos difundido em países em desenvolvimento, sobretudo no setor estudado. Apesar dessa dificuldade, verificou-se que a análise pragmática do conceito é a que prevalece. A RSC, para os três segmentos, é percebida sobre ações relacionadas a melhoria de vida da população, principalmente as mais carentes. Pouca análise é feita em relação às motivações, processos, envolvimento dos atores e planejamento. O resultado final acaba sendo o fator que mais importa.

Sobre esse resultado final, este estudo traz uma indagação que retoma o título dessa tese: a que preço e sob quais circunstâncias as ações de RSC estão sendo realizadas? Em um país tão desigual e carente, é comum as pessoas se contentarem com pouco e ficarem satisfeitas pelo benefício de pequenas ações. Afinal, em um sistema econômico onde o individualismo e o ganho monetário se sobrepõem aos direitos humanos e sociais básicos, o voluntarismo aparece como salvação e, muitas vezes, como o único meio de proporcionar melhores condições àqueles que vivem à margem na sociedade. Nesse cenário, então, existem convenções para o bem? Vale ignorar algumas questões que ocorrem durante o processo e priorizar o resultado final acima de tudo?

Além disso, outro importante questionamento deve ser feito. A ideia que prevalece na literatura é que, ao realizar funções que tradicionalmente pertencem ao Estado, as corporações acabam se tornando atores políticos cada vez mais fortes e com mais poderes. Será que tal politização das empresas ocorre com tamanho potencial no Brasil? Apesar de sua importância econômica, a mineração de agregados continua desconhecida pela maioria da população e apresenta-se como um setor rudimentar. Nesse cenário, embora cada vez mais desprestigiado, o governo brasileiro demonstra ainda exercer uma importante influência. Esse fato evidenciado no estudo reforça a necessidade de se discutir o papel do Estado no desenvolvimento da RSC. Principalmente quando esta é realizada em um país em desenvolvimento onde as regras ainda não estão claras.

Além do papel do Estado, constatou-se a necessidade de, também, analisar o papel das pequenas empresas na criação e manutenção da RSC. Ainda é desconhecido o verdadeiro potencial das pequenas organizações na RSC. Um setor basicamente formado por pequenas empresas pode, inclusive, ser erroneamente percebido como um setor que não pratica ações de

responsabilidade social por esse fato. Se faz urgente e necessário compreender o papel das organizações de menores portes para o desenvolvimento da RSC.

O desconhecimento da maioria da população sobre a mineração de agregados também é um ponto de atenção. Como um dos setores mais importantes economicamente do país e com tantos impactos continua tão desconhecido? A falta de informação da sociedade sobre a mineração de agregados e sobre os benefícios advindos desta foi uma reivindicação constante dos representantes do mercado e do Estado. Mas por que essa indústria não investe em marketing? Será que isso ocorre por uma falha de gestão ou será que tal desconhecimento proporciona mais benefícios do que prejuízos para o mercado e para o Estado? Ao serem questionados sobre o porquê do não investimento em propagandas, os respondentes alegaram que já houve algumas discussões em importantes conferências sobre o assunto, mas que, no final, ninguém quis assumir os gastos com tal investimento.

Esse estudo possibilitou corroborar com alguns fatos evidenciados na literatura de RSC. O princípio do voluntarismo no conceito do termo foi o primeiro deles (p.e. BANERJEE, 2011; CLASSEN; ROLOFF, 2012; JAMALI; MIRSHAK, 2007; DALSRUD, 2006). A defesa da abordagem voluntária ocorreu entre os representantes do Estado e foi identificada na necessidade do setor de agregados em realizar ações conjuntas com outros segmentos. Outra necessidade reforçada foi a também necessidade da contingência obrigatória na RSC. Identificou-se que, no setor de mineração de agregados, o mais indicado seria o uso das duas abordagens concomitantemente. Por outro lado, não foi corroborado que as ações de RSC realizadas pela firma estudada se pautem em padrões de RSC realizados em países desenvolvidos. Verificou-se que a empresa procura chegar a acordos com os moradores locais compreendendo o que eles requerem e, a partir dessa conclusão, pensa em quais ações de RSC desenvolver. Ou seja, a RSC se baseia na realidade em que a empresa se insere.

Nesse sentido, ainda sobre a RSC, outra contribuição desse trabalho foi a identificação da característica pragmática na formação do seu conceito pelos representantes dos três segmentos analisados. Pensar sobre a RSC a partir de uma perspectiva prática dos impactos econômicos e sociais ocasionados por uma atividade é o ponto em comum entre representantes do Estado, do mercado e da sociedade sobre a forma de conceituar esse termo e analisá-lo.

Os resultados evidenciados na significação fornecida pelos entrevistados consolidaram a ideia de que o termo responsabilidade social corporativa deve abarcar diversos parâmetros e diferentes teorias para dar conta e ser condizente com o que representa hoje no setor e no país estudado. Mais do que defender aspectos específicos em relação ao conceito do termo, como, por exemplo, se este deve ser praticado voluntariamente ou obrigatoriamente ou se deve ser

regido majoritariamente por alguma instância da sociedade, deve-se pensar na RSC como um termo complexo e de sentido dinâmico. Com essa afirmação não se objetiva minimizar ou deixar o pensamento crítico de lado. Pelo contrário, pode-se incorporar no debate brasileiro o significado que o termo assume em outros países, mas deve-se analisar a realidade local e pensar como adequar a RSC a esta.

Em relação a literatura da licença social para operar, substanciou-se que conseguir a licença legal não significa, necessariamente, o alcance da licença social. Além disso, corroborou-se também que a licença social é mais ressaltada na mineração (p.e DEMUIJNCK, FASTERLING, 2016; SLACK, 2014; ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN, 2015; RAUFFLET et al, 2014). Além da licença social, a literatura destaca que a RSC também é mais proeminente na mineração, devido aos impactos ocasionados pelo setor (NEWENHAM-KAHINDI, 2010; JENKINS, 2004).

Mas, ao contrário da licença social, esse estudo não evidenciou que a RSC também tenha maior incidência na mineração. Pelo menos não na mineração de agregados. Notou-se que a mineradora pesquisada nesse trabalho poderia ir muito além nas suas ações de responsabilidade social, ampliando o alcance destas e não as restringindo ao objetivo maior de conseguir a licença da comunidade local para continuar atuando. Além disso, ao analisar os sites institucionais das mineradoras de São Paulo e documentos fornecidos por alguns respondentes, não se pode afirmar que a maioria das firmas realize ações de RSC.

Vale destacar os diferentes pesos das duas licenças (legal e social) em uma grande cidade. A literatura geralmente aborda a mineração em lugares remotos. A realização de um estudo de caso sobre um setor mineral que ocorre em uma das maiores cidades do mundo desponta-se como algo inovador dessa tese. Talvez, essa seja uma das características que justifica, em parte, o poder de influência do Estado e do grande peso da licença legal. Em lugares isolados, provavelmente, o mercado acaba se tornando um agente político com um peso maior e a licença social termina valendo mais do que a legal.

Os resultados fortaleceram que as empresas têm que se responsabilizar pelos impactos negativos que causam, mas não substanciaram que as firmas devam fazer o mesmo em relação a forma como realizam seus negócios. Ou seja, novamente vale a pena levantar a questão se os fins justificam os meios. Assim como na análise dos padrões de comportamento no desenvolvimento da RSC, o resultado final acaba, de novo, sendo mais ressaltado. A sociedade critica as externalidades negativas causadas pelas organizações, mas não realizam uma análise crítica em relação a forma como as empresas trabalham e o porquê desses impactos ocorrerem.

Uma das dificuldades enfrentadas durante esse estudo foi a de enquadrar os diferentes

atores em seus respectivos segmentos. Desde o início, sabia-se que os atores poderiam ter opiniões divergentes acerca da mineração. Por exemplo, o antagonismo entre o Ministério Público e outros representantes do Estado, já era esperado, ainda que a sua dimensão fosse desconhecida. O que mais impressionou, contudo, foram as diferentes percepções entre moradores da comunidade que vivem ao entorno da mineradora estudada e dos que não vivem. A proximidade com a organização e o benefício direto dos indivíduos que ali residem com as ações de responsabilidade social resultam em um sentimento de gratidão e de simpatia pela mineração. Já os grupos da sociedade civil não tão carentes e que não se beneficiam diretamente da mineração consideram mais as externalidades negativas advindas da atividade.

Em relação às contribuições empíricas, acredita-se que os resultados desse trabalho podem colaborar para a prática dos profissionais envolvidos no setor de mineração. Entende-se que, ao caracterizar o setor de agregados e constatar padrões de comportamento em algumas negociações que ocorrem nessa indústria, representantes do mercado e do Estado passam a conhecer mais sobre alguns aspectos das suas rotinas de trabalho e, a partir desse conhecimento, podem reavaliar suas atitudes. Essa tese de doutorado pode servir ainda como fonte de conhecimento para a sociedade civil. Ao incluir esse segmento, muitas vezes ignorado nos processos de negociações de RSC, dar-se-á a oportunidade desses atores atribuírem significados as suas experiências e aprimorarem suas atitudes com maior base e conhecimento geral sobre o cenário em que estão inseridos.

Vale ressaltar que é notório o crescimento no número de publicações sobre RSC, mas, a análise do sentido desse termo na população aqui estudada e da compreensão do processo de negociação entre Estado, mercado e sociedade, ao que parece, é pioneira nesse trabalho. Nesse sentido, espera-se que esse estudo estimule outras pesquisas. Como sugestão para estudos futuros tem-se: i) realizar uma pesquisa verificando o que a lei exige que as mineradoras façam e o que é, de fato, realizado pelas empresas; ii) desenvolver um estudo longitudinal para verificar se ocorre alteração na opinião dos moradores das comunidades locais sobre as corporações que ali se instalaram e iii) mensurar os resultados das ações de RSC voluntárias e das ações de RSC obrigatórias e compará-los, determinando qual das duas abordagens colaboram mais para a sociedade iv) analisar o potencial das pequenas empresas de criar e manter a RSC e v) compreender o poder de influencia do Estado no desenvolvimento da RSC.

Espera-se ainda que esse trabalho contribua para que tragédias como a de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) não aconteçam novamente. Apesar de essa tese ter se concentrado na mineração de agregados, o processo de negociação entre mercado e Estado aqui descoberto pode ocorrer, também, em outros tipos de mineração, como a de minérios de ferro. Além disso,

o processo de negociação evidenciado nesse estudo não serve apenas para a criação/manutenção de RSC. Observa-se que ao desenvolver essas práticas, o setor se mantém ativo no país e funcionando por meio de estruturas defasadas de mineração e de acordos informais e lucrativos para o mercado e para o Estado.

## Referencias

ABNT. ISO. ABNT NBR ISO 26000. Diretrizes sobre responsabilidade social. 1ª ed. 2010.

ALEXANDER, J. Social-structural analysis: some notes on its history and prospects. *The Sociological Quarterly*, v. 25, 1984.

ANEPAC. Relatório Minerais Agregados. Inventta Consultoria. 2004. Disponível em < <http://anepac.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/05/ABDI-AGREGADOS-MINERAIS-RELATORIO-01.pdf>>. Acesso em 05 de maio de 2017.

ANEPAC. O mercado de agregados no Brasil. Panorama e perspectivas para o setor de agregados para a construção. 2015. Disponível em <<http://www.anepac.org.br/agregados/mercado/item/8-mercado-de-agregados-no-brasil>> Acesso em 12 de março de 2018.

ASHLEY, P. et al. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2004.

BANERJEE, S. Managerial perceptions of corporate environmentalism: interpretations from industry and strategic implications for organizations. *Journal of Management Studies*, v. 38, n 4, 2001.

BANERJEE, S. Corporate Social Responsibility. The good, the bad, the ugly. *Critical Sociology*, 34 (1), 2007.

BATISTA, C. A mineração de agregados na região metropolitana de Fortaleza: impactos ambientais e conflitos de uso e ocupação do solo. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

BEBBINGTON, A. Extractive industries and stunted states: conflict, responsibility and institutional change in the Andes. En Ravi Raman y Ronnie D. Lipschutz (Eds.). *Corporate social responsibility: discourses, practices and perspectives*. London: Palgrave MacMillan, 2010.

BELLEN, H. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERATAN, K. et al. Sustainability indicators as a communicative tool: building bridges in Pennsylvania. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 94, 2004.

BERTONCELLO, S; CHANG, J. A importância da responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. *FACOM*, nº 17, 2007.

BIANCHI, E.; IKEDA, A. Usos e aplicações da grounded theory em Administração. *Gestão.Org.*, v. 6, 2008.

BIELSCHOWSKY, R. Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini ciclo de modernizações, 1995-1997. *Série Reformas Econômicas*, Brasília: IPEA, 1999.

BLOWFIELD, M. Reasons to be Cheerful? What we know about CSR'S impact. *Third World Quarterly*, v. 28, 2007.

BLUMER, H. *Symbolic interactionism: Perspective and method*. Berkeley: University of California Press, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organisational analysis: elements of sociology of corporate life*. London: Heinemann, 1979.

CARROLL, A. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, v. 38, n. 3, 1999.

CAVALCANTI, M.; ALCADIPANI, R. Ontologia, Epistemologia e Estudos Organizacionais Críticos: a contribuição de Deleuze para uma crítica organizacional pós-estruturalista. XXXIV Encontro da Associação dos Programas de Pós Graduação em Administração - Enanpad. Rio de Janeiro, 2010.

CAVALCANTI, V.; PARAHYBA, R. *A indústria de agregados para construção civil na Região Metropolitana de Fortaleza*. DNPM, 2012.

CHARMAZ, K. Grounded theory: objectivist and constructivist methods. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Org.). *Handbook of qualitative research*. 2. Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2009.

CHEIBUCK, Z.; LOCKE, R. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, Ana Maria et al (Org.). *Empresas, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.

CHEN, W.; HIRSCHHEIM, R. A paradigmatic and methodological examination of information systems research from 1991 to 2001. *Information Systems Journal*, Oxford, v. 14, n. 3, 2004.

CHO, J.; TRENT, A. Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research*. v. 6, n. 3, 2006.

CLASSEN, C.; ROLOFF, J. The Link Between Responsibility and Legitimacy: The Case of De Beers in Namibia. *Journal of Business Ethics*, 107, 2012.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro verde: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas, 2001. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2017.



CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, D.; BORTOLI, J. O desenvolvimento e as perspectivas de cidadania no Brasil. *Direito em Debate*. Ano XVII, nº 29, 2008.

COSTA, M. Trajetória do desenvolvimento: da ênfase no crescimento econômico às expectativas do desenvolvimento sustentável. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UAFL. Maceió, Alagoas, 2006

COSTA, R. Rompimentos de barragens de mineradoras tem que se tornado mais graves nas últimas décadas. *Brasil de Fato*, 2015. <https://www.brasildefato.com.br/node/33496/>

CRANE, A.; MATTEN, D.; MOON, J. *Corporations and Citizenship*. Crambridge: Cambridge university press, 2008.

CRESWELL, J. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Method Approaches*. Thousand Oaks, Sage Publications, 2003.

CRESWELL, J. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J.; CLARK, V. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRUZ, L.; BOEHE, D. How do leading retail MNCs leverage CSR globally? Insights from Brazil. *Journal of Business Ethics*, 91, 2010.

CRUZ, L.; PEDROZO, A.; ESTIVALETE, B.; HOFF, D. The Influence of Transverse CSR Structure on Headquarters/Subsidiary Integration. *BAR. Brazilian Administration Review*, 7, 2010.

CUPANI, A. A objetividade científica como problema filosófico. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*. Florianópolis, v. 6 (Número especial), 1989.

DAHLSTRUD, A. How Corporate Social Responsibility Is Defined: An Analysis of 37 Definitions. *Corporate social responsibility and environmental management*, 2006.

DEMUIJNCK, G.; FASTERLING, B. The Social License to Operate. *Journal of business ethics*. v. 136, 2016.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Orgs.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

DENZIN, N; LINCOLN, Y. *The Landscape of Qualitative Research – theories and issues*, 2.<sup>a</sup> ed., Sage, 2003.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, G. Educação Ambiental: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DIAS, M. Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. Dissertação (Mestre em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DNPM – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Extração de areia. Brasília, 17 de outubro de 2015. Disponível em: [http://www.dnpm.gov.br/mostra\\_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=351](http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=351). Acesso em 05 março 2017.

DOBERS, P.; HALME, M. Corporate social responsibility and developing countries. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 16, n. 5, 2009.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. *The Academy of Management Review*, v. 14, 1989.

EL PAÍS. 26 de setembro, 2017.  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008\\_097256.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008_097256.html)

ENVIRONMENT AND ENERGY BULLETIN. Business Council of British Columbia. v. 7, n.2, 2015.

ERNST & YOUNG, BUILDING A BETTER WORLD, 2017.  
<https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relatorio-Anual-2017/%24File/EY-Brasil-Relatorio-Anual-2017.pdf>

FARMER, T. et al. Developing and implementing a triangulation protocol for qualitative health research. *Qualitative Health Research*, v. 16, 2006.

FERREIRA, R. A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos. Recife, PE: UFPE, 1998.

FILHO, A. Responsabilidade social corporativa em empresas do setor elétrico do rio grande do norte. Dissertação (Mestre em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Potiguar, Natal/RN, 2013.

FLEMING, P.; ROBERTS, L.; GARSTEN, C. In search of corporate social responsibility: Introduction to special issue. *Organization*, v. 20, n. 3, 2013.

FLICK, U. An introduction to qualitative research. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

FREIRE, R; SOUZA, M; FERREIRA, E. Responsabilidade social corporativa: evolução histórica dos modelos internacionais. São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.aedb.br/seget/artigos08/257\\_257\\_RSC\\_evolucao\\_historica\\_dos\\_modelos.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos08/257_257_RSC_evolucao_historica_dos_modelos.pdf). Acesso em 05/08/2016>.

FREIXO, M. Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

FRYNAS, J. The False Development Promise of CSR: Evidence from Multinational Oil Companies', *International Affairs*, v. 81, n 3, 2005.

FURTADO, C. O Capitalismo Global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. O longo amanhecer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the territory. *Journal of Business Ethics*, n. 53, p. 51-71, 2004.

GLASER, B.; STRAUSS, A. The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDEN-BIDDLE, K; LOCKE, K. Composing qualitative research. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

GOULART, S. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *Cadernos EBAPE*, v. 4, 2006.

GRIX, J. Introducing students to the generic terminology of social research. *Politics*, v. 22, n. 3, 2002.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. Fourth generation evaluation. London: Sage Publications, 1989.

GUBA, E. e LINCOLN, Y. Competing paradigms in qualitative research. In: N.K. DENZIN e Y. LINCOLN (eds.), *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, Sage Publications, 1994.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.22, n.2, 2006.

HANLON, G. 'Re-thinking Corporate Social Responsibility and the Role of the Firm—On the Denial of Politics'. In Crane, A., McWilliams, A., Matten, D., Moon, J. and Siegel, D. (eds) *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

HIRSCHHEIM, R. "Information Systems Epistemology: An Historical Perspective," in *Information Systems Research: Issues, Methods and Practical Guidelines*, R. Galliers (ed.), Blackwell Scientific Publications, Oxford, 1992.

HOND, F; KATHLEEN, R.; FRANK B.; HILDE, L. Playing on Two Chessboards: Reputation Effects between Corporate Social Responsibility (CSR) and Corporate Political Activity (CPA). *Journal of Management Studies*, v. 51, 2014.

HOWARD-GRENVILLE.; NASH, J.; COGLIANESE, C.; Construction the license to operate: internal factors and their influence on corporate environmental decisions. *Law and Policy*, v. 30, n. 1, 2008.

IDEMUDIA, U. Community perceptions and expectations: Reinventing the wheels of corporate social responsibility practices in the Nigerian oil industry. *Business and Society Review* 112 (3). 2007b.

IDEMUDIA, U. Oil extraction and poverty reduction in the Niger Delta: A critical examination of partnership initiatives. *Journal of Business Ethics*, 90(SUPPL. 1), 2009. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9916-8>

IRAMINA, W. S.; TACHIBANA, I. K; SILVA, L. M. C. ESTON, S. M. Identificação e controle de riscos ocupacionais em pedreira da região metropolitana de São Paulo. *REM: Rev. Esc. Minas*. v. 62. n. 4. Ouro Preto, 2009.

ISABELLA, L. Evolving interpretations as a change unfolds: how managers construe key organizational events. *The Academy of Management Journal*, v. 33, 1990.

JAMALI, D.; MIRSHAK, R. Corporate Social Responsibility (CSR): Theory and Practice in a Developing Country Context. *Journal of Business Ethics*, v.72, 2007.

JAMALI, D.; NEVILLE, B. Convergence versus divergence in CSR in development countries: An embedded multi-layered institutional lens. *Journal of Business Ethics*, v 102, 2011.

JAMALI, D.; SIDANI, Y. CSR in the Middle East: Fresh perspectives. In D. Jamali & Y. Sidani (Eds.), *CSR in the Middle East: Fresh perspectives*. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan, 2012.

JENKINS, H. Corporate Social Responsibility and the Mining Industry: conflicts and constructs. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, UK, v. 11, 2004.

JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. *Journal of Cleaner Production*, v. 14, 2006.

JUNIOR, M. Repensando o desenvolvimento diante da globalização capitalista e das novas demandas para a educação. *Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP*, 2008.

JUNIOR, M.; SUSLICK, S.; OBATA, O.R.; SINTONI, A. A mineração no Estado de São Paulo: situação atual, perspectivas e desafios para o aproveitamento dos recursos minerais. *Geociências*, v. 27, 2008.

JUNIOR, M.; SUSLICK, S.; SUZIGAN, W. Caracterização dos arranjos produtivos locais de base mineral no estado de São Paulo: subsídio à mineração paulista. *Geociências*, v. 29, n. 1, 2010.

KAPELUS, P. Mining, corporate social responsibility and the "Community": The case of Rio Tinto, Richards Bay minerals and the Mbonambi. *Journal of Business Ethics*, v. 39, n. 3, 2002.

KELSEN, H. Teoria geral do direito e do estado. Tradução: Luis Carlos Borges. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

KEMP, D.; OWEN, R. Community relations and mining: Core to business but not “core business” Resources Policy, 2013.

KEMP, D.; OWEN, J.; GOTZMANN, N.; BOND, C. Just Relations and Company–Community Conflict in Mining. *Journal of Business Ethics*, 101(1), 2011. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0711-y>

KVALE, S. InterViews: an introduction to qualitative research interviewing. London: SAGE Publications, 1996.

LAHIRI-DUTT, K. Extracting Peasants from the Fields: Rushing for a Livelihood?. 2014

LEÃO, A.; MELLO, S.; VIEIRA, R. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n. 10, 2009.

LEMO, H. M.; SANTOS, C. H.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade das Organizações Brasileiras. Niterói: ABEPRO, 2006.

LENZIARDI, R. A responsabilidade social corporativa e o desenvolvimento sustentável em meios de hospedagem de Paraty: uma análise exploratória. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Dissertação (Mestrado) — Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

LIPOVETSKY, G. Metamorfoses da cultura liberal. Trad. de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LOCKETT, A.; MOON, J.; VISSER, W. Corporate social responsibility in management research: focus, nature, salience and sources of influence. *Journal of Management Studies*. V. 43, n. 1, 2006.

LOURENÇO, G.; SCHRÖDER, S. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos, v. 2, 2003.

LUETKENHORST, W. Corporate Social Responsibility and the Development Agenda, *Inter Economics* 39(3), 2004.

MACHADO, C.; SANTOS, S.; SOUZA, T. A Sustentabilidade Ambiental em Questão. In. SILVA, C. L. (org). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAGALHÃES, Lucro e reputação: interações entre bancos e organizações sociais na construção das políticas socioambientais. Tese (Doutorado em Ciência). Programa de pós-graduação em ciência ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MARCONI, M; LAKATOS, E. Técnicas de pesquisa. São Paulo, Atlas, 2002.

MARSH, D.; FURLONG P. "A Skin not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science", In: D. Marsh; G. Stoker (eds.), *Theory and Methods in Political Science*, Basingstoke: Palgrave, 2002.

MATTEN, D.; CRANE, A. Corporate citizenship: toward an extended theoretical conceptualization. *Academy of Management Review*, v. 30, n 1, 2005.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

McMICHAEL, P. *Development and a Social Change: A global Perspective*, London: Pine Forge Press, 1996.

MERRIAM, S. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1998.

MERRIAM, S. *Qualitative research: a guide to design and implementation*. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MILES, M.; HUBERMAN, A. *Qualitative data analysis: an expanded source book*. Londres: Sage Publications, 1994.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Meio Ambiente. *Avaliação da recuperação ambiental da mineração de areia para aperfeiçoar os instrumentos de gestão: várzea do Paraíba do Sul - trecho Jacaré Pindamonhangaba*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenação Lina Maria Aché, Sônia Aparecida Abissi Nogueira e Neide Araújo; equipe técnica executora Antônio José Dias et al. São Paulo: SMA, 2004.

MISOCZKY, M.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgá contra projetos megamineiros. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(2), 2013. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000200008>.

MOFFAT, K.; ZHANG, A. The paths to social licence to operate: An integrative model explaining community acceptance of mining. *Resources Policy*, v. 39, 2014.

MOHR, L. B. *Explaining organizational behavior: the limits and possibilities of theory and research*. San Francisco: Jossey-Bass, 1982.

MOON, J; VOGEL, D. Corporate social responsibility, government and civil society. In: CRANE, Andrew et al. *The Oxford handbook of corporate social responsibility*. Englad: Oxford University Press, 2008.

MORETTO, C.; GIACCHINI, J. Do Surgimento da Teoria do Desenvolvimento à Concepção de Sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. In: *Encontro do Ecoeco - "O meio ambiente nas Políticas Públicas*, 6, 23-25 nov., Brasília (DF). Anais. Brasília: UnB, 2005.

MUTHURI, J.; CHAPPLE, W.; MOON, J. An Integrated Approach to Implementing Community Participation in Corporate Community Involvement: Lessons from Magadi Soda Company in Kenya. *Journal of Business Ethics*, v. 85, 2009.

MUTHURI, J.; MOON, J.; IDEMUDIA, U. Corporate innovation and sustainable community development in developing countries. *Business & Society*, v. 51, n. 3, 2012.

NEW YORK TIMES. New York: 29 de março, 2017.

<https://www.nytimes.com/2017/03/29/world/americas/el-salvador-prizing-water-over-gold-bans-all-metal-mining.html>;

NEWENHAM-KAHINDI, A. A Global Mining Corporation and Local Communities in the Lake Victoria Zone: The Case of Barrick Gold Multinational in Tanzania. *Journal of Business Ethics*, V. 99, 2010.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In Nobre M e Amazonas, M. de C. *Desenvolvimento Sustentável: institucionalização de um conceito*. Ed IBAMA, Brasília, 2002.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. <http://www.onu.org.br/rio20>. Acesso em 03 março. 2017.

ORLIKOWSKI, W.; BAROUDI, J. Studying information technology in organizations: research approaches and assumptions. *Information Systems Research*. v. 2, 1991.

PAIVA JR., F.; LEÃO, A.; MELLO, S. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, v.13, n.31, 2011.

PALAZZO, G.; SCHERER, A. Corporate Legitimacy as Deliberation: A Communicative Framework. *Journal of Business Ethics*. v. 66, 2006.

PATTON, M. *Qualitative research & evaluation methods*. 3. ed. California: Sage, 2002.

PARENTE, T. Governança e responsabilidade social corporativa: perspectivas dos conselheiros de administração no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de administração da faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

PARSONS, R.; LACEY, J.; MOFFAT, K. Maintaining legitimacy of a contested practice: How the minerals industry understands its ‘social licence to operate’. *Resources Policy*, v. 41, 2014

POLETO, C. A exploração de pedreiras na região metropolitana de São Paulo no contexto do planejamento e gestão do território. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

POZZEBON, M.; PETRINI, M.C. Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico-interpretativa. In: TAKAHASHI, A.R.W. (Org.) *Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2013.

PRIETO-CARÓN, M.; LUND-THOMSEN, P.; CHAN, A.; MURO, A.; BHUSHAN, C. Critical perspectives on CSR and development: what we know, what we don’t know, and what we need to know. *International Affairs*, v. 82 n. 5, 2006.

PRNO, J. An analysis of factors leading to the establishment of a social licence to operate in the mining industry. *Resources Policy* 38, 2013.

PRNO, J.; SCOTT, D. Exploring the origins of “social license to operate” in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories. *Resources Policy*, 37(3), 2012. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.04.002>.

RAUFFLET, E.; CRUZ, L.; BRES, L. An assessment of corporate social responsibility practices in the mining and oil and gas industries. *Journal of Cleaner Production*. V1, n 15, 2014.

RIBEIRO, W. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Revista de Estudos Avançados*. v. 24, 2010.

ROSSONI et al. Recomendações metodológicas para a adoção da perspectiva da estruturação nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*. v 20, 2013.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbana. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTANA, N. Crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica – uma análise de eficiência por envoltória de dados para os países do BRICS. Tese (Doutor em Engenharia) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. *Research Methods for Business Students*. 5 ed. Prentice Hall, 2009.

SCHIPPER, F. Reflective knowledge management. In S. Linstead, & A. Linstead (Eds.) *Thinking Organization*. Londres: Routledge, 2005.

SCHERER, A. Theory Assessment and Agenda Setting in Political CSR: A Critical Theory Perspective. *International Journal of Management Reviews*, Vol. 00, 1–24, 2017.

SCHERER, A.; PALAZZO, G. Toward a political conception of corporate responsibility: business and society seen from a Habermasian perspective. *Academy of Management Review*, v. 32, n.4, 2007.

SCHERER, A.; PALAZZO, G. Corporate Social Responsibility, Democracy, and the Politicization of the Corporation. *The academy of management review*. V, 33, n 3, 2008.

SCHERER, A.; PALAZZO, G. The new political role of business in a globalized world: a review of a new perspective on CSR and its implications for the firm, governance and democracy. *Journal of Management Studies*, v.48, n.4, 2011.



- SCHERER, A.; PALAZZO, G.; BAUMANN, D. Global Rules and Private Actors: Toward a New Role of the Transnational Corporation in Global Governance. *Business Ethics Quarterly* XVI/4, 2006.
- SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. London: Sage, 2013.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERNA, H. *Agregados para Construção Civil*. [S.l.]: [s.n.], 2009.
- SERNA, H.; REZENDE, M. *Agregados para Construção Civil*. In: *Economia Mineral do Brasil*. Brasília: DNPM: 2009.
- SIEDENBERG, D. R. *Dicionário do Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz: Edunisc, 2006.
- SILTAOJA, M.; ONKILA, T. Business in society or business and society: the construction of business-society relations in responsibility reports from a critical discursive perspective. *Business Ethics: A European Review*, v.22, n.4, 2013.
- SILVA, C. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). *Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- SPOHR, N; BARROS, A; GOMES, V. De quem é a Riqueza que Está Ali? Discutindo responsabilidades na Exploração de Minério no Sul Global. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n.3, 2016.
- STAKE, R. Case studies. In N.K. Denzin e Y.S. Lincoln (eds.) *Handbook of qualitative research*, Thousands Oaks, Sage, 1998.
- STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 2005.
- STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STERN, N. A strategy of development. In: PLESKOVIC, B. ; STERN. *Annual work bank conference of development economics 2001/2002*. Washington: World Bank/Oxford University, 2002.
- STEURER, R. The role of governments in corporate social responsibility: characterising public policies on CSR in Europe. *Policy Sciences*, v. 43, n. 1, 2010.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing Grounded Theory*. 2 nd. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.
- SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n° 3, 1995.
- SUZUMURA, G. *A exploração de areia na região metropolitana do vale do Paraíba e litoral norte e a gestão minerária nos municípios de São José dos Campos e Jacareí – SP*. Dissertação

(Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, São Paulo, 2016.

THOMSON, I.; BOUTILIER, R. Social licenceto operate. In SME Mining Engineering Handbook, 3rd edn. Darling, P. (ed.). Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 2011.

VALENTE, W.; CRANE, A. Public responsibility and private enterprise in developing countries. California revius management, v. 1, 2010.

VALLETIN, S.; MURILLO, D. Governmentality and the politics of CSR. Organization, v 19, 2011.

VALVERDE, F.; TSUCHIYA, O. Tendências e desafios da indústria de agregados no Brasil. Revista Areia & Brita, nº 42, 2008.

VASCONCELLOS, M. Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios, Glossário com 260 Principais Conceitos Econômicos. São Paulo: Atlas, 2000.

VISSER, W. & Cambridge Programme for Sustainability Leadership LANDMARKS FOR SUSTAINABILITY: Events and Initiatives that Changed Our World, Sheffield: Greenleaf, 2009.

VISSER, W. Corporate Social Responsibility in Developing Countries. In: CRANE, A.; Mc WILLIAMS, A.; MATTEN, D.; MOON, J.; SIEGEL, D. (Eds): The Oxford handbook of corporate social responsibility. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WALKER, J.; HOWARD, S. Finding the way forward: How Could Voluntary Action Move Mining toward Sustainable Development. London: IIED, 2002.

WALSHAM, G. The emergence of interpretativism in IS research. Information Systems Research, v. 6, 1995a.

WELKER, M. “Corporate security begins in the community”: Mining, the Corporate Social Responsibility Industry, and Environmental Advocacy in Indonesia, 2009.

WEYZIG, F. Political and Economic Arguments for Corporate Social Responsibility: Analysis and a Proposition Regarding the CSR Agenda. Journal of Business Ethics. v, 86, 2009.

WHELAN, G. The Political Perspective of Corporate Social Responsibility: A Critical Research Agenda. Business Ethics Quarterly, v. 22, n. 4, 2012.

ZANCA, J; QUELHAS, O; ARAÚJO, F; GOSTA, H. Comportamento organizacional e o contínuo ético da responsabilidade social corporativa: uma proposta de análise. II Simpósio Internacional de transparência nos negócios. Rio de Janeiro, 2008.

## ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REPRESENTANTES MERCADO

PERGUNTAS	
MERCADO	<u>Apresentação entrevistado</u>
	1. Formação (curso/instituição de ensino).
	2. O senhor poderia falar um pouco sobre sua trajetória profissional?
	3. Quais as principais atividades que o senhor realiza atualmente?
	<u>Mineração de agregado</u>
	4. Como a mineração de agregado se configura na região metropolitana de SP e como você se insere nesse campo?
	<u>Responsabilidade social corporativa</u>
	5. Para você, o que é RSC?
	6. Quais ações de RSC são desenvolvidas pela sua empresa? (Histórico das ações. Quando elas foram inseridas pela primeira vez, como se desenvolveram, como acontece hoje e como aconteciam / Existe critérios a realização dessas atividades de RSC? / Existe algum setor ou alguém específico que seja responsável por essas ações?)
	7. Em sua opinião, quem são os verdadeiros beneficiados com os programas de RSC? (interno, externo, ambos)
	<u>Desenvolvimento local</u>
	1. Para você, o que é desenvolvimento local?
	2. Como você avalia a contribuição da sua empresa para o desenvolvimento das comunidades locais ao seu entorno?
	<u>Relação entre RSC e desenvolvimento</u>
	3. Você acha que existe alguma relação entre RSC e desenvolvimento local?
	4. Você acredita que as ações de RSC desenvolvidas pela sua empresa promovem o desenvolvimento das comunidades locais?
	5. Cite exemplos de benefícios que as ações de RSC trouxeram para a melhoria de vida dos cidadãos das comunidades locais.

**ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REPRESENTANTES ESTADO E  
SOCIEDADE CIVIL**

	<b>ROTEIRO</b>
<b>SOCIEDADE CIVIL E ESTADO</b>	<u>Apresentação entrevistado</u>
	1. Formação (curso/instituição de ensino).
	2. O senhor poderia falar um pouco sobre sua trajetória profissional?
	3. Há quanto tempo o senhor reside nessa comunidade (pergunta exclusiva para representantes da sociedade civil que residem nas comunidades locais).
	<u>Mineração de agregado</u>
	4. Como a mineração de agregado se configura na região metropolitana de SP e como você se insere nesse campo?
	<u>Responsabilidade social corporativa</u>
	5. Para você, o que é RSC?
	6. Você tem conhecimento sobre ações de RSC implementadas pelas mineradoras de agregados? Caso sim, qual a sua percepção sobre os esses programas?
	7. Na sua opinião, quem são os verdadeiros beneficiados com os programas de RSC? (interno, externo, ambos).
	<u>Desenvolvimento local</u>
	8. Para você, o que é desenvolvimento local?
	9. O que o governo e as empresas deveriam fazer para desenvolver a comunidade que você mora/comunidades locais?
	<u>Relação entre RSC e desenvolvimento</u>
	10. Você acha que existe alguma relação entre RSC e desenvolvimento local?
	11. Como você avalia a contribuição das mineradoras de agregados para o desenvolvimento das comunidades locais ao seu entorno?
	12. Você acredita que as ações de RSC desenvolvidas pelas mineradoras promovem o desenvolvimento das comunidades locais? (pergunta para quem responder que as mineradoras realizam ações de RSC)
	13. Cite exemplos de benefícios que as ações de RSC trouxeram para a melhoria de vida dos cidadãos das comunidades locais.